

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0224.2026.AC-43.PE.0131.SAD.SEE

COMPRASGOV Nº 90131.2026

PREÂMBULO

O Estado de Pernambuco, por intermédio da SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, através do Agente de Contratação Deivson Michel Gomes de Sena, designado(a) por meio da Portaria publicada, torna público, para conhecimento dos interessados, em atendimento ao Documento de Abertura de Processo Licitatório da Secretaria Executiva de Desenvolvimento da Educação (doc. SEI nº 80584681), e com a respectiva autorização da Secretária Executiva, a abertura da licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, a ser realizado por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação – *Internet*, de acordo com a Lei Federal nº 14.133/21, a Lei Complementar nº 123/06 e o Decreto Estadual nº 54.142/2022, e respectivas alterações, aplicando-se subsidiariamente as demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

1. DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem como objeto a prestação de serviços de empresa(s) especializada(s) para oferta de 2.000 (dois mil) pacotes de intercâmbio internacional (mobilidade estudantil), a serem fornecidos para os estudantes de escolas da Rede Pública de Educação de Pernambuco, em escolas da Argentina, Espanha, Reino Unido, Canadá e Estados Unidos e visando atender às necessidades da Secretaria de Educação de Pernambuco, por intermédio da Secretaria Executiva de Desenvolvimento da Educação, através do Programa Ganhe o Mundo Tradicional, conforme especificações e quantitativos previstos no Termo de Referência (Anexo I).

1.2. O objeto desta licitação será dividido em lotes, conforme tabela constante do Termo de Referência (Anexo I), facultando-se à licitante a participação em quantos lotes forem de seu interesse.

2. DA DESPESA E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. A despesa total com a execução do objeto desta licitação é estimada em R\$ 209.383.675,00 (duzentos e nove milhões e trezentos e oitenta e três mil e seiscentos e setenta e cinco reais), distribuído em lote(s), na forma indicada no Termo de Referência.

2.2. As despesas decorrentes desta licitação estão incluídas no orçamento do Estado de Pernambuco, para o presente exercício, na classificação abaixo:

Fonte de Recurso: 0501544000

UG: 140100

Unidade Orçamentária (UO): 108

Programa de Trabalho: 12.362.0474.2281.A780

Ação: 2281

Elemento da despesa: 00

Categoria Econômica: 3.90

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2. É obrigação do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. A não observância dessa obrigação poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.3 A participação no processo licitatório implica na aceitação, pelo licitante, do seu cadastro também no sistema PE-INTEGRADO, para fins de integração do compras.gov.br com os sistemas utilizados pelo Poder Executivo Estadual.

3.3. Não poderão participar desta licitação:

3.3.1. Pessoa física ou jurídica impedida de licitar e contratar com a Administração Direta e Indireta do Estado de Pernambuco, nos termos do art. 156, III e § 4º, da Lei nº 14.133/2021, e do art. 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2022, durante o prazo da sanção aplicada ou até que seja promovida sua reabilitação;

3.3.2. Pessoa física ou jurídica suspensa temporariamente de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, nos termos do art. 87, III, da Lei federal nº 8.666, de 1993;

3.3.3. Pessoa física ou jurídica declarada inidônea para licitar ou contratar com toda a Administração Pública, nos termos do art. 156, IV e §5º, da Lei 14.133/2021, e do art. 87, IV, da Lei Federal nº 8.666, de 1993, durante o prazo da sanção aplicada ou até que seja promovida sua reabilitação;

3.3.4. Pessoa física ou jurídica que tenha sido proibida de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa, nos termos do artigo 12 da Lei Federal nº 8.429/1992;

3.3.5. Licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante;

3.3.6. Pessoa física ou jurídica enquadrada nas vedações previstas no art. 14 da Lei nº 14.133/21;

3.3.7. Pessoa jurídica cujo ramo de atividade previsto em estatuto ou contrato social não seja pertinente e compatível com o objeto desta licitação;

3.3.8. Agente público do órgão ou entidade licitante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021;

3.3.9. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.3.10. Profissionais organizados em cooperativa;

3.3.11. Pessoas Físicas.

4. DO CONSÓRCIO

4.1. Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio.

5. DA REFERÊNCIA DE TEMPO

5.1. Todas as referências de tempo previstas neste Edital, no Aviso e durante a sessão pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília – DF.

5.2. As sessões serão iniciadas em dias úteis.

5.2.1. Serão considerados como dias não úteis os sábados, domingos, feriados nacionais, estaduais e demais feriados e pontos facultativos publicados em Diário Oficial que influam no horário de funcionamento do órgão licitante.

5.2.2. Sessões já iniciadas poderão ser suspensas, cabendo ao agente de contratação informar, através do Sistema, a data e horário para retomada do pregão.

5.2.3. Os prazos para encaminhamento da proposta e dos documentos de habilitação digitalizados serão computados em horas corridas.

5.2.4. Em caso de suspensão, quando da retomada da sessão, os prazos concedidos serão restituídos por tempo igual ao que faltava para sua complementação.

5.3. Havendo calamidade pública, fato relevante devidamente justificado ou necessidade de adequação de horário por motivos de administração interna, os horários previstos no item 5.2 poderão ser alterados, cabendo ao agente de contratação informar previamente às licitantes a alteração e a nova data e horário para retomada do pregão, através do Sistema COMPRAS.GOV.

6. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

6.1. Qualquer pessoa é parte legítima para apresentar pedido de esclarecimento ou impugnar este Edital, devendo protocolar o pedido, por meio do e-mail indicado na folha de rosto anexa a este Edital, em até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública.

6.2. As respostas aos pedidos de esclarecimento ou às impugnações vincularão os participantes e a Administração e serão divulgadas no Sistema pelo agente de contratação no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data de abertura do certame.

6.3. A impugnação não possui efeito suspensivo, exceto em situações excepcionais devidamente motivadas pelo agente de contratação.

6.4. Acolhida a impugnação, será republicado o Edital com as mesmas formalidades de sua publicação original e, conforme o caso, será definida nova data para realização do certame.

6.5. Não serão conhecidas impugnações apresentadas intempestivamente ou em desacordo com as regras estabelecidas neste Edital.

7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA INICIAL

7.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

7.2. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

7.2.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

7.2.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

7.2.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

7.2.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.3. A falsidade da declaração de que trata o item 7.2 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

7.4. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.5. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

7.6. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

7.7. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

7.7.1.a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

7.7.2.os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

7.8. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

7.8.1.valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

7.8.2.percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

7.9. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item

7.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

7.10. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

7.11. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

8. DA ABERTURA E DO PROCESSAMENTO DA LICITAÇÃO

8.1. A licitação será realizada em sessão pública, por meio da Internet, mediante condições de segurança, criptografia e autenticação, em todas as suas fases.

8.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o agente de contratação e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

8.3. Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da licitação, ficando responsável por eventuais ônus decorrentes da perda de negócios causada pela inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou por motivo de desconexão.

8.4. A abertura da sessão pública ocorrerá na data e horário indicados na folha de rosto anexa a este Edital, com a divulgação das propostas de preços recebidas, na forma prevista neste instrumento convocatório.

8.5. O agente de contratação verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

8.5.1.0 Agente de Contratação poderá suspender a sessão pública para a análise dos documentos relativos às garantias de proposta apresentadas pelas licitantes.

8.6. Será desclassificada a proposta que contenha elementos que permitam a sua identificação.

8.7. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.8. Somente as licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.

9. DA FASE DE LANCES

9.1. Aberta a etapa competitiva, os representantes das licitantes classificadas deverão estar conectados ao sistema eletrônico e poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

9.1.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do lote.

9.1.2. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

9.1.3. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,01%.

9.1.4 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

9.2. Caso a licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

9.3. O sistema eletrônico não identificará o autor dos lances aos demais participantes.

9.4. A licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.

9.5. Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado.

9.6. Não serão aceitos, durante a fase da disputa aberta, dois ou mais lances iguais provenientes de licitantes distintas, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

9.7. Salvo se houver evidente erro material, não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se a licitante desistente às penalidades estabelecidas neste Edital.

9.8. Durante a fase de lances, o Agente de Contratação poderá, justificadamente e mediante comunicação via sistema, excluir lance oriundo de evidente erro material alegado pela respectiva licitante ou lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do certame, implicando, nesta última hipótese, exclusão da licitante da disputa.

9.9. Se ocorrer a desconexão do Agente de Contratação no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

9.10. No caso de a desconexão do Agente de Contratação persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes no endereço www.gov.br/compras, salvo na situação prevista no item 9.9.

9.10.1. Na situação acima, o reinício deve acontecer no turno seguinte ao da sessão suspensa, salvo em caso de impossibilidade, hipótese na qual a comunicação aos participantes deve ocorrer com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.

9.11. O procedimento da etapa de lances seguirá de acordo com o modo de disputa aberto.

9.12.A etapa de lances públicos e sucessivos terá duração de 15 (quinze) minutos e, após esse prazo, será prorrogada automaticamente pelo sistema se houver oferta de lance nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração.

9.12.1.A prorrogação automática de que trata o item 9.12 será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

9.13.Na hipótese de não haver novos lances na forma prevista nos itens 9.12.1, a sessão pública será encerrada automaticamente e o sistema ordenará e divulgará os lances em ordem crescente de classificação.

9.14.Definido o melhor lance, se a diferença em relação ao lance classificado em segundo lugar for de pelo menos 5%, o Agente de Contratação poderá admitir, por uma única vez, o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

9.15. Após o reinício previsto no item acima, as licitantes serão convocadas para apresentar lances intermediários, podendo optar por manter o seu último lance, ou por ofertar lance de valor inferior ou percentual de desconto superior.

9.16. Encerrada a etapa de que trata o item 9.15, o sistema ordenará e divulgará os lances em ordem crescente de vantajosidade, que se dará, conforme o critério de julgamento de MENOR PREÇO POR LOTE.

10. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

10.1. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

10.1.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

10.1.1.1.disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

10.1.1.2.avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei, conforme regulamento;

10.1.1.3.desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

10.1.1.4.desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

10.1.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

10.1.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de Pernambuco;

10.1.2.2. empresas brasileiras;

10.1.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

10.1.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

10.1.3. Persistindo o empate, caso as regras previstas nos itens acima não solucionem o desempate, será realizado sorteio em sessão pública.

11. DA NEGOCIAÇÃO

11.1.Após o encerramento da fase de disputa, o Agente de Contratação deverá negociar os preços apresentados pelas licitantes, podendo encaminhar contraproposta diretamente àquela que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observado o critério de julgamento e o valor máximo estimado para a contratação.

11.2.A negociação será realizada por meio do sistema eletrônico, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

11.2.1.O resultado da negociação será registrado na ata da sessão pública e divulgado a todos os licitantes.

11.3.Se, após a negociação, a licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar não oferecer proposta compatível com o valor máximo do orçamento estimado, será desclassificada da licitação, sem prejuízo da aplicação da penalidade cabível.

11.4.Os preços finais, unitários e totais, propostos pelos licitantes não poderão ultrapassar o preço unitário e global estimado pela Administração, sob pena de desclassificação da proposta.

11.4.1.No critério de julgamento pelo maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar o valor máximo do orçamento estimado.

11.5.No caso previsto no item 11.3, o Agente de Contratação buscará negociar com as licitantes subsequentes, na ordem de classificação, buscando obter proposta com valor, no mínimo, igual ao previsto no orçamento estimado.

11.6.O sistema eletrônico informará a proposta de menor preço ou maior desconto imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação promovida pelo Agente de Contratação.

12. DA CONVOCAÇÃO DA LICITANTE CLASSIFICADA PROVISORIAMENTE EM PRIMEIRO LUGAR

12.1.Após a negociação e antes da convocação da licitante para apresentar a proposta adequada ao último lance, o Agente de Contratação verificará se ela se enquadra em uma das vedações previstas no item 3.3 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame, mediante consulta ao e-fisco, PE-Integrado, Compras.Gov.Br, Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP).

12.1.1. A inscrição da licitante no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP será impeditiva apenas nos casos em que o efeito da sanção apontada no referido cadastro representar óbice à participação em licitações e contratações do Estado de Pernambuco.

12.1.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, nos termos do art.12 da Lei nº 8.429, de 1992.

12.1.3. Caso reste configurada a ocorrência de alguma das vedações elencadas no item 3.3 deste edital, será declarado o impedimento de sua participação na presente licitação, devendo o Agente de Contratação repetir este procedimento, convocando as licitantes subsequentes, de acordo com a ordem de classificação.

12.2. A licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar será convocada para apresentar a PROPOSTA DE PREÇO ADEQUADA AO ÚLTIMO LANCE, devidamente preenchida na forma do Modelo de Proposta de Preços (Anexo I do TR), bem como os DOCUMENTOS EXIGIDOS PARA A HABILITAÇÃO DIGITALIZADOS, para fins de exame de aceitabilidade do preço e de sua habilitação.

12.3. Os documentos deverão ser incluídos no Sistema no prazo de 02 (duas) horas corridas, contado a partir da convocação do Agente de Contratação.

12.4. O prazo de que trata o item 12.3 poderá ser prorrogado por igual período, antes do término do prazo originalmente previsto, mediante solicitação da licitante ou de ofício, a critério do Agente de Contratação.

12.5. Recomenda-se que as licitantes iniciem a sessão de abertura da licitação com todos os documentos necessários à classificação/habilitação previamente digitalizados.

12.6. A licitante responsabilizar-se-á pela documentação encaminhada, assumindo como verdadeiras suas propostas, declarações e atestados.

12.7. Os arquivos encaminhados deverão estar legíveis.

12.8. Caberá à licitante confirmar o recebimento pelo Agente de Contratação dos documentos encaminhados pelo sistema, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios causada pela inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Agente de Contratação no sistema.

12.9. A licitante que abandonar o certame, deixando de encaminhar a proposta e/ou documentos de habilitação DIGITALIZADOS, no todo ou em parte, no prazo previsto no item 12.3, será desclassificada ou inabilitada do certame, conforme o caso, e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.

12.10. A sessão será suspensa para aguardo da proposta de preços e dos documentos de habilitação, cabendo ao Agente de Contratação informar, através do sistema eletrônico, a data e o horário para retomada da licitação e divulgação da aceitabilidade da proposta e do resultado da habilitação.

13. DA ANÁLISE DA PROPOSTA

13.1. O Agente de Contratação examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado e à compatibilidade do objeto com as especificações técnicas do edital.

13.1.1. O Agente de Contratação poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do Estado de Pernambuco ou de pessoas físicas ou jurídicas com a expertise necessária, contratados para este fim.

13.2. Eventuais falhas formais ou materiais da proposta, como erros no preenchimento da planilha ou outros que não impedem a caracterização do objeto e a prestação dos serviços nos termos desta licitação, não constituem motivo para a desclassificação da proposta e deverão ser corrigidos pela licitante.

13.2.1. Os ajustes da proposta não poderão implicar alteração de sua substância nem aumento do seu valor global.

13.2.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

13.2.3. O Agente de Contratação poderá fixar prazo para o reenvio do anexo contendo a proposta ajustada quando o preço total ofertado for aceitável, mas os preços unitários que o compõem necessitem de ajustes para adequação aos valores estimados.

13.2.4. No caso de discrepância entre valores grafados em algarismos e por extenso, prevalecerá o valor por extenso

13.2.5. No caso de erro de multiplicação do preço unitário pela quantidade correspondente, o produto será retificado, mantendo-se inalterados o preço unitário e a quantidade.

13.2.6. No caso de erro de somatório, a adição será retificada, mantendo-se inalteradas as parcelas.

13.2.7. No caso de erros de transcrição das quantidades previstas para os serviços, o produto será corrigido devidamente, mantendo-se o preço unitário e se corrigindo a quantidade e o preço total.

13.3. Na análise da proposta não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

13.4. Serão desclassificadas as propostas que:

- a) não obedeçam às especificações técnicas previstas neste Edital;
- b) permaneçam com valores unitários ou global superiores aos estimados, após a negociação de que trata o item 11;
- c) contenham preços manifestamente inexequíveis ou não tenham sua exequibilidade

demonstrada, quando exigido pela Administração;

d)apresentem vício ou desconformidade insanável com quaisquer outras exigências deste Edital;

e)contenham falhas, apontadas pelo agente de Contratação, não corrigidas nem justificadas, mesmo após a oportunidade de saneamento de que trata o item 16 deste Edital;

f)apresentem valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

13.5. Considerar-se-á indício de inexecuibilidade de proposta valores inferiores a 50% do valor estimado para contratação.

13.5.1. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, o Agente de Contratação deverá, por meio de diligência, conferir à licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade da sua proposta.

13.5.2. A inexecuibilidade só ficará comprovada quando, cumulativamente, o custo da licitante ultrapassar o valor da proposta e inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o valor proposto.

13.5.3. A análise de exequibilidade da proposta não considerará materiais e instalações a serem fornecidos pela licitante em relação aos quais conste da proposta renúncia expressa à parcela ou à totalidade da remuneração.

13.6. Não se admitirá proposta que não observe a desoneração do ICMS quando se tratar de hipótese enquadrada na isenção prevista no Decreto Estadual nº 44.650/17 (Convênio ICMS 73/04).

13.7.Se a proposta da licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar não for aceita, o Agente de Contratação retomará a sessão pública para convocar as licitantes subsequentes, obedecida a ordem de classificação, a fim de apresentarem proposta de preços e documentos de habilitação, no mesmo prazo e condições do item 12.3, e realizarem a negociação de que trata o item 11, até a apuração de uma que atenda às condições editalícias.

13.8. Quando todas as licitantes forem desclassificadas, o Agente de Contratação poderá fixar o prazo de 8 (oito) dias úteis para a apresentação de novas propostas escoimadas das causas de desclassificação.

13.9. Classificada a proposta, o Agente de Contratação dará início à fase de habilitação da licitante classificada em primeiro lugar, mediante a verificação da documentação exigida neste Edital.

14. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

14.1. A licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar os seguintes documentos, nos termos e prazo previstos neste Edital:

14.2. Habilitação Jurídica:

14.2.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

14.2.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.

14.2.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

14.2.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

14.2.5.1. Sociedades estrangeiras que não funcionem no País devem apresentar documentos de habilitação equivalentes, na forma de regulamento emitido pelo Poder Executivo Federal, inicialmente em tradução livre.

14.2.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

14.2.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

14.2.10. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

14.3. Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista:

14.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

14.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, através da Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND), expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa;

14.3.3. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, comprovada através de apresentação de certidão fornecida pela Caixa Econômica Federal;

14.3.4. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Municipal relativo ao domicílio da licitante;

14.3.5. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

14.3.6. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do Estado de Pernambuco, mediante apresentação de Certidão de Regularidade Fiscal (CRF) emitida pela Secretaria da Fazenda do Estado (SEFAZ/PE).

14.3.7. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, mediante apresentação de Certidão de Regularidade Fiscal (CRF) emitida pela Secretaria da Fazenda relativa ao domicílio da licitante.

14.3.8. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, através de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, de acordo com a Lei nº 12.440/2011 e Resolução Administrativa nº 1.470/2011 do TST.

14.3.9. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

14.3.10. Caso a licitante esteja em recuperação judicial, estará dispensada da apresentação dos documentos de regularidade fiscal, social e trabalhista, com exceção da certidão de regularidade perante a Previdência Social, nos termos do artigo 52, inciso II, da Lei Federal nº 11.101/2005.

14.3.10.1. Para os fins do disposto no item acima, a licitante deverá apresentar decisão judicial em vigor que autorize o processamento do pedido de recuperação e dispense expressamente as certidões negativas, e comprovar que o respectivo plano de recuperação ainda não foi aprovado e homologado em Juízo.

14.3.10.2. Caso a licitante em recuperação judicial já tenha tido seu plano aprovado e homologado em juízo até a data de abertura da fase de habilitação do certame, a dispensa prevista acima não subsiste e a licitante deverá apresentar todas as certidões de regularidade requeridas neste Edital.

14.4. Qualificação Técnica:

14.4.1. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, ou ao item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, em nome da licitante, expedidos por pessoa(s) de direito público ou privado ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

14.4.1.1. Para fins de comprovação, os atestados/certidões devem dizer respeito à prestação de serviços INTERMEDIÇÃO DE INTERCÂMBIO no qual se teve a organização, gestão ou execução de programas de intercâmbio internacional ou mobilidade estudantil, ou ainda de serviços correlatos de natureza educacional e logística internacional, com características mínimas compatíveis com atividades como intermediação com instituições de ensino no exterior, suporte acadêmico e operacional aos participantes, gestão de viagens internacionais, hospedagem e acompanhamento de estudantes no exterior, executados de forma satisfatória para pessoas jurídicas de direito.

14.4.1.2. Será considerado compatível com a quantidade os atestados ou certidões que apresentarem, no mínimo, 40% (quarenta por cento) das quantidades estimadas na licitação para cada lote, exigindo-se a comprovação cumulativa quando da classificação provisória em primeiro lugar em mais de um lote/item;

14.4.1.3. Para fins de aferição do percentual mínimo de 40% (quarenta por cento) relativo à qualificação técnica, em sendo obtido resultado cujo número possua casas decimais, deverá ser realizado arredondamento para o primeiro menor número inteiro.

14.4.1.4. Será admitido, para fins de comprovação do quantitativo mínimo, o somatório das quantidades descritas em um ou mais atestados apresentados.

14.4.1.5. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

14.4.1.6. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da licitante.

14.4.1.7. Não serão aceitos atestados emitidos pela licitante, em seu próprio nome, nem qualquer outro em desacordo com as exigências do Edital.

14.4.1.8. A licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

14.4.1.9. Será admitida a apresentação de atestados relativos a potencial subcontratado em relação à parcela do serviço de técnicos referentes aos serviços de traslado dos estudantes, de testes e aplicação de vacinas, a tradução juramentada, serviços gráficos e de contratação de empresas de áudio e imagens, se necessário, exigidas e descritas em tópicos específicos deste termo, tendo em vista que se trata de aspectos técnicos específicos do serviço, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor total do contrato, e que não equivale à parcela de maior relevância técnica ou econômica do presente objeto, cuja subcontratação foi expressamente autorizada no TR.

14.5. Qualificação Econômico-Financeira:

14.5.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física ou de sociedade simples.

14.5.2. Certidão Negativa de Falência, expedida pelo distribuidor ou distribuidores (caso exista mais de um) da sede ou domicílio da licitante.

14.5.2.1. Certidão Negativa de Falência referente aos processos distribuídos pelo PJe (processos judiciais eletrônicos) da sede ou domicílio da licitante.

14.5.2.2. A certidão descrita no item 14.5.2.1 somente é exigível quando a certidão negativa de Falência da sede ou do domicílio da licitante contiver a ressalva expressa de que não abrange os processos judiciais eletrônicos.

14.5.2.3. No caso de Certidão Positiva de Falência, a licitante será inabilitada, salvo se restar comprovado que não houve decisão judicial válida e eficaz decretando a falência da empresa.

14.5.3. Comprovação de Capital Social ou Patrimônio Líquido Mínimo correspondente a 10% (dez por cento) do valor estimado da licitação para o respectivo lote, exigindo-se a comprovação cumulativa quando da classificação provisória em primeiro lugar em mais de um lote.

14.5.4. Comprovação da boa situação financeira da licitante através do cumprimento dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez31 Corrente, resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, nos valores indicados:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} = \text{igual ou superior a } 1$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} = \text{igual ou superior a } 1$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} = \text{igual ou superior a } 1$$

14.5.5. Para fins de comprovação de Patrimônio Líquido e dos índices contábeis, o licitante deverá apresentar Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis dos últimos 2 (dois) exercícios sociais, exigíveis e apresentados na forma da lei (incluindo o termo de abertura e termo de encerramento), devendo cumprir a qualificação em ambos os exercícios, salvo quando a licitante tiver sido constituída há menos de 02 (dois) anos, hipótese na qual tais documentos limitar-se-ão ao último exercício financeiro.

14.5.6. Os balanços e demonstrações devem conter os registros ou autenticação no órgão competente e estar devidamente assinados pelo administrador da empresa e pelo profissional habilitado junto ao Conselho Regional de Contabilidade – CRC, e vir acompanhados dos termos de abertura e de encerramento.

14.5.7. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura, conforme art. 65, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.5.8. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil da licitante.

14.6. Documentos complementares

14.6.1. Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, de acordo com o modelo estabelecido no Anexo II deste Edital.

14.6.2. Declaração de cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, de acordo com o modelo estabelecido no Anexo II deste Edital.

14.6.3. Declaração de que não possui em seu quadro societário ou de pessoal agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, nos termos do art. 9º, §1º da Lei 14.133/2021, de acordo com o modelo estabelecido no Anexo II deste Edital.

14.6.4. Declaração de que não incorre em qualquer uma das vedações impostas no art. 14 da Lei 14.133/2021 aplicáveis ao objeto da presente licitação, de acordo com o modelo estabelecido no Anexo II deste Edital.

14.6.5. Declaração de que atende às disposições da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), conforme determinação da Lei Estadual nº 18.671/2024, de acordo com o modelo estabelecido no Anexo II deste Edital.

14.7. Das regras gerais relativas aos documentos de habilitação

14.7.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

14.7.1.1. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

14.7.1.2. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

14.7.1.3. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

14.7.1.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

14.7.1.5. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

14.7.1.6. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

14.7.1.7. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

14.7.2. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

14.7.3. Quando da convocação da licitante para apresentação dos documentos de habilitação, a qualquer tempo, os documentos relativos à habilitação jurídica, à qualificação técnica e à qualificação econômico-financeira deverão remontar à data da sessão de abertura do certame, demonstrando-se que, à época da licitação, a licitante reunia as condições de habilitação.

14.7.3.1. Se os documentos indicados no item 14.7.3, na data da convocação, encontrarem-se com prazo de validade expirado, ou tenham sofrido alterações, devem ser também apresentados novos documentos que comprovem a manutenção das condições de habilitação;

14.7.4. Os documentos de regularidade fiscal, social e trabalhista, previstos no item 14.3, devem encontrar-se válidos na data da convocação.

14.7.5. Inexistindo preceito legal ou prazo de validade fixado no próprio instrumento, os documentos/certidões serão considerados válidos por um período de 90 (noventa) dias contados da sua emissão, exceto quando se tratar de Certidão Negativa de Falência, que terá validade de 180 (cento e oitenta) dias da sua expedição.

14.7.5.1. Caso haja previsão de prazo diverso em lei ou em norma infralegal municipal, de outros estados da federação ou internacional, a licitante ficará responsável por juntar a respectiva comprovação.

14.7.6. Não será aceito qualquer protocolo de entrega ou de solicitação de documentos em substituição aos documentos relacionados neste Edital.

14.7.7. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo Certificado de Registro de Fornecedor emitido pelo CADFOR-PE, desde que os documentos contemplados estejam dentro do prazo de validade,

ou pelo certificado de registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, nos termos do regulamento próprio.

14.7.8. Para fins de habilitação, a verificação dos documentos pelo agente de Contratação nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

14.7.9. Caso a licitante não logre comprovar o atendimento cumulativo dos requisitos de qualificação técnica e econômico-financeira para todos os lotes/itens em que seja classificada provisoriamente em primeiro lugar, caberá a Administração especificar, considerando a maior economia obtida em valores absolutos de cada lote/item, os respectivos lotes/itens para os quais a licitante será habilitada.

14.7.9.1. Na hipótese de o certame ser homologado de forma parcial, correspondente a determinados lotes ou itens, a aplicação da regra prevista no subitem 14.7.9 restringir-se-á aos lotes ou itens abrangidos pela respectiva homologação. A escolha dos lotes ou itens para os quais a licitante será habilitada, com base na maior economia obtida em valores absolutos, deverá ocorrer exclusivamente dentre aqueles incluídos na etapa de homologação em curso.

14.7.10. Em caso de participação de licitantes estrangeiras que não funcionem no país, as exigências de habilitação serão atendidas mediante a apresentação de documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

14.7.10.1. Caso seja vencedora a licitante estrangeira que não funcione no país, será exigido, como condição para assinatura do contrato, que os documentos apresentados sejam traduzidos por tradutor juramentado e consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

14.7.10.2. A autenticação consular ou em embaixada será dispensada quando se tratar de documento público e o respectivo país for signatário da Convenção de Haia, sendo, neste caso, necessário apenas o apostilamento do documento em cartório, nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.660/2016.

14.7.11. Será inabilitada a licitante que apresentar declaração ou documentação falsa, que deixar de apresentar quaisquer documentos exigidos ou apresentá-los em desacordo com as exigências deste Edital, ressalvado o disposto no subitem 14.7.7.

14.7.12. Habilitada a licitante, o agente de contratação encaminhará todos os documentos apresentados para fins de inscrição da licitante no CADFOR ou de atualização do respectivo registro cadastral, se já houver.

14.7.12.1. É obrigação da licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais e manter atualizados os documentos em seu registro no CADFOR até a homologação do certame, sob pena de decair do direito à contratação.

15. DA DECLARAÇÃO DA LICITANTE VENCEDORA

15.1. Verificado o atendimento das exigências de habilitação fixadas neste Edital, a(s) licitante(s) será(ão) declarada(s) vencedora(s) em sessão pública.

15.2. Na hipótese de a licitante não atender às exigências de habilitação, o Agente de Contratação retornará o processo à fase de negociação para exame das ofertas subsequente assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital de licitação.

15.3. Após análise de todas as propostas, na hipótese de não haver licitante classificada que atenda às exigências de habilitação, o Agente de Contratação poderá conceder o prazo de 8 (oito) dias úteis para que as licitantes classificadas apresentem nova documentação escoimada das causas da inabilitação, observada a ordem de classificação.

16. DO SANEAMENTO DA PROPOSTA E DA HABILITAÇÃO

16.1. Durante as fases de julgamento e de habilitação, o Agente de Contratação, mediante decisão fundamentada, poderá realizar diligências para sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e a validade jurídica dos documentos de habilitação, devendo registrá-las em ata acessível aos licitantes.

16.2. Fica vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

a) complementação de informações ou esclarecimentos adicionais acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes;

b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado;

c) comprovação de situação fática preexistente à época da abertura do certame.

16.2.1. Para os fins do disposto na alínea “c”, é lícita a juntada de certidão ou atestado não anexados à documentação originalmente apresentada, desde que tenham data anterior à abertura do certame ou se refiram inequivocamente a condição adquirida pelo licitante antes da abertura do certame.

16.2.2. Na falta de documentos de habilitação que consistam em mera declaração da licitante sobre fato preexistente ou em simples compromisso por ela firmado, poderá ser concedido prazo para saneamento da falha.

16.3. A realização de diligências não confere à licitante novo prazo ou oportunidade de obter condição ou requisito que antes não detinha, nem autoriza o Agente de Contratação a fazer exigências novas não previstas no edital.

16.4. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares à proposta e à habilitação, os documentos deverão ser apresentados em formato digital, via sistema, no prazo de 01 (um) dia útil.

16.5. Sendo necessária a suspensão da sessão pública para a realização de diligências, o reinício se dará mediante aviso prévio no sistema COMPRAS.GOV, com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

17. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

17.1. Após a declaração do(s) vencedor(es), qualquer licitante inconformada com o resultado poderá manifestar, ao final da sessão pública, a intenção de recorrer contra o julgamento das propostas ou a habilitação ou inabilitação de licitantes, através de campo próprio do sistema eletrônico, sendo-lhes então concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para anexar no sistema eletrônico memoriais contendo as razões recursais.

17.1.1. A intenção de recorrer deverá ser registrada no sistema em até 10 (dez) minutos após a declaração do vencedor.

17.1.2. A falta de manifestação imediata da intenção recursal importará preclusão e a adjudicação do objeto à licitante vencedora.

17.2. Os demais interessados ficam, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões no prazo de 03 (três) dias úteis, que começarão a correr após o término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

17.3. As razões do recurso e das contrarrazões deverão ser anexadas em campo próprio do sistema eletrônico.

17.4. O recurso terá efeito suspensivo até a decisão final da autoridade competente e o seu acolhimento importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

17.5. As razões do recurso serão dirigidas ao Agente de Contratação, que, no prazo de 03 (três) dias úteis, poderá reconsiderar sua decisão ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso à autoridade superior, devidamente motivado, para decisão final no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

17.6. A decisão dos recursos deverá ser divulgada no sistema Compras.gov.br.

17.7. Não serão conhecidos recursos apresentados em desacordo com as regras estabelecidas neste item ou fora do prazo e horário legal ou, ainda, subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

17.8. Decididos os recursos, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto da licitação à licitante vencedora.

17.9. Verificada a regularidade dos procedimentos, o agente de contratação encaminhará o processo à autoridade competente para a homologação.

18. DO CONTRATO

18.1. A contratação decorrente desta licitação será formalizada mediante a assinatura de termo de contrato, conforme modelo constante do Anexo IV.

18.2. Após a homologação da licitação, a adjudicatária será convocada para assinatura do termo de contrato no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da convocação, sob pena de decair o direito à contratação.

18.2.1. O prazo para assinatura do termo de contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação da adjudicatária e desde que ocorra motivo justo, aceito pelo contratante, e que seja formulada antes do decurso do prazo assinalado.

18.2.2. Se o instrumento de contrato não for assinado pelo representante legal do contratado, deverá ser apresentada procuração, devidamente reconhecida em cartório, com poderes que habilitem o mandatário a assinar o instrumento.

18.3. Por ocasião da convocação para assinatura do contrato, a contratante deverá consultar a regularidade da adjudicatária no CADFOR, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep).

18.3.1. Se houver pendência documental no CADFOR e não for possível atualizá-lo por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais, a adjudicatária será notificada para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das respectivas certidões vigentes, sob pena de decair do direito à contratação.

18.4. O não comparecimento injustificado da adjudicatária, a não apresentação dos documentos exigidos como requisito de contratação e a desatualização de seus documentos de habilitação no CADFOR importará na recusa à contratação, sujeita à aplicação das penalidades previstas neste Edital e à perda da garantia da proposta, quando houver, nos termos do item 19.1.2.

18.4.1 Na hipótese do item 18.4, a adjudicação poderá ser anulada e retomado o procedimento licitatório, a fim de que o Agente de Contratação retorne à fase de negociação para exame das ofertas subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital de licitação e seja declarada uma nova adjudicatária.

18.5. Poderá ser acrescentada ao contrato vantagem apresentada pela licitante vencedora em sua proposta, desde que seja pertinente e compatível com os termos deste Edital, não represente quaisquer ônus para a Administração e a respectiva aceitação esteja devidamente fundamentada.

19. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1. Comete infração administrativa, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, a licitante ou a adjudicatária que:

19.1.1. convocada dentro do prazo de validade da proposta, não comparecer para assinar a Ata de Registro de Preços ou o instrumento contratual;

19.1.2. deixar de entregar documentação exigida durante a licitação ou para fins de assinatura da Ata ou do contrato, inclusive a garantia da proposta ou de execução contratual;

19.1.3. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:

19.1.3.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

19.1.3.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

19.1.3.3. desistir dos lances ofertados, a menos que haja erro material reconhecido;

19.1.3.4. desistir da proposta após encerrada a etapa competitiva ou der causa à sua desclassificação ao não oferecer, mesmo após negociação, proposta compatível com o valor máximo do orçamento estimado;

19.1.3.5. apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital.

19.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

19.1.5. fraudar a licitação;

19.1.6. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

19.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

19.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

19.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento.

19.1.8. cometer fraude de qualquer natureza;

19.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

19.2. As licitantes ou adjudicatárias que incorram em infrações sujeitam-se às seguintes sanções administrativas, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

19.2.1. Multa;

19.2.2. Impedimento de Licitar e Contratar com a Administração Direta e Indireta do Estado de Pernambuco, pelo prazo de até 03 (três) anos;

19.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) e máximo de 06 (seis) anos.

19.3. As sanções previstas nos itens 19.2.2 e 19.2.3 poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

19.4. A penalidade de multa será aplicada de acordo com as seguintes regras:

19.4.1. Multa de 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) sobre o valor estimado para o item/lote do qual participou, observado o valor mínimo de 10.000,00 (dez mil reais) e o máximo de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), a ser aplicada a quem cometer a infração prevista no item 19.1.1 deste edital;

19.4.2. Multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) até 1% (um por cento) sobre o valor total do item/lote do qual participou, observado o valor mínimo de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) e máximo de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), a ser aplicada a quem cometer a infração prevista nos itens 19.1.2 e 19.1.3. deste edital;

19.4.3. Multa de 10% (dez por cento) até 30% (trinta por cento) sobre o valor estimado para o item/lote do qual participou nos casos das infrações previstas nos itens 19.1.4, 19.1.5., 19.1.6., 19.1.7, 19.1.8 e 19.1.9 deste edital.

19.5. Além da multa, aplicada conforme os itens precedentes, será aplicável a penalidade de Impedimento de Licitar e Contratar com a Administração Direta e Indireta do Estado de Pernambuco, nos seguintes casos e condições:

19.5.1. No cometimento da infração prevista no item 19.1.1: de 6 a 12 meses;

19.5.2. No cometimento das infrações previstas nos itens 19.1.2 e 19.1.3: até 6 meses;

19.6. Além da multa, aplicada conforme os itens precedentes, será aplicável a penalidade de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativo, no cometimento das infrações previstas nos itens 19.1.4, 19.1.5, 19.1.6, 19.1.7, 19.1.8 e 19.1.9: de 03 a 6 anos;

19.7. Na fixação das penalidades, dentro das faixas de multa estabelecidas neste Edital, bem como dos prazos previstos nos itens 19.5 e 19.6. deverão ser observadas:

19.7.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

19.7.2. As peculiaridades do caso concreto;

19.7.3. Circunstâncias gerais agravantes ou atenuantes da infração

19.7.4. Os danos para a Administração Pública resultantes da infração;

19.7.5. A vantagem auferida em virtude da infração;

19.7.6. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle;

19.8. Em caso de reincidência na prática de infração sancionada com a mesma penalidade objeto de condenação definitiva anterior, ocorrida no prazo igual ou inferior a 12 (dozes) meses, contados da data de publicação da decisão definitiva da condenação anterior, as faixas de multa e os prazos previstos neste Edital poderão ser majorados em até 50% (cinquenta por cento), observados os limites máximos previstos em lei.

19.9. As penalidades deverão ser registradas no sistema e-fisco, no PE-integrado, no Compras.gov.br, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da decisão definitiva de aplicação da sanção.

19.10. Nenhuma penalidade será aplicada sem o devido Processo Administrativo de Aplicação de Penalidade - PAAP, disciplinado em Decreto Estadual.

19.11. Havendo indícios de cometimento das condutas previstas na Lei Federal nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), a documentação pertinente será encaminhada às autoridades competentes para apuração da conduta típica em questão.

20. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1. A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do pregão constarão de ata, sem prejuízo das demais formas de publicidade.

20.2. As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas às licitantes por qualquer meio de comunicação que comprove o seu recebimento ou, ainda, mediante publicação no Sistema Pe-Integrado ou no Diário Oficial do Estado de Pernambuco.

20.3. A presente licitação poderá ser revogada, por motivo de conveniência e oportunidade, em decorrência de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou será anulada, por ilegalidade insanável, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante ato escrito e devidamente fundamentado, nos termos do art. 71 da Lei nº 14.133/2021.

20.4. Constatado vício insanável na licitação, a decisão sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, nos termos do art. 147 da Lei nº 14.133/2021.

20.5. Após a adjudicação do objeto, a revogação ou a anulação da licitação somente será efetivada depois de concedido à adjudicatária do prazo de 3 (três) dias úteis para exercício do direito ao contraditório e à ampla defesa.

20.5.1. Da decisão da autoridade de anular ou revogar o certame caberá recurso, no prazo de 03 (três) dias úteis para a autoridade máxima do órgão ou entidade responsável.

20.6. As licitantes não terão direito à indenização em decorrência da revogação, cabendo, em caso de anulação, o dever de indenizar o contratado pelo que houver executado até a data em que for declarada ou tornada eficaz, bem como por outros prejuízos regularmente comprovados, desde que não lhe seja imputável.

20.7. A participação das licitantes nesta licitação implica a aceitação de todos os termos deste Edital.

20.8. Em caso de divergência entre o Termo de Referência e o Edital de Licitação, prevalece o Edital.

20.9. Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto a ser licitado descritas no Compras.gov.br e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

20.10. Constituem anexos deste instrumento convocatório, dele fazendo parte integrante:

- a) Anexo I - Termo de Referência (com seus respectivos anexos, inclusive Modelo de Proposta);
- b) Anexo II - Declarações complementares;
- c) Anexo III - Minuta do Contrato (com seus respectivos anexos).
- d) Anexo IV - Modelo de Folha de Rosto

20.11. Os casos omissos neste Edital serão decididos com base na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas que regem a matéria.

20.12. A data de abertura da sessão pública poderá ser adiada por conveniência do órgão licitante, sem prejuízo do disposto no art. 55, II, "a" e "b", da Lei nº 14.133, de 2021.

Recife, Data da assinatura eletrônica.

DEIVSON MICHEL GOMES DE SENA

Agente de Contratação 43

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0224.2026.AC-43.PE.0131.SAD.SEE

COMPRASGOV Nº 90131.2026

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

SEINº1400004652.000135/2025-03

SC Nº 140101000012025000303

1 DO OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1. Contratação de prestação de serviços de empresa(s) especializada(s) para oferta de **2.000 (dois mil) pacotes de intercâmbio internacional** (mobilidade estudantil), a serem fornecidos para os estudantes de escolas da Rede Pública de Educação de Pernambuco, em escolas da **Argentina, Espanha, Reino Unido, Canadá e Estados Unidos** e visando atender às necessidades da Secretaria de Educação de Pernambuco, por intermédio da Secretaria Executiva de Desenvolvimento da Educação, através do Programa Ganhe o Mundo Tradicional, conforme as condições, especificações, quantidades e exigências contidas no Estudo Técnico Preliminar e neste Termo de Referência.

1.2 As especificações e os quantitativos do objeto desta licitação estão divididos por **LOTES** e descritos conforme quadros constantes no anexo E.

1.3 Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas no E-fisco/Termo de Referência e no CATSER, prevalecerá a descrição do E-fisco/Termo de Referência.

2 DAS JUSTIFICATIVAS

2.1 JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1.1A Justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizadas em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares (item 1 do ETP), anexo deste Termo de Referência.

2.2 JUSTIFICATIVA DO QUANTITATIVO ESTIMADO

2.2.1A Justificativa para o quantitativo necessário ao atendimento da necessidade pública encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares (item 6 do ETP), anexo deste Termo de Referência.

2.3 JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DA SOLUÇÃO

2.3.1. A Justificativa da escolha da solução a ser licitada encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares (item 5 do ETP), anexo deste Termo de Referência.

2.4 JUSTIFICATIVA PARA O NÃO PARCELAMENTO DA CONTRATAÇÃO

2.4.1 A Justificativa para o não parcelamento do objeto encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares (item 8 do ETP), anexo deste Termo de Referência, de modo a permitir a ampliação da competitividade, diante das particularidades do caso concreto.

2.4.2 Conclui-se, portanto, que o modelo definido para esta contratação é o mais adequado tanto técnica, quanto economicamente, sem restringir ou prejudicar a competitividade do certame e, consequentemente, o mais propício para promover maior vantajosidade para o Estado.

2.4.3 Dessa forma, entende-se que a licitação está disposta com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade, sem perda da economia de escala.

2.5 DA VEDAÇÃO DE EMPRESAS SOB A FORMA DE CONSÓRCIO

2.5.1. De acordo com o art. 15 da Lei nº 14.133/2021, a participação de empresas reunidas em consórcio poderá ser vedada, segundo discricionariedade da Administração, com base em justificativa técnica que leve em consideração as peculiaridades do caso concreto.

2.5.2. Assim, não poderá participar desta licitação consórcio de empresa, qualquer que seja sua forma de constituição, visto que não se faz necessária a conjugação de esforços para a prestação do presente serviço.

2.5.3. Embora o valor estimado da contratação seja de aproximadamente R\$ 202.000.000,00, enquadrando-se como contratação de grande vulto, nos termos do art. 6º, inciso XXII, da Lei nº 14.133/2021, verifica-se que o objeto não apresenta complexidade técnica que justifique a conjugação de capacidades empresariais distintas por meio da formação de consórcio. Trata-se, em essência, da prestação de serviços especializados de organização e execução de programas de mobilidade estudantil internacional, atividade amplamente ofertada por empresas e instituições do setor educacional e de intercâmbio, as quais, isoladamente, possuem capacidade técnica, operacional e econômico-financeira para executar integralmente as obrigações previstas no Termo de Referência.

2.5.4. Ademais, a formação de consórcios é usualmente admitida em contratações que envolvem alta complexidade técnica, elevada especialização ou necessidade de integração de múltiplas competências empresariais complementares, situações em que empresas individualmente não conseguiriam atender às exigências de habilitação ou executar o objeto de forma integral. No caso em análise, contudo, o objeto caracteriza-se como serviço padronizado no mercado de intercâmbio educacional, cuja execução pode ser plenamente realizada por empresas do ramo que possuam rede internacional de instituições parceiras, estrutura de gestão de mobilidade estudantil e experiência na organização logística e pedagógica de programas de intercâmbio.

2.5.5. Ressalte-se, ainda, que a vedação à participação de consórcios não restringe a competitividade do certame, uma vez que há amplo mercado de empresas especializadas na prestação de serviços de intercâmbio educacional internacional, capazes de atender às condições estabelecidas no edital de forma individual. Ao contrário, a vedação pode contribuir para maior eficiência na gestão contratual, ao evitar estruturas societárias complexas, potenciais conflitos de responsabilidade entre consorciadas e dificuldades na fiscalização e execução contratual.

2.5.6. Dessa forma, considerando as características do objeto, a existência de fornecedores aptos a executá-lo individualmente e a necessidade de assegurar maior eficiência administrativa, clareza na responsabilização contratual e adequada gestão do contrato, conclui-se que a vedação à participação de empresas sob a forma de consórcio mostra-se medida adequada e alinhada ao interesse público, em observância aos princípios da eficiência, competitividade, economicidade e moralidade administrativa, previstos na Lei nº 14.133/2021.

2.5.7. Por todo o exposto, conclui-se que a vedação da participação de empresas sob a forma de consórcio é medida que melhor atende o interesse público, por prestigiar os princípios da competitividade, economicidade e moralidade.

2.6. DA VEDAÇÃO DE PROFISSIONAIS ORGANIZADOS EM COOPERATIVA NA LICITAÇÃO

2.6.1. É vedada a participação de profissionais organizados em cooperativas na presente licitação, uma vez que pela natureza do serviço ou pelo modo como é usualmente executado no mercado em geral, se tem a necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado, bem como de pessoalidade e habitualidade. Isto é, contratações cujo objeto envolve o exercício de atividade que demande a existência de vínculos de emprego/subordinação desses profissionais com a pessoa jurídica contratada (cooperativa). Assim, a vedação no caso em concreto se dá diante da impossibilidade, para atividade, que, pela sua natureza, exijam subordinação de mão de obra.

2.7 DA VEDAÇÃO DE PESSOAS FÍSICAS NA LICITAÇÃO

2.7.1. É vedada a participação de pessoas físicas na presente licitação, uma vez que a contratação do presente objeto exige um patrimônio líquido mínimo e estrutura mínima, com um corpo técnico para a execução do objeto, os quais são incompatíveis com a natureza profissional da pessoa física.

3. DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

3.1. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS/DETALHAMENTO DO OBJETO

3.1.1. Além da descrição apresentada na(s) tabela(s) do quadro resumo deste Termo de Referência (Anexo A), para a prestação dos serviços, deve-se observar as seguintes especificações:

3.1.1.1. A mobilidade estudantil internacional (intercâmbio) será realizada em escolas que ofereçam curso equivalente à educação básica no Brasil (*High School* para os países de língua Inglesa e *Escuela Secundaria* para os países de língua Espanhola) e/ou em College/Cursos de Idiomas, no qual estejam preparadas para receber estudantes internacionais e que possuam o domínio do idioma equivalente ao nível B1, de acordo com o quadro comum europeu de referência, oferecendo a eles total apoio, infraestrutura e acolhimento.

3.1.1.2. A mobilidade estudantil internacional deverá ser estruturada para contemplar período de até 18 (dezoito) semanas letivas. Nos casos em que, em razão do calendário acadêmico da instituição ou do país de destino, não seja possível atingir esse período, deverá ser garantida duração mínima de 16 (dezesesseis) semanas letivas.

3.1.1.3. O cronograma do intercâmbio acadêmico seguirá o calendário do semestre letivo do país de destino do (a) estudante, podendo o programa ter início no começo do semestre ou em sua metade, conforme a organização acadêmica da instituição anfitriã. Para programas realizados na Argentina, os embarques ocorrerão preferencialmente nos meses de março ou julho, em conformidade com o calendário letivo local. Para programas realizados nos demais países, os embarques ocorrerão preferencialmente nos meses de janeiro ou setembro, observado o calendário acadêmico da instituição anfitriã.

3.1.1.4. As aulas deverão ter carga horária semanal mínima de **30 (trinta) horas**, em conformidade com os requisitos estabelecidos pelo Ministério da Educação – MEC, para a devida validação curricular. A prioridade do Programa será a matrícula dos estudantes em **High School**, na forma de aulas presenciais, contemplando no mínimo cinco (05) disciplinas eletivas, a serem escolhidas entre: inglês ou espanhol (a depender do país de destino); matemática; educação física; física, química ou biologia; história, geografia, sociologia ou filosofia; além de outras atividades culturais e/ou acadêmicas disponibilizadas pela instituição de ensino estrangeira. Em caráter excepcional, nos casos em que não seja possível a matrícula em High School, poderá ser ofertada a matrícula em **College ou curso de idiomas**, hipótese em que o estudante deverá obrigatoriamente cursar aulas presenciais na disciplina de inglês e, preferencialmente, em pelo menos duas (02) disciplinas complementares voltadas ao enriquecimento acadêmico, cultural ou profissional, tais como literatura, comunicação, tecnologia, artes ou ciências sociais, observada a grade curricular da instituição parceira.

3.1.1.5. O pacote do intercâmbio envolverá:

3.1.1.5.1. Emissão de passaporte comum (primeira e/ou segunda via, caso o estudante já possua um passaporte e não esteja válido);

3.1.1.5.2. Emissão dos vistos, quando exigido pelo país de destino, para a realização da mobilidade estudantil (intercâmbio dos estudantes), e também emissão dos vistos para o (a) COORDENADOR (A), e nas ocasiões em que se fizer necessária sua presença conforme prevista no item 3.2.6.4, e emissão dos vistos para o representante da contratada;

3.1.1.5.3. Taxa escolar referente ao período de intercâmbio de até 18 (dezoito) semanas, no país de destino;

3.1.1.5.4. Passagens aéreas nacionais e internacionais de ida e volta, em bilhete único, com franquia de bagagem internacional (bagagem despachada de no mínimo 23kg e bagagem de mão de até 10kg), desde a saída dos intercambistas do Recife até o seu destino final no exterior, em classe econômica/turística ou superior, desde que possibilite o embarque em grupo e respeitando as exigências constantes neste Termo de Referência;

3.1.1.5.5. Translado de chegada/retorno dos estudantes e coordenadores no aeroporto/estação de destino até o local de suas hospedagens;

3.1.1.5.6. Material escolar e fardamento, no caso das escolas do Programa de Intercâmbio que exigem a vestimenta.

3.1.1.5.7. Acomodação e alimentação com no mínimo três refeições diárias (café da manhã, almoço e jantar), em casa de família, observando as seguintes orientações: a acomodação do estudante em hospedagem adequada no exterior, devendo esta ser oferecida na forma de casa de família hospedeira, em um ambiente seguro, acolhedor e com higiene;

3.1.1.5.8. Caberá à contratada selecionar as famílias cujas acomodações observem as regras previstas nesta licitação;

3.1.1.5.9. Ajuda de custo, na forma de 06 (seis) bolsas intercâmbio para cada estudante, no valor de R\$ 1.620,00 (Um Mil Seiscentos e Vinte reais) cada, sendo 01 (uma) bolsa de “ajuda de instalação” (para compra de roupas e demais despesas iniciais) e 05 (cinco) bolsas mensais de “manutenção” (transportes e demais despesas pessoais), em conformidade com a Lei nº 14.512 de 7 de dezembro de 2011 o qual teve seu último valor ajustado pelo decreto nº 53.355, de 15 de agosto de 2022;

3.1.1.5.10. Seguro viagem e saúde, em nome de cada estudante durante todo o período em que esteja no exterior, para prestação de todo e qualquer auxílio para a preservação da saúde física e emocional dos estudantes enviados ao exterior que inclua cobertura da COVID-19 e variantes, bem como outras pandemias e endemias que possam surgir, e também pela cobertura para os seguintes benefícios e valores:

BENEFÍCIOS	(US\$)
Assistência Médico Hospitalar	200.000 até 250.000

Repatriação Funerária	até 50.000
Repatriação Sanitária	até 50.000
Acidentes Pessoais	50.000 até 100.000
Invalidez Permanente	50.000 até 100.000
Passagem Ida/Volta de 1(um) familiar	até 10.000
Gastos com hotel para acompanhante	até 150/dia
Assistência para perda de bagagem	2.000 até 6.000
Medicamentos	COBERTO
Atraso de bagagem	250 até 300
Emergência odontológica	até 1.000
Acidente odontológico	até 1.000
Perda de embarque por item/objeto	300 até 500
Assistência Legal	1.000 até 1.500
Serviço de auxílio na localização e encaminhamento de bagagem	COBERTO

3.1.1.5.11. Vacinas e exames obrigatórios conforme exigência de cada país de destino;

3.1.1.5.12. Testes de saúde específicos para embarques e desembarques exigidos pelos países de origem (quando houver);

3.1.1.5.13. Tradução juramentada do cartão de vacinação COVID-19, quando exigido pelo país de destino;

3.1.1.5.14. Tradução juramentada do histórico escolar do estudante referente ao período do intercâmbio;

3.1.1.5.15. Fornecer aos estudantes intercambistas e coordenadores chip de telefonia móvel, **físico ou virtual (eSIM)**, conforme a tecnologia disponível no país de destino e compatibilidade com o aparelho celular do usuário, com pacote de dados móveis **pré-pago de, no mínimo, 10 GB (dez gigabytes) mensais**, apto para acesso à internet durante todo o período do intercâmbio;

3.1.1.5.16. Demais serviços complementares à execução do Programa do Intercâmbio especificado no corpo de itens constantes neste Termo de Referência e anexos.

3.2 DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

3.2.1 Os serviços serão prestados nos seguintes locais: Reino Unido, Canadá, onde a língua pátria é o inglês; e na Argentina e Espanha, cuja língua pátria é o espanhol. Estes países acolherão os estudantes que serão selecionados por critérios apresentados em Edital específico publicado pelo Estado de Pernambuco;

3.2.2 O início da execução contratual deve se dar no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da assinatura do contrato.

3.2.3 O objeto será recebido:

- Provisoriamente, pelo fiscal do CONTRATO no prazo de 05 (cinco) dias, mediante termo detalhado que ateste o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo e a comprovação da prestação dos serviços;

b. Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório.

b.1. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para aferição do atendimento das exigências contratuais.

3.2.4 Os quantitativos presentes no anexodo item 1.2 são estimativos. Serão emitidas ordens de serviços (OS) pertinentes a cada lote/destino, com a indicação da quantidade de estudantes/pacotes correspondente à execução dos serviços;

3.2.5 A Contratada, após recebimento da OS, terá o prazo de 30 (trinta) dias úteis para comprovar por documento idôneo a reserva das passagens aéreas, pré-reserva da escola e do Programa Internacional quanto aos demais custos envolvidos nos serviços;

3.2.6 O período do embarque poderá ser alterado, sem ônus, a critério da administração, devidamente justificado, com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias;

3.2.7 A Contratada deverá disponibilizar equipe para atendimento presencial nas reuniões de orientação, pré-embarque, aeroportos e quaisquer outros eventos organizados pela mesma e/ou SEE, durante o horário integral da programação dos eventos;

3.2.8 O termo detalhado do recebimento provisório, com a análise das ocorrências registradas na execução do CONTRATO serão encaminhados ao gestor para fins de apuração dos descontos e glosas cabíveis na fatura correspondente, em virtude de serviços total ou parcialmente não executados;

3.2.9 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade ético-profissional da contratada pela perfeita execução da contratação, nem a responsabilidade pelos prejuízos resultantes da sua incorreta execução;

3.2.10 Durante a execução do futuro contrato, em cada de lote de serviços ofertados, deve haver a observância das seguintes regras pela pessoa jurídica contratada:

3.2.10.1 Haverá fiscalização, monitoramento, e acompanhamento das atividades e ações relacionadas ao pacote de intercâmbio dos estudantes por parte de 2 (dois) COORDENADORES, a cada quantitativo de 50 alunos, maiores de 18 (dezoito) anos, sendo 1 (um) representante da Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco, e 1 (um) representante da CONTRATADA, conforme anexo A. Estes COORDENADORES devem ter habilidade comunicativa em um dos seguintes idiomas: inglês ou espanhol. Nos casos em que o número total de estudantes não for múltiplo exato de 50, será realizado o arredondamento para cima, de modo a garantir a cobertura completa do acompanhamento. O quantitativo de coordenadores será conforme quadro abaixo:

LOTE	QUANTITATIVO DE INTER-CAMBISTAS	QUANTITATIVO DE COORDENADORES DA SEE	QUANTITATIVO DE COORDENADORES DA AGÊNCIA	TOTAL DE COORDENADORES
Lote 1 – Argentina	300	6	6	12
Lote 2 – Espanha	300	6	6	12
Lote 3 – Reino Unido	200	4	4	8
Lote 4 – Reino Unido	200	4	4	8

Lote 5 – Canadá	250	5	5	10
Lote 6 – Canadá	250	5	5	10
Lote 7 – Estados Unidos	250	5	5	10
Lote 7 – Estados Unidos	250	5	5	10

3.2.10.2 A distribuição desses COODENADORES será realizada considerando as especificidades das viagens, tais como datas e localidades distintas. Em situações onde os alunos viajam em momentos ou para destinos diferentes, os coordenadores serão designados de maneira flexível para atender às necessidades de acompanhamento nos momentos mais críticos, como embarques, desembarques e primeiros dias de adaptação nas escolas. Para os casos em que a presença simultânea de coordenadores não seja possível devido à dispersão geográfica ou diferenças de calendário, será priorizado um acompanhamento remoto eficaz, por meio de canais de comunicação previamente estabelecidos (videoconferências, aplicativos de mensagens e e-mails), além de contato direto com os responsáveis pelas escolas ou programas locais.

3.2.10.3 Após a chegada dos alunos no destino, os COORDENADORES permanecerão no país da mobilidade internacional com o grupo de estudantes por, pelo menos, de 6 (seis) a 12 (doze) dias após a chegada dos discentes, no intuito de acompanhá-los nos primeiros dias de adaptação, para supervisionar e representar o Programa Ganhe o Mundo, visitando escolas, acomodações, consulados e outras instituições. Nos casos dos países onde, por ventura, o número de destinos seja superior à capacidade de deslocamento dos quantitativos de COORDENADORES, cabe a estes últimos conduzir e acompanhar, por 6 (seis) a 12 (doze) dias, eventuais subgrupos formados com a reunião do maior número possível de discentes com destino a um mesmo local;

3.2.10.4 Ao término dos cursos no estrangeiro, todos os COORDENADORES devem se deslocar aos locais onde estão os alunos, com vistas a realizar os desembarques dos discentes, acompanhando-os durante toda a viagem de seu retorno ao Brasil, inclusive em eventuais conexões e escalas de viagem;

3.2.10.5 Na hipótese de ocorrer a impossibilidade de acompanhamento dos alunos pelos COORDENADORES já designados nos procedimentos de embarque, desembarque, conexões e eventuais escalas de viagem, deve a pessoa jurídica CONTRATADA designar um outro Representante para realizar todos esses procedimentos em auxílio aos discentes. Todos os estudantes devem estar acompanhados, sempre, de pelo menos 1 (um) COORDENADOR ou Representante nos aeroportos/estações de trem ou ônibus nas conexões aéreas, terrestres ou marítimas (nacional e internacional) quando houver a necessidade de um novo *check in*, despacho de malas, fornecimento de refeição aos estudantes em virtude do tempo de espera na conexão, deslocamento entre os terminais ou aeroportos, ou quaisquer outras situações que se fizerem necessárias para a conclusão dos embarques, desembarques, conexões e escalas de viagem com segurança/agilidade;

3.2.10.6 Na espera nos aeroportos pelas conexões que excedam mais de 03 (três) horas, a CONTRATADA deverá fornecer alimentação (refeição completa) aos estudantes a cada intervalo de 03 horas, tanto na ida para o exterior quanto no retorno dos estudantes ao Brasil, bem como nas esperas nos aeroportos pelas conexões que excedam mais de 03 (três) horas, de acordo com as especificações abaixo:

- a. Espera de 3 a 6 horas: 1 refeição completa (com bebida não alcoólica);
- b. Espera de 6 horas até 8 horas, excepcionalmente: 2 refeições completas (com bebida não alcoólica);
- c. Espera de 8 horas até 12 horas, excepcionalmente: 3 refeições completas (com bebida não alcoólica).

3.2.11 No retorno dos alunos (as) ao Brasil:

- a) Não embarcar menos de 25 (vinte e cinco) estudantes por voo até seu destino final;

- b) Deve a pessoa jurídica CONTRATADA monitorar os embarques e desembarques até o destino final na cidade do Recife, prestando informações com celeridade, prioritariamente à Secretaria de Educação, sobre horários, voos, conexões, possíveis cancelamentos, atrasos, perdas ou mudanças de qualquer natureza que venham a alterar a programação prevista e divulgada. Além disso, realizar postagens nos respectivos grupos do WhatsApp e Instagram destinadas aos próprios intercambistas e seus familiares;
- c) Coletar depoimentos individuais dos participantes, em meios eletrônicos, acerca da experiência vivenciada com o intercâmbio cultural, disponibilizando os vídeos para eventual uso da SEE, responsabilizando-se pela cessão do direito de imagem e outros direitos eventualmente vinculados aos participantes, respeitando a legislação de tratamento de dados pessoais sensíveis;
- d) Qualquer informação emergencial e/ou relevante aos estudantes e seus responsáveis deve ser repassada à Superintendência do Programa Ganhe o Mundo pelo e-mail: programaganheomundope@adm.educacao.pe.gov.br, antes da publicação em qualquer rede social, para conhecimento e autorização expressa da CONTRATANTE, caso necessário.

4. DO VALOR ESTIMADO DA LICITAÇÃO, CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA E DO BENEFÍCIO PREVISTO NA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006

4.1 VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

4.1.1. O valor estimado global da contratação é de **R\$209.383.675,00 (duzentos e nove milhões e trezentos e oitenta e três mil e seiscentos e setenta e cinco reais)**, distribuído nos seguintes lotes:

- a. **Lote I** (ampla concorrência Intercâmbio **ARGENTINA**) – Valor estimado total - **R\$21.232.290,00 (vinte e um milhões e duzentos e trinta e dois mil e duzentos e noventa reais);**
- b. **Lote II** (ampla concorrência Intercâmbio **ESPANHA**) – Valor estimado total - **R\$29.145.075,00 (vinte e nove milhões e cento e quarenta e cinco mil e setenta e cinco reais);**
- c. **Lote III** (ampla concorrência Intercâmbio **REINO UNIDO**) – Valor estimado total - **R\$23.005.750,00 (vinte e três milhões e cinco mil e setecentos e cinquenta reais);**
- d. **Lote IV** (ampla concorrência Intercâmbio **REINO UNIDO**) – Valor estimado total - **R\$23.005.750,00 (vinte e três milhões e cinco mil e setecentos e cinquenta reais);**
- e. **Lote V** (ampla concorrência Intercâmbio **CANADÁ**) – Valor estimado total - **R\$27.279.532,50 (vinte e sete milhões e duzentos e setenta e nove mil e quinhentos e trinta e dois reais e cinquenta centavos);**
- f. **Lote VI** (ampla concorrência Intercâmbio **CANADÁ**) – Valor estimado total - **R\$27.279.532,50 (vinte e sete milhões e duzentos e setenta e nove mil e quinhentos e trinta e dois reais e cinquenta centavos);**
- g. **Lote VII** (ampla concorrência Intercâmbio **ESTADOS UNIDOS**) – Valor estimado total - **R\$29.217.872,50 (vinte e nove milhões e duzentos e dezessete mil e oitocentos e setenta e dois reais e cinquenta centavos);**
- h. **Lote VIII** (ampla concorrência Intercâmbio **ESTADOS UNIDOS**) – Valor estimado total - **R\$29.217.872,50 (vinte e nove milhões e duzentos e dezessete mil e oitocentos e setenta e dois reais e cinquenta centavos).**

4.1.2. No preço total do objeto deverão estar inclusos todos os tributos (impostos, taxas e contribuições), sejam federais, estaduais e municipais, bem como frete, comissões, pessoal, embalagem, seguros, encargos sociais e trabalhistas, assim como demais insumos inerentes que incidam ou venham a incidir sobre o objeto, sejam de que naturezas forem.

4.1.3. Os preços finais unitários e totais propostos pelos licitantes não poderão ultrapassar o preço unitário e total estimado pela Administração, sob pena de desclassificação da proposta.

4.2. CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA

4.2.1. As despesas decorrentes desta licitação serão incluídas no orçamento do Estado de Pernambuco, para o presente exercício, na classificação abaixo:

Fonte de Recurso: 0501544000

UG: 140100

Unidade Orçamentária (UO): 108

Programa de Trabalho: 12.362.0474.2281.A780

Ação: 2281

Elemento da despesa: 00

Categoria Econômica: 3.90

4.2.2. No presente exercício, bem como no (s) seguinte (s), o (s) prévio (s) empenho (s) que abarcarão as despesas correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, observando o início de cada exercício financeiro, alocados mediante apostilamento (s).

4.3. JUSTIFICATIVA PARA NÃO APLICAÇÃO DO BENEFÍCIO PREVISTO NA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006

4.3.1. A Lei Complementar nº 123/2006 estabelece tratamento favorecido, diferenciado e simplificado às microempresas e empresas de pequeno porte nas contratações públicas, prevendo, entre outros mecanismos, a realização de licitações exclusivas para ME e EPP quando o valor do item ou lote for de até R\$ 80.000,00, nos termos do art. 48, inciso I, da referida norma.

4.3.2. No caso da presente contratação, cujo objeto consiste na contratação de empresa(s) especializada(s) para a oferta de 2.000 (dois mil) pacotes de intercâmbio internacional (mobilidade estudantil) destinados a estudantes da Rede Pública de Educação do Estado de Pernambuco, a serem realizados em instituições de ensino localizadas na Argentina, Espanha, Reino Unido, Canadá e Estados Unidos, verifica-se que nenhum dos lotes possui valor estimado igual ou inferior a R\$ 80.000,00, uma vez que os valores unitários estimados dos lotes variam aproximadamente entre R\$ 21.000.000,00 e R\$ 27.000.000,00.

4.3.3. Dessa forma, não se aplica a hipótese de licitação exclusiva prevista no art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, pois todos os lotes superam amplamente o limite legal estabelecido para tal modalidade de favorecimento.

4.3.4. Ademais, observa-se que os valores estimados de cada lote superam significativamente o limite de receita bruta anual admitido para enquadramento como empresa de pequeno porte, que corresponde a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), conforme art. 3º, inciso II, da Lei Complementar nº 123/2006. Nesse contexto, a dimensão econômica da contratação evidencia que a execução contratual demanda capacidade operacional, estrutura logística internacional, rede consolidada de instituições de ensino no exterior, gestão de mobilidade estudantil, suporte acadêmico e operacional em múltiplos países, bem como elevada capacidade econômico-financeira, circunstâncias que, em regra, extrapolam a capacidade empresarial típica das microempresas e empresas de pequeno porte.

4.3.5. Além disso, a Lei nº 14.133/2021 dispõe expressamente, em seu art. 4º, §1º, inciso I, que não serão aplicados os benefícios previstos nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006 quando o valor estimado do item ou lote da licitação for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte. Considerando que todos os lotes deste certame apresentam valores estimados muito superiores ao referido limite, conclui-se pela inaplicabilidade do regime favorecido previsto na legislação para ME e EPP.

4.3.6. Cumpre destacar, ainda, que o objeto da contratação envolve prestação de serviços educacionais e logísticos em âmbito internacional, incluindo organização de programas de intercâmbio, gestão acadêmica, suporte aos estudantes no exterior, articulação com instituições de ensino estrangeiras, logística de deslocamento internacional, hospedagem e acompanhamento pedagógico, o que exige estrutura empresarial robusta, experiência consolidada no mercado internacional de mobilidade estudantil e elevada capacidade de gestão contratual.

4.3.7. Nesse cenário, a não aplicação dos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006 não representa restrição indevida à competitividade, mas sim adequação da contratação às características econômicas e operacionais do objeto, em conformidade com o disposto na Lei nº 14.133/2021. Tal medida visa preservar a eficiência da contratação, a adequada execução do objeto e a segurança na prestação do serviço público educacional, assegurando que os licitantes possuam capacidade compatível com a dimensão e a complexidade da contratação.

4.3.8. Diante do exposto, conclui-se que não se aplicam ao presente certame os benefícios previstos nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, tampouco as disposições correlatas do Decreto nº 45.140/2017, em razão do elevado valor estimado dos lotes, da incompatibilidade com os limites legais de enquadramento das empresas beneficiárias e da própria natureza e escala da contratação.

5. DA LICITAÇÃO

5.1 MODALIDADE DE LICITAÇÃO, CRITÉRIO DE JULGAMENTO, REGIME DE EXECUÇÃO E MODO DE DISPUTA

5.1.1. A licitação será processada na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, tendo como critério de julgamento o **MENOR PREÇO GLOBAL / POR LOTE**.

5.1.2. O objeto será executado por meio do regime de **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**.

5.1.3. O modo de disputa a ser utilizado é o **ABERTO**.

5.1.4. A combinação dos parâmetros modalidade de licitação, critério de julgamento e modo de disputa descritos neste Termo de Referência se mostram adequadas e eficientes para seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, uma vez que assegura a competitividade entre os licitantes, a transparência do processo e a seleção da proposta que melhor atende ao interesse público, aliando economicidade, eficiência e segurança jurídica.

5.2 PROPOSTA

5.2.1 PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA

5.2.1.1. As propostas deverão ter validade de, no mínimo, 120 (cento e vinte) dias, contados da data de abertura da sessão pública, independente de declaração da licitante.

5.2.2 CONDIÇÕES DA PROPOSTA

5.2.2.1 Para os **LOTES 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07 e 08a** (s) proposta (s) enviada (s) deverá (ão) ser acompanhada (s) do(s) seguinte (s) documento (s):

a) Planilha de Custo detalhada conforme **Anexo A** deste Termo de Referência.

5.3. REQUISITOS ESPECÍFICOS DE HABILITAÇÃO

5.3.1. REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

5.3.1.1 Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, ou ao item pertinente, por meio de apresentação de certidões ou atestados, em nome da licitante, expedidos por pessoa (s) de direito público ou privado ou regularmente emitido (s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

5.3.1.1.1 Para fins de comprovação, os atestados/certidões devem dizer respeito à prestação de serviços **INTERMEDIÇÃO DE INTERCÂMBIO** no qual se teve a organização, gestão ou execução de programas de intercâmbio internacional ou mobilidade estudantil, ou ainda de serviços correlatos de natureza educacional e logística internacional, com características mínimas compatíveis com atividades como intermediação com instituições de ensino no exterior, suporte

acadêmico e operacional aos participantes, gestão de viagens internacionais, hospedagem e acompanhamento de estudantes no exterior, executados de forma satisfatória para pessoas jurídicas de direito.

5.3.1.2. Será considerado compatível com a quantidade os atestados ou certidões que apresentarem, no mínimo, de **40 % (quarenta por cento)** das quantidades estimadas na licitação para cada LOTE, exigindo-se a comprovação cumulativa quando da classificação provisória em primeiro lugar em mais de um lote;

5.3.1.3. Para fins de aferição do percentual mínimo de **40 % (quarenta por cento)** relativo à qualificação técnica, em sendo obtido resultado cujo número possua casas decimais, deverá ser realizado arredondamento para o primeiro menor número inteiro.

5.3.1.4. Justifica-se o percentual fixado para fins de qualificação técnica, no que se refere à comprovação das quantidades a serem indicadas em atestados/certidões, por representar **parâmetro proporcional e suficiente para demonstrar a capacidade técnico-operacional das licitantes**, sem impor exigência excessiva que possa restringir a competitividade do certame. Considerando que o objeto consiste na **contratação de prestação de serviços especializados para oferta de 2.000 (dois mil) pacotes de intercâmbio internacional (mobilidade estudantil)** destinados a estudantes da Rede Pública de Educação do Estado de Pernambuco, envolvendo atividades de planejamento, organização e gestão de mobilidade estudantil internacional, articulação com instituições de ensino estrangeiras, logística de deslocamento internacional, hospedagem e suporte acadêmico aos participantes, a exigência de comprovação de experiência correspondente a **40% do quantitativo do objeto** mostra-se adequada para evidenciar que a licitante possui experiência prévia compatível com a dimensão e a natureza da contratação, mitigando riscos à execução contratual e garantindo maior segurança na prestação do serviço público educacional. Ao mesmo tempo, a fixação de percentual inferior ao total do objeto licitado preserva a competitividade da disputa, permitindo a participação de empresas que, embora não tenham executado integralmente objeto de igual dimensão, possuam experiência relevante e compatível para a adequada execução do contrato.

5.3.1.5. Será admitida a apresentação de atestados relativos a potencial subcontratado em relação à parcela do serviço acessórios como traslado dos estudantes, de teste e aplicação de vacinas, serviços gráficos, contratação de empresas de áudio e imagens e a tradução juramentada, cuja subcontratação foi expressamente autorizada no presente termo de referência.

5.3.2 REQUISITOS DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

5.3.2.1. Comprovação do Capital Social ou Patrimônio Líquido Mínimo correspondente a **10 % (dez por cento)** do valor estimado da licitação para o respectivo lote, exigindo-se a comprovação cumulativa quando da classificação provisória em primeiro lugar em mais de um lote.

5.3.2.2. Comprovação da boa situação financeira da licitante através do cumprimento dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente, resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, nos valores indicados:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} = \text{igual ou superior a } 1$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} = \text{igual ou superior a } 1$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} = \text{igual ou superior a } 1$$

5.3.2.3. A adoção dos índices acima se mostra suficiente ao cumprimento das obrigações decorrentes da presente licitação, uma vez que constituem parâmetros amplamente utilizados na análise da capacidade econômico-financeira das empresas, permitindo aferir, de forma objetiva, a aptidão da licitante para honrar compromissos de curto e médio prazo, bem como manter equilíbrio financeiro durante a execução contratual. Tais indicadores possibilitam avaliar a liquidez e a solidez patrimonial das empresas interessadas, mitigando riscos de inadimplemento ou interrupção da execução do

objeto. Ademais, os seus valores iguais ou superiores a 1,0 (um), adotados para o presente certame, demonstram que a empresa possui ativos suficientes para suportar suas obrigações exigíveis, evidenciando situação financeira equilibrada e compatível com a execução do contrato, sem impor exigências excessivas que possam restringir a competitividade do certame.

6. DO CONTRATO

6.1. PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL E PRORROGAÇÃO

6.1.1. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, na forma do art. 105 da Lei nº14.133, de 2021.

6.1.2. O prazo de 12 (doze) meses faz-se necessário devido ao período de devolução dos históricos escolares dos estudantes pelos países de destino, desde o envio ao Brasil, da tradução juramentada, o recebimento pela Secretaria, apostilamento até envio aos estudantes.

6.2 PRAZO PARA ASSINATURA DO CONTRATO

6.2.1. Após a homologação da licitação, a adjudicatária será convocada para assinatura do termo de contrato no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da convocação, sob pena de decair o direito à contratação.

6.2.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

6.3. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

6.3.1. Além das obrigações que serão dispostas na minuta do contrato anexa ao Edital da presente licitação, são requeridas as seguintes obrigações específicas na presente contratação:

6.3.1.1. Assegurar o livre acesso dos empregados da CONTRATADA, devidamente identificados, aos locais de prestação dos serviços, quando necessário.

6.3.1.2. Comunicar à CONTRATADA, através de notificação fundamentada, a necessidade de substituição de qualquer profissional que seja considerado inadequado para o exercício da função, bem como qualquer irregularidade por escrito à CONTRATADA qualquer irregularidade da prestação dos serviços, solicitando, quando possível, a substituição, o reparo ou complementação do bem entregue, fixando prazo para o cumprimento da determinação.

6.3.1.3. Informar a Contratada a respeito da lista dos alunos selecionados para cada destino em razão da aprovação do processo seletivo para o Intercâmbio do Programa Ganhe o Mundo.

6.3.1.4. A CONTRATANTE não responderá por qualquer dano ou prejuízo causado ao alojamento e ao estabelecimento de ensino no exterior por ação ou omissão culposa ou dolosa dos alunos intercambistas.

6.3.1.5. Mediar os contatos da família no Brasil junto à CONTRATADA;

6.4 OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

6.4.1. Além das obrigações que serão dispostas na minuta do contrato anexa ao Edital da presente licitação, são requeridas as seguintes obrigações específicas na presente contratação:

Gerais e Administrativas

6.4.2. Entregar em até 05 (cinco) dias úteis da assinatura do contrato, documentação do Programa Internacional que será vinculado à contratação, declarando intenção de aceite e disponibilidade de vagas reservadas aos estudantes do Programa;

6.4.3. Manter, durante toda execução do contrato, as mesmas condições de habilitação e qualificação exigida para a licitação, observada o inciso XVI do art. 92 da Lei nº 14.133/2021;

6.4.4. Apresentar, declaração da instituição de ensino no exterior comprovando o quantitativo de alunos que estão matriculados no período de embarque em até 15 (quinze) dias antes da viagem;

6.4.5. Apresentar, comprovação de quitação de pagamentos, especialmente dos custos do Programa Internacional, relacionados na planilha de custos do destino/lote, em até 15 (quinze) dias após a data do pagamento antecipado pela CONTRATANTE;

6.4.6. Atender aos requisitos e condições previstas na cláusula de pagamento;

6.4.7. Responsabilizar-se pelos serviços de despachante, vistos e taxas consulares, assim como quaisquer outros trâmites exigidos pelas autoridades para entrada e estudos no país de destino, necessários para o intercâmbio, inclusive em casos de mudança de rota que exijam novos vistos ou autorizações especiais;

6.4.8. Garantir a continuidade da viagem dos estudantes e coordenadores até o destino previsto, inclusive com a aquisição de novos bilhetes em caso de cancelamento dos trechos independentes, bem como, em caso de cancelamento de voos;

6.4.9. Providenciar a documentação necessária para garantir a legalidade dos estudantes da mobilidade internacional e dos coordenadores, durante toda a execução do intercâmbio, inclusive, nos casos em que ocorra mudança de rota ou necessidade de extensão dos vistos;

6.4.10. Arcar com quaisquer despesas extras que garantam o retorno dos estudantes e dos coordenadores, mediante a autorização da CONTRATANTE. O ressarcimento dos valores gastos acontecerá após a análise dos comprovantes dos valores despendidos;

6.4.11. Responsabilizar-se pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, bem como quaisquer custos ou despesas resultantes da execução do presente contrato;

6.4.12. Responsabilizar-se pelo pagamento e transferência dos valores da ajuda de custo mensal (“bolsa intercâmbio”) de que trata a Lei Estadual nº 14.512, de 07 de dezembro de 2011, em cartão de débito internacional, na moeda do país de destino do estudante, equivalente ao valor indicado na referida Lei e/ou em outras normas atualizadas, selecionando a Casa de Câmbio com a melhor taxa, ou seja, com menor valor da moeda de venda turismo, bem como das obrigações a seguir:

6.4.12.1. Efetuar o crédito a cada um dos estudantes que forem selecionados para o intercâmbio internacional do Programa Ganhe o Mundo, o valor integral de 06 (seis) “bolsas intercâmbio”, sendo uma de bolsa de “ajuda instalação” (para compra de roupas e demais despesas iniciais) e 05 (cinco) bolsas mensais de “manutenção” (transportes e demais despesas pessoais);

6.4.12.2. Disponibilizar no cartão de débito internacional do estudante, os valores, da bolsa de ajuda instalação e, de uma parcela da bolsa manutenção, no ato do desembarque no país de destino;

6.4.12.3. Creditar as demais bolsas de manutenção em 30, 60, 90 e 120 dias, após a chegada dos estudantes ao seu destino final, independentemente da efetivação do pagamento antecipado pela Contratante;

6.4.12.4. Enviar à Contratante comprovante do depósito no cartão de débito internacional dos estudantes;

6.4.12.5. Divulgar a data do repasse da bolsa mensal aos alunos (as) através de publicação no *WhatsApp*, *Instagram* e *Facebook*;

6.4.12.6. Os valores creditados no Cartão observarão o disposto no subitem **6.4.12**, sem realizar qualquer desconto de taxas e despesas operacionais.

6.4.13. Propiciar atendimento aos estudantes inscritos no Programa, seus pais e/ou responsáveis e equipe da CONTRATANTE, disponibilizando o acesso gratuito e ininterrupto a canais de atendimento ágeis e efetivos destinados à prestação de informações, esclarecimento de dúvidas, reclamações, nas seguintes formas:

6.4.13.1. Grupo exclusivo no WhatsApp e Instagram, com acesso destacado aos canais de atendimento;

6.4.13.2. Número de telefone, amplamente divulgado no grupo de WhatsApp e Instagram, em todos os materiais entregues aos estudantes e mantido atualizado pela CONTRATADA, informando que o número estará disponível pelo menos durante o horário comercial;

6.4.13.3. Disponibilidade de equipe para atendimento presencial nas reuniões de orientação, pré-embarque, aeroportos e quaisquer outros eventos organizados pela mesma e/ou SEE, durante o horário integral da programação dos eventos. O profissional que prestar o atendimento deverá ser capacitado com as habilidades técnicas e procedimentais necessárias para realizá-lo de forma adequada, em linguagem clara, obedecendo aos princípios da dignidade, boa-fé, transparência, eficiência, eficácia, celeridade e cordialidade;

6.4.14. Responsabilizar-se pelos trâmites e custos devidos (inclusive pelo desembaraço burocrático) tanto para ida ao destino do intercâmbio quanto para o retorno do estudante ao Brasil, assim como por passagem (ida e volta) e hospedagem de um acompanhante enquanto necessário, no caso de falecimento ou de grave moléstia, inclusive quadros depressivos (diagnosticados por laudo médico e/ou psicológico) e outros do estudante no exterior;

6.4.15. Estabelecer contato permanente com a CONTRATANTE durante a execução do serviço, a fim de manter a equipe de coordenadores do Programa Ganhe o Mundo informada, bem como para encaminhamentos acerca de possíveis imprevistos;

6.4.16. Garantir a continuidade da prestação dos serviços, independente de ocorrência de variação cambial da moeda estrangeira para cima, sendo-lhe recomendada a contratação de instrumentos financeiros para suportar o reequilíbrio de preços dos custos relacionados com moeda estrangeira em sua proposta;

6.4.17. A execução contratual será acompanhada e fiscalizada pelo órgão/entidade CONTRATANTE, devendo a CONTRATADA fornecer todas as informações solicitadas no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da solicitação.

6.4.18. A CONTRATADA deverá entregar um plano de trabalho, de comunicação e de implantação da execução dos serviços, observando o seguinte:

6.4.18.1. Conter cronograma de todo o processo e ações envolvidas nas etapas de preparação e durante o intercâmbio (reuniões e orientações, documentação, emissão de passaportes e obtenção de vistos, matrículas nas escolas, embarques, data de início e término do período no exterior, repasse das bolsas mensais, retorno aos locais de origem, certificados e traduções juramentadas, entre outras).

6.4.18.2. Ser elaborado com estrita obediência às condições e prazos estabelecidos neste Termo de Referência.

6.4.18.3. Ser validado, em reunião, pela equipe da Superintendência do Programa Ganhe o Mundo.

6.5.18.4. Ser entregue por escrito e assinado no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados da data de assinatura do contrato.

Pré-embarque

6.4.19. Elaborar, em parceria com a contratante, um cronograma das ações previstas no período de preparação e realização do intercâmbio (reuniões de orientações, documentação, passaportes, vistos, matrículas nas escolas, embarques, datas de início e término do período letivo, repasse das bolsas mensais, retorno ao Recife, históricos escolares e traduções juramentadas, entre outras);

6.4.20. Orientar os estudantes e as famílias quanto aos trâmites e documentos necessários para a emissão e recebimento dos passaportes e vistos;

6.4.21. Realizar agendamentos em grupos e monitorar as ações envolvidas nas etapas (passaporte e visto);

6.4.22. Comunicar à Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco as datas de agendamento e recebimento de vistos e passaportes;

6.4.23. Criar e manter atualizado um cadastro completo dos estudantes da mobilidade internacional (nome, telefone, e-mail, perfil no Instagram, WhatsApp, facebook, filiação, endereço de contato em Pernambuco e no exterior, nome da escola da rede estadual, gerência regional de ensino, nomes e endereço da família anfitriã, nome da escola no exterior, nome e contato do programa internacional), documentos recebidos e qualquer outra informação necessária para identificação, disponibilizando acesso à CONTRATANTE;

6.4.24. Participar das agendas programadas pela CONTRATANTE relativas ao Programa de Intercâmbio, quando solicitados;

6.4.24.1. A participação da CONTRATADA dar-se-á através da participação de, no mínimo, 02 (dois) representantes para cada grupo de 10 (dez) estudantes intercambistas com competência para fazer apresentação sobre o programa de intercâmbio, país de destino, processo de inscrição, prestar atendimento presencial, orientar e esclarecer dúvidas gerais dos estudantes, pais e/ou responsáveis e equipe da Secretaria de Educação, referentes ao intercâmbio;

6.4.24.2. No prazo de 30 dias após a participação nas agendas programadas pelo Programa, a Contratada deverá apresentar um relatório indicando as ações desenvolvidas, encaminhamentos e imagens fotográficas de cada evento;

6.4.25. Promover e divulgar, amplamente, orientações (tanto presencialmente quanto no grupo específico de WhatsApp, Instagram e Facebook) aos estudantes participantes e seus respectivos pais e/ou responsáveis quanto às documentações necessárias para o intercâmbio, procedimentos pré-embarque, viagem e chegada, ressaltando os prazos e penalidades para o não cumprimento da entrega da documentação (entre outros), assim como quaisquer outras medidas necessárias para a efetivação do programa, informando e solicitando anuência por escrito à CONTRATANTE sob quaisquer mudanças nas solicitações feitas aos estudantes antes de encaminhá-las aos mesmos;

6.4.26. Disponibilizar nos grupos do WhatsApp e Instagram aos estudantes participantes e seus respectivos pais e/ou responsáveis orientações, em linguagem acessível aos estudantes e familiares, todas as informações relevantes para um bom resultado do intercâmbio, inclusive aquelas relacionadas a potenciais situações que ofereçam riscos para a saúde física e emocional, assim como transtornos sociais e legais;

6.4.27. Estar em posse com toda documentação necessária pronta para o embarque dos estudantes, incluindo passaportes e vistos, com a antecedência mínima de 15 (quinze) dias antes da data de embarque e, disponibilizá-los no caso de solicitação do Contratante;

6.4.28. Efetuar a compra das passagens aéreas, nacionais e internacionais em bilhete único, com a franquia de bagagem internacional (bagagem despachada de no mínimo 23kg e bagagem de mão de até 10kg) e terrestres para os

intercambistas e seus coordenadores, inclusive com o pagamento do despacho das malas em todos os embarques, no prazo máximo de 20 (vinte) dias de antecedência da data de embarque, desde a saída dos estudantes da mobilidade internacional e seus coordenadores de Recife até a cidade de destino no exterior, assim como o retorno à cidade do Recife;

6.4.29. Garantir que as passagens aéreas devem ser compradas levando em consideração o menor tempo de rota/percurso entre a cidade do Recife e o destino final do intercâmbio;

6.4.29.1. O tempo de espera entre uma conexão e outra nos aeroportos não deverá ultrapassar o máximo de 06 (seis) horas;

6.4.30. Agendar as passagens de maneira que as datas de ida e volta do intercâmbio não coincida, preferencialmente, com datas de feriados, véspera de feriados e pós-feriados e pontos facultativos nacionais, estaduais de Pernambuco e municipais de Recife nos países de partida e chegada, bem como nos períodos de carnaval, semana santa e São João;

6.4.30.1. As datas de embarque devem garantir que os estudantes estejam na cidade onde residirão e estudarão pelo menos até três (03) dias antes da data de início do semestre letivo;

6.4.30.2. A data de retorno deve garantir que os estudantes cumpram até o último dia letivo do calendário escolar do semestre no exterior, devendo o embarque acontecer em até três (03) dias a partir da conclusão do semestre;

6.4.31. Informar à CONTRANTE e aos estudantes da mobilidade internacional as datas de embarques da ida ao país de destino e de retorno ao Recife, que deve ocorrer no prazo máximo de 15 (quinze) dias de antecedência da partida do Recife, salvo em casos fortuitos ou de força maior, mediante a autorização da contratante;

6.4.32. Informar os dados da viagem e roteiro até a cidade de destino final aos estudantes, com no máximo de 15 (quinze) dias de antecedência da data de embarque, salvo em casos fortuitos ou de força maior, mediante a autorização da contratante;

6.4.33. Encaminhar à CONTRATANTE, com antecedência de até 15 (quinze) dias ao embarque, cronograma com todas as datas previstas de embarque e chegada, salvo casos fortuitos ou de força maior, mediante autorização da CONTRATANTE;

6.4.34. Contratar seguro em nome de cada estudante durante todo o intercâmbio, responsabilizando-se pela prestação de todo e qualquer auxílio para a preservação da saúde física e emocional dos estudantes enviados ao exterior, nos termos das especificações detalhadas e estabelecidas no item 3.1.1.4.10 deste termo;

6.4.35. Disponibilizar cópia da apólice para a CONTRATANTE e para o Estudante;

Ações de proteção à saúde, integridade física e psicológica do estudante.

6.4.36. Assegurar que todos os requisitos de saúde e sanitários exigidos pelas autoridades brasileiras e internacionais para viagem ao exterior no âmbito da pandemia da Covid-19 ou suas variantes, testes de saúde específicos para embarques e desembarques exigidos pelos países de origem, como também para qualquer outra pandemia;

6.4.37. Fornecer tradução juramentada do cartão de vacinação COVID-19 (quando exigido pelo país de destino), teste da COVID-19 para saída/entrada nos países de destino/trânsito e/ou retorno ao Brasil, cumprindo recomendações de isolamento quando se fizer necessário em hotel com assistência médica de cobertura ampla para tratamento de emergências;

6.4.38. Assegurar medidas protetivas a serem adotadas em precaução e prevenção de doenças infectocontagiosas sob orientação da OMS (quando houver necessidade);

6.4.39. Manter-se informada sobre todas as alterações ou mudanças nas políticas sanitárias dos países de destino e atualizar a CONTRATANTE imediatamente;

6.4.40. A CONTRATADA fica responsável pela comunicação sobre essas mudanças para os estudantes e seus responsáveis, mediante a autorização da CONTRATANTE;

6.4.41. Monitoramento psicológico quinzenal de alunos (as) que apresentem a necessidade de um acompanhamento mais sistemático, através das observações dos coordenadores, como também, a pedido do próprio estudante, no formato remoto, com elaboração de relatório a ser repassado para a CONTRATADA sobre os acontecimentos e orientações prestado aos estudantes;

6.4.42. Treinamento e acompanhamento psicológico dos estudantes pré e pós embarque;

6.4.43. A CONTRATADA deverá elaborar e entregar aos estudantes participantes e seus respectivos pais e/ou responsáveis um Manual de Orientação em língua portuguesa e em linguagem acessível aos intercambistas e familiares, contendo todas as informações relevantes para um bom resultado do intercâmbio, inclusive aquelas relacionadas a potenciais situações que ofereçam riscos para a saúde física e emocional, assim com transtornos sociais e legais, disponibilizando cópia no site da SEE.

6.4.44. No caso de superveniência de nova pandemia ou endemias e afins durante a execução do programa de intercâmbio, poderá ocorrer o retorno imediato dos estudantes, por determinação a ser emitida pela Contratante, cabendo à CONTRATADA garantir o retorno com segurança, solicitando a antecipação da passagem aérea, e no caso de inviabilidade comprovada, os custos extras serão ressarcidos;

Ações do embarque, desembarque, conexões e traslado

6.4.45. Propiciar atendimento aos estudantes no ato do embarque e desembarque para o exterior, observando as condições de execução prevista neste termo;

6.4.46. Responsabilizar-se pela permanência de representante da CONTRATADA nos aeroportos de embarque até a confirmação da decolagem de todos os estudantes;

6.4.47. Identificar as malas dos intercambistas antes dos embarques, através de identificador específico para bagagens, contendo os principais dados do estudante, tais como: nome, e-mail, telefone, endereço do Brasil e das famílias anfitriãs;

6.4.48. Realizar o traslado na chegada dos estudantes no aeroporto/estação de destino até o local de suas hospedagens;

6.4.49. Certificar-se de que todos os estudantes foram recebidos por suas famílias anfitriãs, informando à CONTRATANTE, aos coordenadores e aos acompanhantes da SEE, através de e-mails e postagens no Facebook, Whatsapp e Instagram;

Ações do intercâmbio

6.4.50. Realizar a matrícula do estudante e garantir a sua alocação em turmas equivalentes àquelas que frequentam no Brasil, para o semestre acadêmico da educação básica, em escolas no país de destino determinado pela Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco, conforme os destinos dos lotes previstos neste Termo, responsabilizando-se ainda por todo o material didático, incluindo livros e uniformes, necessários ao desenvolvimento das atividades acadêmicas dos estudantes participantes.

6.4.50.1. A prioridade do Programa será a matrícula em High School / Escuela Secundaria, em instituição de ensino estrangeira que assegure a equivalência curricular e a carga horária mínima exigida pelo MEC, nos termos deste Termo.

6.4.50.2. Em caráter excepcional, nos casos em que não for possível a matrícula em High School / Escuela Secundaria, a contratada deverá assegurar a matrícula do estudante em college ou curso de idiomas, garantindo, no mínimo, aulas presenciais da disciplina de inglês e, preferencialmente, a inclusão em pelo menos duas (02) disciplinas complementares voltadas ao enriquecimento acadêmico, cultural ou profissional, tais como literatura, comunicação, tecnologia, artes ou ciências sociais, de acordo com a grade curricular da instituição parceira, responsabilizando-se igualmente pelo fornecimento do material didático necessário.

6.4.51. Observar e garantir de que o limite máximo de intercambistas do Programa Ganhe o Mundo - PGM matriculados nas escolas no exterior deverá seguir a seguinte proporção:

- a)** Escolas de até 400 estudantes: até 08 (oito) intercambistasPGM;
- b)** Escolas de 401 até 800 estudantes: até 12 (doze) intercambistasPGM;
- c)** Escolas acima de 801 estudantes: até 16 (dezesesseis) intercambistasPGM.

6.4.52. Informar imediatamente à CONTRATANTE qualquer excepcionalidade no desenvolvimento acadêmico dos intercambistas, rendimento e frequência, que possa ser relevante e comprometer o rendimento escolar dos mesmos;

6.4.53. Disponibilizar à CONTRANTE, quaisquer depoimentos individuais ou coletivos dos participantes, coletados pela CONTRATADA acerca da experiência vivenciada com o intercâmbio cultural, responsabilizando-se pela cessão do direito de imagem e outros direitos eventualmente vinculados aos participantes;

6.4.54. Deverá providenciar e arcar com o suporte na língua nativa dos países de destino (exemplo: *English as Second Language* ou *Español como Língua Estrangeira*) para os estudantes que estiverem apresentando dificuldades significativas nas habilidades linguísticas básicas, resultando em prejuízo na comunicação necessária para o bom desempenho escolar, assim como para a sua adaptação;

6.4.55. Providenciar, caso necessário, a produção, aplicação e correção de teste de proficiência da língua inglesa e espanhola no qual deverão obter o conceito mínimo exigido pelas escolas estrangeiras dos países relacionados neste termo de referência;

6.4.56. Providenciar a troca de hospedagem dos estudantes que eventualmente venham a apresentar insatisfação ou inadequação em relação ao local em que estiverem acomodados, visando assegurar uma boa condição de estada aos estudantes intercambistas enquanto participarem do intercâmbio, informando à Secretaria de Educação quanto à ocorrência de problemas na hospedagem, bem como das alterações que se fizerem necessárias;

6.4.57. Garantir que nenhum intercambista seja alocado em família hospedeira que tenha algum membro de nacionalidade cuja língua pátria seja o português nem que esteja hospedando outro intercambista cuja língua pátria seja o português, salvo em situações excepcionais e necessárias. Não será permitido alocar estudantes em cidades que tenham fronteira com o Brasil;

6.4.58. Garantir que nenhum intercambista seja alocado em família hospedeira que não possua como língua pátria a língua nativa do país de intercâmbio;

6.4.59. Garantir três refeições diárias (café da manhã, almoço e jantar, isto é, pensão completa), inclusive nos finais de semana, aos intercambistas enquanto estiverem participando do programa de intercâmbio;

6.4.60. Garantir que os estudantes sejam alocados em casas com condições adequadas de higiene. O quarto se for compartilhado, deve ser com cama individual e deverá ser com pessoa do mesmo sexo; com local de estudo e acesso às áreas comuns da casa;

6.4.61. Garantir ao estudante intercambista acesso à internet na casa da família anfitriã.

6.4.62. Proporcionar aos coordenadores da Secretaria Estadual de Educação que acompanham os intercambistas ao país de destino, visitas às escolas e às famílias hospedeiras;

6.4.63. A programação com a agenda de visitas deverá ser apresentada à CONTRATANTE em até 8 (dias) antes da data de embarque;

Certificado e da tradução juramentada

6.4.64. Responsabilizar-se a garantir de que as escolas no exterior emitam um histórico escolar individual do semestre letivo cursado que deverá dar sequência aos procedimentos necessários e obrigatórios constantes em normas nacionais e estaduais, no caso da legislação estadual assegurar os procedimentos constantes na Portaria SEE nº 1320 de 26 de março de 2021 (página 06) assegurando todos os processos referentes à emissão de declaração de equivalência de estudos mediante convalidação (CERTIFICAÇÃO), devendo a CONTRATADA providenciar a sua tradução juramentada, bem como de outras informações adicionais que sejam consideradas necessárias, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o retorno dos estudantes, salvo em casos fortuitos ou de força maior, mediante a autorização da CONTRATANTE;

6.4.65. Providenciar e arcar com os custos da emissão da segunda via corrigida, devidamente chancelada pelo consulado, quando ocorrer qualquer erro no histórico escolar individual do estudante ou na tradução juramentada. Não sendo admissível o envio de errata de mais 30 (trinta) dias;

6.4.66. Responsabilizar-se pela validação dos estudos dos participantes do intercâmbio no exterior, a partir do histórico individual emitido pela instituição estrangeira, que deverá estar adequada às normas vigentes emitidas pelo MEC dispostas sobre este processo;

6.4.67. Após retorno dos estudantes ao Brasil efetuar a entrega do histórico traduzido e documentação original emitida pela instituição estrangeira à Superintendência do Programa Ganhe o Mundo para devida inspeção e protocolo, e posterior entrega ao estudante.

Das desistências e da interrupção do programa de intercâmbio

6.4.68. Em caso de desistência do estudante antes do embarque ou de interrupção do Programa de Intercâmbio, a CONTRATADA deverá preencher a (s) vaga (s) do (s) desistente (s), seguindo a ordem de classificação na seleção do Programa Ganhe o Mundo, mediante indicação pela Superintendência do PGM;

6.4.69. O remanejamento previsto no item 6.4.68 não ensejará novos custos para a CONTRATANTE se ocorrer em até a data da emissão do passaporte;

6.4.70. Em caso de desistência de participantes comunicada com antecedência igual ou superior a 30 (trinta) dias corridos da data prevista para o embarque, a CONTRATANTE não assumirá qualquer ônus, ficando todas as despesas decorrentes da substituição do participante ou do cancelamento da reserva integralmente a cargo da CONTRATADA.

6.4.71. Caso ocorra desistência comunicada com antecedência inferior a 30 (trinta) dias corridos da data prevista para o embarque, ou em situações de não comparecimento na data do embarque, a CONTRATANTE efetuará o pagamento equivalente a 60% (sessenta por cento) do valor total contratado por participante, sendo de responsabilidade da CONTRATADA arcar com o saldo residual ou promover as adequações necessárias.

6.4.71.1. Excepcionalmente, quando a CONTRATADA comprovar, por meio de documentação idônea, que já realizou despesas ou prestou serviços que inviabilizem o ressarcimento integral, o percentual de pagamento previsto na cláusula 6.4.71 poderá ser ajustado, de modo a refletir a efetiva execução contratual.

6.4.72. Suspender o repasse da BOLSA AO ESTUDANTE e efetuar a devolução do valor não executado à CONTRATANTE, no caso de interrupção do Programa de Intercâmbio;

6.4.73. Eventuais desistências ocorridas após o embarque dos estudantes para o país de destino serão tratadas como despesas constituídas;

6.4.74. Também em caso de interrupção do Programa de Intercâmbio, a CONTRATADA deve efetuar a devolução dos valores não executados ou parcialmente executados, salvo nos casos em que ficar comprovado que não haverá o ressarcimento por parte dos Programas Internacionais;

6.4.75. Alocar o estudante em outro país de destino, de mesma língua, que tiver o visto negado pelo Consulado;

6.4.76. Alocar o estudante em outro Programa Internacional, no caso de algum Programa não aceitar o estudante, se possível, preferencialmente, no mesmo país destino do lote ou, em outro país da mesma língua, sem ensejar qualquer custo para a Secretaria de Educação;

6.4.77. Providenciar o retorno antecipado do estudante, em decorrência de pedido dos pais e/ou responsáveis do intercambista;

6.4.78. Todas as informações acerca de desistência e/ou substituição de participantes deverão ser comunicadas expressamente e de imediato à Secretaria de Educação.

6.5. PREVISÃO E CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DA GARANTIA CONTRATUAL

6.5.1. A CONTRATADA prestará garantia de execução contratual, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor total do CONTRATO, nos termos dos artigos 96 a 98 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.5.2. As demais disposições sobre o tema serão detalhadas na minuta do contrato, anexo do Edital do presente certame.

6.6. DA PERMISSÃO DA SUBCONTRATAÇÃO

6.6.1. É permitida a subcontratação de parcela do objeto do presente certame correspondente à prestação dos serviços acessórios referentes aos serviços de traslado dos estudantes, de testes e aplicação de vacinas, a tradução juramentada, serviços gráficos e de contratação de empresas de áudio e imagens, se necessário, exigidas e descritas em tópicos específicos deste termo, tendo em vista que se trata de aspectos técnicos específicos do serviço, até o limite de **25% (vinte e cinco por cento)** do valor total do contrato, e que não equivale à parcela de maior relevância técnica ou econômica do presente objeto.

6.6.2. Tal permissão se fundamenta em a subcontratação se referir de prestação acessória que não equivalem à parcela de maior relevância técnica ou econômica do presente objeto.

6.6.3. São requeridas as seguintes condições para a subcontratação:

6.6.3.1. Fica a CONTRATADA responsável por informar a esta CONTRATANTE, através de ofício, os dados da subcontratada que estará prestando os referidos serviços;

6.6.3.2. A subcontratação depende de autorização prévia da CONTRATANTE, a quem incumbe, por meio do (a) GESTOR (A), avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica, além da regularidade fiscal e trabalhista, necessários à execução do objeto;

6.6.3.3. É vedada a sub-rogação completa ou da parcela principal do contrato;

6.6.4. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da CONTRATADA pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação;

6.6.5. Não é permitida a subcontratação do fornecimento dos pacotes de intercâmbio contemplando as especificações previstas na licitação e o gerenciamento das ações e obrigações estipuladas neste termo, considerados como parcela principal da obrigação contratual.

6.7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.7.1. As obrigações dos agentes responsáveis pela gestão e fiscalização da presente contratação estão detalhadas no Decreto Estadual nº 51.651/2021, bem como, serão dispostas na minuta do contrato, anexo ao Edital deste certame.

6.7.2. A comunicação entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA se dará por meio de e-mail institucional do Programa Ganhe o Mundo (programaganheomundo@adm.educacao.pe.gov.br) sem prejuízo de outros meios disponíveis.

6.7.3. A CONTRATADA deverá apresentar a Nota Fiscal ou fatura para atesto da Administração no seguinte endereço: Avenida Afonso Olindense, número 1513, cidade de Recife/Pernambuco – sede da Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco;

6.7.4. A Gestão da presente Contratação ficará a cargo da Gerência Administrativa do Programa Ganhe o Mundo conforme parâmetros definidos no Decreto Estadual nº 51.651/2021. Contatos: (81) 3183-9021, (81) 3183-9032 e (81) 3183- 9033;

6.7.5. A Fiscalização da presente contratação ficará a cargo da Gerência de Cursos e Pós Intercâmbio do Programa Ganhe o Mundo da Secretaria de Educação, conforme parâmetros definidos no Decreto Estadual nº 51.651/2021.

6.7.6. A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do Serviço quando solicitado, durante o período de 8 (oito) meses.

7. DOS CRITÉRIOS E PRAZOS PARA PAGAMENTO

7.1 ANTECIPAÇÃO DE PAGAMENTO

7.1.1. A presente contratação permite a antecipação do pagamento do valor parcial da contratação de forma que deve-se observar o regramento exposto no item 7.1.7 e se justifica devido a necessidade e particularidades que envolvem o Programa de Intercâmbio do Ganhe o Mundo, uma vez que para assegurar que os estudantes selecionados tenham sua participação na mobilidade estudantil de forma plena, as escolas e acomodações internacionais possuem políticas estabelecidas que exigem o pagamento antecipado como parte de seus procedimentos operacionais padrão. As instituições educacionais internacionais têm que fazer um planejamento cuidadoso para acomodar os estudantes que chegam para o intercâmbio e na medida que o Estado de Pernambuco envia um quantitativo alto de alunos da Rede Pública ao exterior, é necessário assegurar de forma plena a participação deles através das reservas antecipadas de escolas, acomodações, transportes e todas as outras despesas necessárias para o sucesso do programa. Sendo assim, o pagamento antecipado nesse tipo de serviço é devido à política das instituições estrangeiras como uma questão pragmática que reflete as práticas comuns no setor de intercâmbio educacional. Portanto, a antecipação do pagamento é uma prática comum e necessária devido às políticas e procedimentos estabelecidos pelas instituições estrangeiras.

7.1.2. O pagamento antecipado será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento do recibo.

7.1.3. A CONTRATADA deverá, como condição para a realização de pagamento antecipado, apresentar garantia adicional nas modalidades de que trata o art. 96 da Lei 14.133, de 2021, no percentual de 5% (cinco por cento).

7.1.4. As etapas e seus respectivos itens podem ser objeto de pagamento antecipado conforme exposto no item 7.1.7.

7.1.5. Os serviços contratados poderão ser pagos antecipadamente, após a assinatura do contrato e do recebimento da ordem de serviços, observadas a quantidade de estudantes e os destinos previstos.

7.1.6. A CONTRATADA deverá apresentar recibo no valor correspondente ao da parcela paga antecipadamente, especificando a quantidade, valor unitário e valor total por lote em cada recibo, conforme previsto na ordem de serviços correspondente.

7.1.7. A antecipação de pagamento obedecerá às seguintes diretrizes:

7.1.7.1 A primeira parcela envolverá a totalidade dos valores pertinentes aos custos detalhados na planilha de custos apresentando na proposta, exceto, o item “bolsas de manutenção”, que será antecipado o equivalente a 03 (três) bolsas, eo item “tradução juramentada”, que apenas será pago na forma do item 3.1.1.4.9 deste TR. As despesas administrativas serão antecipadas no percentual de 20% (vinte por cento) do valor previsto na proposta, considerando que existem diversas atividades prévias à data do embarque;

7.1.7.2 A segunda parcela corresponderá ao valor referente a 03 (três) bolsas de manutenção, a ser pago na 8ª (oitava) semana de execução do intercâmbio, a contar do embarque;

7.1.7.3 O valor correspondente a tradução juramentada e ações correlatas a mesma, só será pago após a entrega de todos os históricos dos estudantes por lote no prazo 30 dias devidamente traduzidos e juramentados;

7.1.7.4 A antecipação de pagamento na forma prevista no item 7.1.3, dispensa o atesto ou a anterior emissão de NotaFiscal/Fatura, contudo no que tange a confirmação da matrícula dos estudantes inseridos em cada unidade escolar, a CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE documento comprobatório de efetuação de pagamento das vagas contratadas para o período letivo;

7.1.7.5 A emissão da nota fiscal ou fatura referente ao valor antecipado ocorrerá após a execução contratual da parcela respectiva, devendo ser submetida a procedimentos regulares de recebimento e ateste;

7.1.8. A antecipação do pagamento apenas poderá ocorrer se preenchidos os seguintes requisitos:

7.1.8.1 A CONTRATADA deverá ter cumprido regularmente eventuais ordens de serviço precedentes, observando os prazos e condições previstos neste TR;

7.1.8.2 Apresentação de documento que comprove a pré-reserva das passagens aéreas, o contato com o Programa Internacional previsto no item 3.2.3, deste TR, envolvendo acomodação, alimentação e escola e outros documentos que assegurem as providências realizadas pela CONTRATADA para assegurar a esmerada execução contratual;

7.1.9. Apresentação de título de crédito pela CONTRATADA, no valor correspondente ao montante indicado no recibo, assegurando o possível ressarcimento do valor antecipado, no caso de inexecução parcial ou total do objeto, devidamente apurada em processo administrativo;

7.1.10. Com a execução da parcela do contrato referente ao valor antecipado, a CONTRATANTE deverá devolver o título de crédito à CONTRATADA, mediante recibo, o qual será anexado aos autos;

7.2. Comprovando-se a inexecução total ou parcial da CONTRATADA, fica esta responsável pela devolução da integralidade do valor antecipado, no primeiro caso, ou do valor relativo à parcela não executada do contrato.

7.3. É assegurada à CONTRATANTE, por representante indicado, o acompanhamento da execução de cada etapa.

7.4. O pagamento do valor a ser antecipado ocorrerá respeitando eventuais retenções tributárias incidentes.

7.5. Deve a contratada apresentar comprovação de quitação dos pagamentos, especialmente de todos os custos do Programa Internacional, relacionados na planilha de custos do destino/lote, em até 30 (trinta) dias após a data do pagamento antecipado pela CONTRATANTE;

7.6. O valor correspondente a 80% (oitenta por cento) das despesas administrativas não poderá ser objeto de pagamento antecipado, devendo estes ser faturados ao longo da execução dos serviços, indicados nas correspondentes notas fiscais, para pagamento pela Contratante, no prazo de até 30 (trinta) dias do atesto da nota fiscal, na seguinte forma:

7.6.1. Os valores das despesas administrativas terão como base a divisão das mesmas por pacote, sendo pago na parcela referida de **7.1.7.10** valor equivalente a 20% sob o valor do pacote por ordem de serviço, e, o restante será pago da seguinte forma: 70% sendo apresentado por nota fiscal durante o período de execução do intercâmbio dividido por 05 (cinco) meses e, 10% ao final da execução com a apresentação da certificação com a tradução juramentada.

7.6.2. O valor pertinente à tradução juramentada somente será pago após a apresentação dos certificados traduzidos, efetuando-se o pagamento após a apresentação dos respectivos documentos pela CONTRATADA, acompanhado da apresentação de nota fiscal e da fatura discriminativa, devidamente atestadas pelo servidor competente, no prazo de até 30 (trinta) dias.

7.7. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, verificados por culpa única e exclusiva da CONTRATANTE, fica convencionado que a taxa de atualização financeira, devida entre a data referida nos subitens 7.6.1 e 7.6.2 e correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula: **EM = I x N x VP.**

SIGLA	SIGNIFICADO/DESCRIÇÃO
EM	Encargos Moratórios
N	Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento
VP	Valor da parcela a ser paga
TX	IPCA
I	Índice de atualização financeira, assim apurado: $I = (TX/100) + 365$

7.8. A atualização financeira prevista nesta condição será incluída na Nota Fiscal/Fatura do mês seguinte ao da ocorrência.

8. DAS SANÇÕES GERAIS E ESPECÍFICAS

8.1 SANÇÕES A SEREM APLICADAS NA FASE DE LICITAÇÃO

8.1.1. As disposições sobre sanções administrativas aplicáveis durante a licitação e aquelas praticadas no período situado entre a adjudicação e a assinatura do instrumento contratual serão previstas no Edital do presente certame.

8.2 SANÇÕES A SEREM APLICADAS DURANTE A CONTRATAÇÃO

8.2.1. As penalidades relativas a infrações cometidas no curso da contratação serão devidamente consignadas na minuta do contrato, anexa ao Edital do presente certame.

9. DAS DEMAIS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS À PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

9.1. Após o procedimento licitatório, em caso da ocorrência de evento superveniente:

9.1.1. O país de destino poderá ser alterado, a critério das partes, em caso de inviabilidade de realização de intercâmbio no país originalmente contratado, desde que solicitado em tempo adequado para possibilitar análise técnica e jurídica do Estado, garantir o cumprimento da prestação dos serviços, e atendimento à finalidade no tempo contratado, respeitando a escolha da língua.

9.1.2. Na hipótese prevista no subitem anterior, a CONTRATANTE apresentará opção de destino previsto no Programa de Intercâmbio, utilizando como referência os preços e valor total adjudicado do respectivo lote, mesmo que seja de outra licitante/contratada.

9.1.3. No caso da inviabilidade técnica das hipóteses anteriores, apresentar local alternativo para a realização do intercâmbio, obedecendo ao mesmo padrão do país previamente selecionado e de equivalência de preço, a exemplo de caso de fechamento das fronteiras por motivo de pandemia, endemia, acontecimentos sanitários, catástrofes ou quaisquer outros motivos que impeçam a execução do intercâmbio.

9.1.4. No caso de impossibilidade da manutenção dos valores, a contratada deverá solicitar a autorização da CONTRATANTE para a possível mudança de destino com ônus. Havendo a autorização para a realização da mudança, a CONTRATADA deverá arcar com os gastos imediatos e será ressarcida posteriormente pela CONTRATANTE, após a apresentação das notas com os valores gastos.

9.1.5. Em caso de interrupção do Programa de Intercâmbio, a CONTRATADA deve efetuar a devolução dos valores não executados ou parcialmente executados, salvo nos casos em que ficar comprovado que não haverá o ressarcimento por parte dos Programas Internacionais.

9.1.6. Deve a CONTRATADA suspender o repasse da BOLSA AO ESTUDANTE e efetuar a devolução do valor não executado à CONTRATANTE, no caso de interrupção do Programa de Intercâmbio.

9.1.7. Deve a CONTRATADA alocar o estudante em outro país de destino, de mesma língua, que tiver o visto negado pelo Consulado.

9.1.8 Deve a CONTRATADA alocar o estudante em outro Programa Internacional, no caso de algum Programa não aceitar o estudante, se possível, preferencialmente, no mesmo país destino do lote ou, em outro país da mesma língua, sem ensejar qualquer custo para a Secretaria de Educação.

9.1.9. Em caso de desistência do estudante antes do embarque ou de interrupção do Programa de Intercâmbio, a CONTRATADA deverá preencher a (s) vaga (s) do (s) desistente (s), seguindo a ordem de classificação na seleção do Programa Ganhe o Mundo, mediante indicação pela Superintendência do PGM.

9.1.10. O remanejamento previsto no item 9.1.9 não ensejará novos custos para a CONTRATANTE se a informação ocorrer em até 30(trinta) dias da data do embarque.

9.1.11. Deve a CONTRATADA providenciar o retorno antecipado do estudante, em decorrência de pedido dos pais e/ou responsáveis do intercambista. Caso ocorra qualquer tipo de custo extra na remarcação das passagens aéreas, a CONTRATANTE deverá ser informada para que possa dar ciência aos pais e, não havendo justificativa razoável, os mesmos possam arcar com a despesa.

9.2 Da revisão e do reajuste dos preços

9.2.1. Será assegurado o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, de acordo com o art.

124, inciso II, d, da Lei nº 14.133/2021.

9.2.2. Não será caracterizada como reequilíbrio do contrato, a variação cambial da moeda estrangeira que esteja na média da variação da moeda praticada em cada insumo do lote, dos últimos 05 (cinco) anos contados da data da apresentação da proposta.

9.2.3. Em virtude da previsão de custos para contratação de hedge ou instrumento financeiro equivalente, a variação extraordinária do câmbio da moeda estrangeira não ensejará o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, conforme previsto na matriz de risco (anexo C).

9.2.4. O reajuste do valor do contrato deverá observar o intervalo mínimo de 1 (um) ano a contar da data do orçamento estimado constante do ato convocatório da licitação, conforme o art. 3º da Lei Estadual nº 17.555/2021. Nos termos do art. 1º da mesma lei, o reajustamento de preços dos contratos celebrados no âmbito da Administração Pública Estadual direta, autárquica e fundacional deverá observar o índice de correção monetária que melhor reflita a efetiva variação de custos da obra, serviço ou produto contratado, a ser compatível com decreto vigente.

9.2.5. Para fins de aplicação do subitem 9.2.4, a contratada deverá solicitar formalmente à Contratante, indicando os valores por lote solicitado.

9.3 RISCOS DA CONTRATAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

9.3.1. Aplica-se à presente contratação a Matriz de Risco prevista no anexo C, que demonstra a avaliação prévia dos riscos, as ações mitigadoras e a responsabilidade pelos custos decorrentes dos eventos.

9.3.2. Os principais riscos estão listados na tabela do Anexo C.

ANEXOS DO TERMO DE REFERÊNCIA:

Anexo A – Modelo de proposta

Anexo B – Mapa de risco

Anexo C – Matriz de risco

Anexo D - ETP

Anexo E – Quadro Resumo

Recife, data da assinatura no SEI.

Débora Nascimento

Matrícula:1072095201

Superintendente do Programa Ganhe o Mundo

Observação: Este termo de referência foi elaborado de acordo com os instrumentos padronizados da PGE: Edital de Serviço (Atualizado em [04/06/2025](#)), Minuta do Contrato de Serviço (Atualizada em [28/05/2025](#)) e Minuta da Ata de Registro de Preços (Atualizada em [12/06/2025](#)).

DATA DE VERSÃO DO TR SAD	27/06/2025
--------------------------	------------

ANEXO A – MODELO DE PROPOSTA

PLANILHAS DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS COM PREÇO MÁXIMO / MODELO DE PROPOSTA

LOTE 1 – ARGENTINA - VALOR DO CÂMBIO NA DATA DA PROPOSTA =

LOTE 1 – ARGENTINA					
Item	Descrição do Item	Quantidade	Unidade de Medida	Valor Unitário	Valor Total
1	ACOMODAÇÃO E ALIMENTAÇÃO COM NO MÍNIMO TRÊS REFEIÇÕES DIÁRIAS (CAFÉ DA MANHÃ, ALMOÇO E JANTAR), EM CASAS DE FAMÍLIA (moeda estrangeira)	300	Estudante	R\$ 24.200,00	R\$ 7.260.000,00
2	ALIMENTAÇÃO DO INTERCAMBISTA E DOS COORDENADORES NO AEROPORTO (IDA E VOLTA)	312	Estudante/Coordenadores	R\$ 275,00	R\$ 85.800,00
3	PASSAGENS AÉREA DO ESTUDANTES	300	Estudante	R\$ 6.132,67	R\$ 1.839.801,00
4	BOLSA INTERCÂMBIO	300	Estudante	R\$ 9.720,00	R\$ 2.916.000,00
5	PASSAPORTE	300	Estudante	R\$ 257,25	R\$ 77.175,00
6	VISTO (moeda estrangeira)	312	Estudante/Coordenadores	R\$ 120,00	R\$ 37.440,00
7	COORDENADORES (1 DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DA PESSOA JURÍDICA CONTRATADA A CADA QUANTITATIVO DE 50 ALUNOS)	12	Coordenadores	R\$ 12.358,94	R\$ 148.307,28
8	PASSAGENS AÉREAS PARA COORDENADORES (1 DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DA PESSOA JURÍDICA CONTRATADA A CADA QUANTITATIVO DE 50 ALUNOS)	12	Coordenadores	R\$ 6.280,44	R\$ 75.365,28
9	DESPESAS DE REUNIÕES DE ORIENTAÇÃO E PRÉ-EMBARQUE	1	-	R\$ 5.075,00	R\$ 5.075,00
10	EXAME MÉDICO/VACINAS	300	Estudante	R\$ 595,40	R\$ 178.620,00
11	TESTE DE SAÚDE (ESPECÍFICOS PARA EMBARQUE E DESEMBARQUE EXIGIDOS PELOS PAÍSES DE ORIGEM E DESTINO)	300	Estudante	R\$ 100,00	R\$ 30.000,00
12	SEGURO SAÚDE (moeda estrangeira)	300	Estudante	R\$ 7.185,02	R\$ 2.155.506,00
13	TAXA ESCOLAR (moeda estrangeira)	300	Estudante	R\$ 18.250,00	R\$ 5.475.000,00
14	MATERIAL DIDÁTICO (moeda estrangeira)	300	Estudante	R\$ 200,00	R\$ 60.000,00
15	FARDAMENTO (moeda estrangeira)	300	Estudante	R\$ 500,00	R\$ 150.000,00
16	CHIP DE CELULAR INTERNACIONAL (moeda estrangeira)	312	Estudante/Coordenadores	R\$ 1.100,00	R\$ 343.200,00
17	TRADUÇÃO JURAMENTADA DO CARTÃO DE VACINAÇÃO DA COVID-19	300	Estudante	R\$ 50,00	R\$ 15.000,00
18	TRADUÇÃO JURAMENTADA (histórico)	300	Estudante	R\$ 500,00	R\$ 150.000,00
19	TRANSLADOS PARA 50 ESTUDANTES (moeda estrangeira)	6	-	R\$ 5.000,00	

20	DESPESAS OPERACIONAIS / ADMINISTRAÇÃO (inclui impostos incidentes e, instrumentos financeiros para proteção da variação da moeda estrangeira).	1	-	R\$ 200.000,00	R\$ 30.000,00
				R\$ 297.899,72	R\$ 21.232.289,56

OBS: O item Despesas Operacionais/Administração deverá ser detalhado em sua composição de custos pela licitante vencedora na proposta (As despesas operacionais são os gastos incorridos pelas empresas no curso normal de suas atividades comerciais de forma que abrangem uma variedade de itens que devem ser posteriormente discriminados. O regime de tributação ao qual cada empresa está sujeita é um dos fatores que afetam diretamente nos custos e valores distintos de cada sociedade, assim as diferenças nos valores das despesas operacionais entre empresas podem ser atribuídas em grande parte às nuances dos regimes tributários aos quais estão sujeitas).

PLANILHAS DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS COM PREÇO MÁXIMO / MODELO DE PROPOSTA
LOTE 2– ESPANHA - VALOR DO CÂMBIO NA DATA DA PROPOSTA =

LOTE 2– ESPANHA					
Item	Descrição do Item	Quantidade	Unidade de Medida	Valor Unitário	Valor Total
1	ACOMODAÇÃO E ALIMENTAÇÃO COM NO MÍNIMO TRÊS REFEIÇÕES DIÁRIAS (CAFÉ DA MANHÃ, ALMOÇO E JANTAR), EM CASAS DE FAMÍLIA (moeda estrangeira)	300	Estudante	R\$ 37.500,00	R\$ 11.250.000,00
2	ALIMENTAÇÃO DO INTERCAMBISTA E DOS COORDENADORES NO AEROPORTO (IDA E VOLTA)	312	Estudante/Coordenadores	R\$ 300,00	R\$ 93.600,00
3	PASSAGENS AÉREA DO ESTUDANTES	300	Estudante	R\$ 7.547,68	R\$ 2.264.304,00
4	BOLSA INTERCÂMBIO	300	Estudante	R\$ 9.720,00	R\$ 2.916.000,00
5	PASSAPORTE	300	Estudante	R\$ 257,25	R\$ 77.175,00
6	VISTO (moeda estrangeira)	312	Estudante/Coordenadores	R\$ 2.000,00	R\$ 624.000,00
7	COORDENADORES (1 DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DA PESSOA JURÍDICA CONTRATADA A CADA QUANTITATIVO DE 50 ALUNOS)	12	Coordenadores	R\$ 27.701,71	R\$ 332.420,52
8	PASSAGENS AÉREAS PARA COORDENADORES (1 DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DA PESSOA JURÍDICA CONTRATADA A CADA QUANTITATIVO DE 50 ALUNOS)	12	Coordenadores	R\$ 7.547,68	R\$ 90.572,16
9	DESPESAS DE REUNIÕES DE ORIENTAÇÃO E PRÉ-EMBARQUE	1	-	R\$ 5.000,00	R\$ 5.000,00
10	EXAME MÉDICO/VACINAS	300	Estudante	R\$ 500,00	R\$ 150.000,00
11	TESTE DE SAÚDE (ESPECÍFICOS PARA EMBARQUE E DESEMBARQUE EXIGIDOS PELOS PAÍSES DE ORIGEM E DESTINO)	300	Estudante	R\$ 100,00	R\$ 30.000,00
12	SEGURO SAÚDE (moeda estrangeira)	300	Estudante	R\$ 7.185,02	R\$ 2.155.506,00

13	TAXA ESCOLAR (moeda estrangeira)	300	Estudante	R\$ 27.000,00	R\$ 8.100.000,00
14	MATERIAL DIDÁTICO (moeda estrangeira)	300	Estudante	R\$ 200,00	R\$ 60.000,00
15	FARDAMENTO (moeda estrangeira)	300	Estudante	R\$ 415,00	R\$ 124.500,00
16	CHIP DE CELULAR INTERNACIONAL (moeda estrangeira)	312	Estudante/Coordenadores	R\$ 1.500,00	R\$ 468.000,00
17	TRADUÇÃO JURAMENTADA DO CARTÃO DE VACINAÇÃO DA COVID-19	300	Estudante	R\$ 50,00	R\$ 15.000,00
18	TRADUÇÃO JURAMENTADA (histórico)	300	Estudante	R\$ 500,00	R\$ 150.000,00
19	TRANSLADOS PARA 50 ESTUDANTES (moeda estrangeira)	6	-	R\$ 6.500,00	R\$ 39.000,00
20	DESPESAS OPERACIONAIS / ADMINISTRAÇÃO (inclui impostos incidentes e, instrumentos financeiros para proteção da variação da moeda estrangeira).	1	-	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00
				R\$ 341.524,34	R\$ 29.145.077,68

OBS: O item Despesas Operacionais/Administração deverá ser detalhado em sua composição de custos pela licitante vencedora na proposta (As despesas operacionais são os gastos incorridos pelas empresas no curso normal de suas atividades comerciais de forma que abrangem uma variedade de itens que devem ser posteriormente discriminados. O regime de tributação ao qual cada empresa está sujeita é um dos fatores que afetam diretamente nos custos e valores distintos de cada sociedade, assim as diferenças nos valores das despesas operacionais entre empresas podem ser atribuídas em grande parte às nuances dos regimes tributários aos quais estão sujeitas).

PLANILHAS DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS COM PREÇO MÁXIMO / MODELO DE PROPOSTA
LOTE 3 – REINO UNIDO - VALOR DO CÂMBIO NA DATA DA PROPOSTA =

LOTE 3 – REINO UNIDO					
Item	Descrição do Item	Quantidade	Unidade de Medida		
				Valor Unitário	Valor Total
1	ACOMODAÇÃO E ALIMENTAÇÃO COM NO MÍNIMO TRÊS REFEIÇÕES DIÁRIAS (CAFÉ DA MANHÃ, ALMOÇO E JANTAR), EM CASAS DE FAMÍLIA (moeda estrangeira)	200	Estudante	R\$ 39.992,45	R\$ 7.998.490,00
2	ALIMENTAÇÃO DO INTERCAMBISTA E DOS COORDENADORES NO AEROPORTO (IDA E VOLTA)	208	Estudante/Coordenadores	R\$ 300,00	R\$ 62.400,00
3	PASSAGENS AÉREA DO ESTUDANTES	200	Estudante	R\$ 14.151,76	R\$ 2.830.352,00
4	BOLSA INTERCÂMBIO	200	Estudante	R\$ 9.720,00	R\$ 1.944.000,00
5	PASSAPORTE	200	Estudante	R\$ 257,25	R\$ 51.450,00
6	VISTO (moeda estrangeira)	208	Estudante/Coordenadores	R\$ 258,00	R\$ 53.664,00

7	COORDENADORES (1 DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DA PESSOA JURÍDICA CONTRATADA A CADA QUANTITATIVO DE 50 ALUNOS)	8	Coordenadores	R\$ 25.445,25	R\$ 203.562,00
8	PASSAGENS AÉRAS PARA COORDENADORES (1 DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DA PESSOA JURÍDICA CONTRATADA A CADA QUANTITATIVO DE 50 ALUNOS)	8	Coordenadores	R\$ 13.978,64	R\$ 111.829,12
9	DESPESAS DE REUNIÕES DE ORIENTAÇÃO E PRÉ-EMBARQUE	1	-	R\$ 5.000,00	R\$ 5.000,00
10	EXAME MÉDICO/VACINAS	200	Estudante	R\$ 500,00	R\$ 100.000,00
11	TESTE DE SAÚDE (ESPECÍFICOS PARA EMBARQUE E DESEMBARQUE EXIGIDOS PELOS PAÍSES DE ORIGEM E DESTINO)	200	Estudante	R\$ 100,00	R\$ 20.000,00
12	SEGURO SAÚDE (moeda estrangeira)	200	Estudante	R\$ 7.185,02	R\$ 1.437.004,00
13	TAXA ESCOLAR (moeda estrangeira)	200	Estudante	R\$ 37.000,00	R\$ 7.400.000,00
14	MATERIAL DIDÁTICO (moeda estrangeira)	200	Estudante	R\$ 200,00	R\$ 40.000,00
15	FARDAMENTO (moeda estrangeira)	200	Estudante	R\$ 500,00	R\$ 100.000,00
16	CHIP DE CELULAR INTERNACIONAL (moeda estrangeira)	208	Estudante/Coordenadores	R\$ 1.500,00	R\$ 312.000,00
17	TRADUÇÃO JURAMENTADA DO CARTÃO DE VACINAÇÃO DA COVID-19	200	Estudante	R\$ 50,00	R\$ 10.000,00
18	TRADUÇÃO JURAMENTADA (histórico)	200	Estudante	R\$ 500,00	R\$ 100.000,00
19	TRANSLADOS PARA 50 ESTUDANTES (moeda estrangeira)	4	-	R\$ 6.500,00	R\$ 26.000,00
20	DESPESAS OPERACIONAIS / ADMINISTRAÇÃO (inclui impostos incidentes e, instrumentos financeiros para proteção da variação da moeda estrangeira).	1	-	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00
				R\$ 363.138,37	R\$ 23.005.751,12

OBS: O item Despesas Operacionais/Administração deverá ser detalhado em sua composição de custos pela licitante vencedora na proposta (As despesas operacionais são os gastos incorridos pelas empresas no curso normal de suas atividades comerciais de forma que abrangem uma variedade de itens que devem ser posteriormente discriminados. O regime de tributação ao qual cada empresa está sujeita é um dos fatores que afetam diretamente nos custos e valores distintos de cada sociedade, assim as diferenças nos valores das despesas operacionais entre empresas podem ser atribuídas em grande parte às nuances dos regimes tributários aos quais estão sujeitas).

PLANILHAS DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS COM PREÇO MÁXIMO / MODELO DE PROPOSTA

LOTE 4 – REINO UNIDO - VALOR DO CÂMBIO NA DATA DA PROPOSTA =

LOTE 4 – REINO UNIDO					
Item	Descrição do Item	Quantidade	Unidade de Medida		
				Valor Unitário	Valor Total
1	ACOMODAÇÃO E ALIMENTAÇÃO COM NO MÍNIMO TRÊS REFEIÇÕES DIÁRIAS (CAFÉ DA MANHÃ, ALMOÇO E JANTAR), EM CASAS DE FAMÍLIA (moeda estrangeira)	200	Estudante	R\$ 39.992,45	R\$ 7.998.490,00
2	ALIMENTAÇÃO DO INTERCAMBISTA E DOS COORDENADORES NO AEROPORTO (IDA E VOLTA)	208	Estudante/Coordenadores	R\$ 300,00	R\$ 62.400,00
3	PASSAGENS AÉREA DO ESTUDANTES	200	Estudante	R\$ 14.151,76	R\$ 2.830.352,00
4	BOLSA INTERCÂMBIO	200	Estudante	R\$ 9.720,00	R\$ 1.944.000,00
5	PASSAPORTE	200	Estudante	R\$ 257,25	R\$ 51.450,00
6	VISTO (moeda estrangeira)	208	Estudante/Coordenadores	R\$ 258,00	R\$ 53.664,00
7	COORDENADORES (1 DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DA PESSOA JURÍDICA CONTRATADA A CADA QUANTITATIVO DE 50 ALUNOS)	8	Coordenadores	R\$ 25.445,25	R\$ 203.562,00
8	PASSAGENS AÉRAS PARA COORDENADORES (1 DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DA PESSOA JURÍDICA CONTRATADA A CADA QUANTITATIVO DE 50 ALUNOS)	8	Coordenadores	R\$ 13.978,64	R\$ 111.829,12
9	DESPESAS DE REUNIÕES DE ORIENTAÇÃO E PRÉ-EMBARQUE	1	-	R\$ 5.000,00	R\$ 5.000,00
10	EXAME MÉDICO/VACINAS	200	Estudante	R\$ 500,00	R\$ 100.000,00
11	TESTE DE SAÚDE (ESPECÍFICOS PARA EMBARQUE E DESEMBARQUE EXIGIDOS PELOS PAÍSES DE ORIGEM E DESTINO)	200	Estudante	R\$ 100,00	R\$ 20.000,00
12	SEGURO SAÚDE (moeda estrangeira)	200	Estudante	R\$ 7.185,02	R\$ 1.437.004,00
13	TAXA ESCOLAR (moeda estrangeira)	200	Estudante	R\$ 37.000,00	R\$ 7.400.000,00
14	MATERIAL DIDÁTICO (moeda estrangeira)	200	Estudante	R\$ 200,00	R\$ 40.000,00
15	FARDAMENTO (moeda estrangeira)	200	Estudante	R\$ 500,00	R\$ 100.000,00
16	CHIP DE CELULAR INTERNACIONAL (moeda estrangeira)	208	Estudante/Coordenadores	R\$ 1.500,00	R\$ 312.000,00
17	TRADUÇÃO JURAMENTADA DO CARTÃO DE VACINAÇÃO DA COVID-19	200	Estudante	R\$ 50,00	R\$ 10.000,00
18	TRADUÇÃO JURAMENTADA (histórico)	200	Estudante	R\$ 500,00	R\$ 100.000,00
19	TRANSLADOS PARA 50 ESTUDANTES (moeda estrangeira)	4	-	R\$ 6.500,00	R\$ 26.000,00

20	DESPESAS OPERACIONAIS / ADMINISTRAÇÃO (inclui impostos incidentes e, instrumentos financeiros para proteção da variação da moeda estrangeira).	1	-	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00
				R\$ 363.138,37	R\$ 23.005.751,12

OBS: O item Despesas Operacionais/Administração deverá ser detalhado em sua composição de custos pela licitante vencedora na proposta (As despesas operacionais são os gastos incorridos pelas empresas no curso normal de suas atividades comerciais de forma que abrangem uma variedade de itens que devem ser posteriormente discriminados. O regime de tributação ao qual cada empresa está sujeita é um dos fatores que afetam diretamente nos custos e valores distintos de cada sociedade, assim as diferenças nos valores das despesas operacionais entre empresas podem ser atribuídas em grande parte às nuances dos regimes tributários aos quais estão sujeitas).

PLANILHAS DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS COM PREÇO MÁXIMO / MODELO DE PROPOSTA
LOTE 5 – CANADÁ - VALOR DO CÂMBIO NA DATA DA PROPOSTA =

LOTE 5 – CANADÁ					
Item	Descrição do Item	Quantidade	Unidade de Medida	Valor Unitário	Valor Total
1	ACOMODAÇÃO E ALIMENTAÇÃO COM NO MÍNIMO TRÊS REFEIÇÕES DIÁRIAS (CAFÉ DA MANHÃ, ALMOÇO E JANTAR), EM CASAS DE FAMÍLIA (moeda estrangeira)	250	Estudante	R\$ 36.385,25	R\$ 9.096.312,50
2	ALIMENTAÇÃO DO INTERCAMBISTA E DOS COORDENADORES NO AEROPORTO (IDA E VOLTA)	260	Estudante/Coordenadores	R\$ 72,50	R\$ 18.850,00
3	PASSAGENS AÉREA DO ESTUDANTES	250	Estudante	R\$ 10.843,68	R\$ 2.710.920,00
4	BOLSA INTERCÂMBIO	250	Estudante	R\$ 9.720,00	R\$ 2.430.000,00
5	PASSAPORTE	250	Estudante	R\$ 257,25	R\$ 64.312,50
6	VISTO (moeda estrangeira)	260	Estudante/Coordenadores	R\$ 714,60	R\$ 185.796,00
7	COORDENADORES (1 DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DA PESSOA JURÍDICA CONTRATADA A CADA QUANTITATIVO DE 50 ALUNOS)	10	Coordenadores	R\$ 27.548,52	R\$ 275.485,20
8	PASSAGENS AÉREAS PARA COORDENADORES (1 DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DA PESSOA JURÍDICA CONTRATADA A CADA QUANTITATIVO DE 50 ALUNOS)	10	Coordenadores	R\$ 10.843,68	R\$ 108.436,80
9	DESPESAS DE REUNIÕES DE ORIENTAÇÃO E PRÉ-EMBARQUE	1	-	R\$ 495,94	R\$ 495,94
10	EXAME MÉDICO/VACINAS	250	Estudante	R\$ 49,50	R\$ 12.375,00

11	TESTE DE SAÚDE (ESPECÍFICOS PARA EMBARQUE E DESEMBARQUE EXIGIDOS PELOS PAÍSES DE ORIGEM E DESTINO)	250	Estudante	R\$ 277,75	R\$ 69.437,50
12	SEGURO SAÚDE (moeda estrangeira)	250	Estudante	R\$ 10.042,39	R\$ 2.510.597,50
13	TAXA ESCOLAR (moeda estrangeira)	250	Estudante	R\$ 33.495,00	R\$ 8.373.750,00
14	MATERIAL DIDÁTICO (moeda estrangeira)	250	Estudante	R\$ 1.696,23	R\$ 424.057,50
15	FARDAMENTO (moeda estrangeira)	250	Estudante	R\$ 497,50	R\$ 124.375,00
16	CHIP DE CELULAR INTERNACIONAL (moeda estrangeira)	260	Estudante/Coordenadores	R\$ 1.500,00	R\$ 390.000,00
17	TRADUÇÃO JURAMENTADA DO CARTÃO DE VACINAÇÃO DA COVID-19	250	Estudante	R\$ 49,50	R\$ 12.375,00
18	TRADUÇÃO JURAMENTADA (histórico)	250	Estudante	R\$ 680,00	R\$ 170.000,00
19	TRANSLADOS PARA 50 ESTUDANTES (moeda estrangeira)	5	-	R\$ 391,10	R\$ 1.955,50
20	DESPESAS OPERACIONAIS / ADMINISTRAÇÃO (inclui impostos incidentes e, instrumentos financeiros para proteção da variação da moeda estrangeira).	1	-	R\$ 300.000,00	R\$ 300.000,00
				R\$ 445.560,39	R\$ 27.279.531,94

OBS: O item Despesas Operacionais/Administração deverá ser detalhado em sua composição de custos pela licitante vencedora na proposta (As despesas operacionais são os gastos incorridos pelas empresas no curso normal de suas atividades comerciais de forma que abrangem uma variedade de itens que devem ser posteriormente discriminados. O regime de tributação ao qual cada empresa está sujeita é um dos fatores que afetam diretamente nos custos e valores distintos de cada sociedade, assim as diferenças nos valores das despesas operacionais entre empresas podem ser atribuídas em grande parte às nuances dos regimes tributários aos quais estão sujeitas).

PLANILHAS DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS COM PREÇO MÁXIMO / MODELO DE PROPOSTA
LOTE 6 – CANADÁ - VALOR DO CÂMBIO NA DATA DA PROPOSTA =

LOTE 6 – CANADÁ					
Item	Descrição do Item	Quantidade	Unidade de Medida	Valor Unitário	
				Valor Unitário	Valor Total
1	ACOMODAÇÃO E ALIMENTAÇÃO COM NO MÍNIMO TRÊS REFEIÇÕES DIÁRIAS (CAFÉ DA MANHÃ, ALMOÇO E JANTAR), EM CASAS DE FAMÍLIA (moeda estrangeira)	250	Estudante	R\$ 36.385,25	R\$ 9.096.312,50
2	ALIMENTAÇÃO DO INTERCAMBISTA E DOS COORDENADORES NO AEROPORTO (IDA E VOLTA)	260	Estudante/Coordenadores	R\$ 72,50	R\$ 18.850,00
3	PASSAGENS AÉREA DO ESTUDANTES	250	Estudante	R\$ 10.843,68	R\$ 2.710.920,00
4	BOLSA INTERCÂMBIO	250	Estudante	R\$ 9.720,00	R\$ 2.430.000,00
5	PASSAPORTE	250	Estudante	R\$ 257,25	R\$ 64.312,50
6	VISTO (moeda estrangeira)	260	Estudante/Coordenadores	R\$ 714,60	R\$ 185.796,00
7	COORDENADORES (1 DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DA PESSOA JURÍDICA CONTRATADA A CADA QUANTITATIVO DE 50 ALUNOS)	10	Coordenadores	R\$ 27.548,52	R\$ 275.485,20
8	PASSAGENS AÉRAS PARA COORDENADORES (1 DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DA PESSOA JURÍDICA CONTRATADA A CADA QUANTITATIVO DE 50 ALUNOS)	10	Coordenadores	R\$ 10.843,68	R\$ 108.436,80
9	DESPESAS DE REUNIÕES DE ORIENTAÇÃO E PRÉ-EMBARQUE	1	-	R\$ 495,94	R\$ 495,94
10	EXAME MÉDICO/VACINAS	250	Estudante	R\$ 49,50	R\$ 12.375,00

11	TESTE DE SAÚDE (ESPECÍFICOS PARA EMBARQUE E DESEMBARQUE EXIGIDOS PELOS PAÍSES DE ORIGEM E DESTINO)	250	Estudante	R\$ 277,75	R\$ 69.437,50
12	SEGURO SAÚDE (moeda estrangeira)	250	Estudante	R\$ 10.042,39	R\$ 2.510.597,50
13	TAXA ESCOLAR (moeda estrangeira)	250	Estudante	R\$ 33.495,00	R\$ 8.373.750,00
14	MATERIAL DIDÁTICO (moeda estrangeira)	250	Estudante	R\$ 1.696,23	R\$ 424.057,50
15	FARDAMENTO (moeda estrangeira)	250	Estudante	R\$ 497,50	R\$ 124.375,00
16	CHIP DE CELULAR INTERNACIONAL (moeda estrangeira)	260	Estudante/Coordenadores	R\$ 1.500,00	R\$ 390.000,00
17	TRADUÇÃO JURAMENTADA DO CARTÃO DE VACINAÇÃO DA COVID-19	250	Estudante	R\$ 49,50	R\$ 12.375,00
18	TRADUÇÃO JURAMENTADA (histórico)	250	Estudante	R\$ 680,00	R\$ 170.000,00
19	TRANSLADOS PARA 50 ESTUDANTES (moeda estrangeira)	5	-	R\$ 391,10	R\$ 1.955,50
20	DESPESAS OPERACIONAIS / ADMINISTRAÇÃO (inclui impostos incidentes e, instrumentos financeiros para proteção da variação da moeda estrangeira).	1	-	R\$ 300.000,00	R\$ 300.000,00
				R\$ 445.560,39	R\$ 27.279.531,94

OBS: O item Despesas Operacionais/Administração deverá ser detalhado em sua composição de custos pela licitante vencedora na proposta (As despesas operacionais são os gastos incorridos pelas empresas no curso normal de suas atividades comerciais de forma que abrangem uma variedade de itens que devem ser posteriormente discriminados. O regime de tributação ao qual cada empresa está sujeita é um dos fatores que afetam diretamente nos custos e valores distintos de cada sociedade, assim as diferenças nos valores das despesas operacionais entre empresas podem ser atribuídas em grande parte às nuances dos regimes tributários aos quais estão sujeitas).

PLANILHAS DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS COM PREÇO MÁXIMO / MODELO DE PROPOSTA

LOTE 7 – ESTADOS UNIDOS- VALOR DO CÂMBIO NA DATA DA PROPOSTA =

LOTE 7 – ESTADOS UNIDOS					
Item	Descrição do Item	Quantidade	Unidade de Medida	Valor	
				Unitário	Total
1	ACOMODAÇÃO E ALIMENTAÇÃO COM NO MÍNIMO TRÊS REFEIÇÕES DIÁRIAS (CAFÉ DA MANHÃ, ALMOÇO E JANTAR), EM CASAS DE FAMÍLIA (moeda estrangeira)	250	Estudante	R\$ 30.500,00	R\$ 7.625.000,00
2	ALIMENTAÇÃO DO INTERCAMBISTA E DOS COORDENADORES NO AEROPORTO (IDA E VOLTA)	260	Estudante/Coordenadores	R\$ 300,00	R\$ 78.000,00
3	PASSAGENS AÉREA DO ESTUDANTES	250	Estudante	R\$ 13.469,38	R\$ 3.367.345,00
4	BOLSA INTERCÂMBIO	250	Estudante	R\$ 9.720,00	R\$ 2.430.000,00
5	PASSAPORTE	250	Estudante	R\$ 257,25	R\$ 64.312,50
6	VISTO (moeda estrangeira)	260	Estudante/Coordenadores	R\$ 2.955,55	R\$ 768.443,00
7	COORDENADORES (1 DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DA PESSOA JURÍDICA CONTRATADA A CADA QUANTITATIVO DE 50 ALUNOS)	10	Coordenadores	R\$ 25.954,52	R\$ 259.545,20
8	PASSAGENS AÉREAS PARA COORDENADORES (1 DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DA PESSOA JURÍDICA CONTRATADA A CADA QUANTITATIVO DE 50 ALUNOS)	10	Coordenadores	R\$ 13.469,38	R\$ 134.693,80
9	DESPESAS DE REUNIÕES DE ORIENTAÇÃO E PRÉ-EMBARQUE	1	-	R\$ 5.000,00	R\$ 5.000,00
10	EXAME MÉDICO/VACINAS	250	Estudante	R\$ 500,00	R\$ 125.000,00
11	TESTE DE SAÚDE (ESPECÍFICOS PARA EMBARQUE E DESEMBARQUE EXIGIDOS PELOS PAÍSES DE ORIGEM E DESTINO)	250	Estudante	R\$ 100,00	R\$ 25.000,00
12	SEGURO SAÚDE (moeda estrangeira)	250	Estudante	R\$ 7.135,13	R\$ 1.783.782,50
13	TAXA ESCOLAR (moeda estrangeira)	250	Estudante	R\$ 46.046,00	R\$ 11.511.500,00
14	MATERIAL DIDÁTICO (moeda estrangeira)	250	Estudante	R\$ 200,00	R\$ 50.000,00
15	FARDAMENTO (moeda estrangeira)	250	Estudante	R\$ 495,00	R\$ 123.750,00
16	CHIP DE CELULAR INTERNACIONAL (moeda estrangeira)	260	Estudante/Coordenadores	R\$ 1.500,00	R\$ 390.000,00
17	TRADUÇÃO JURAMENTADA DO CARTÃO DE VACINAÇÃO DA COVID-19	250	Estudante	R\$ 50,00	R\$ 12.500,00
18	TRADUÇÃO JURAMENTADA (histórico)	250	Estudante	R\$ 500,00	R\$ 125.000,00
19	TRANSLADOS PARA 50 ESTUDANTES (moeda estrangeira)	5	-	R\$ 7.800,00	R\$ 39.000,00
20	DESPESAS OPERACIONAIS / ADMINISTRAÇÃO (inclui impostos incidentes e, instrumentos financeiros para proteção da variação da moeda estrangeira).	1	-	R\$ 300.000,00	R\$ 300.000,00
				R\$ 465.952,21	R\$ 29.217.872,00

OBS: O item Despesas Operacionais/Administração deverá ser detalhado em sua composição de custos pela licitante vencedora na proposta (As despesas operacionais são os gastos incorridos pelas empresas no curso normal de suas atividades comerciais de forma que abrangem uma variedade de itens que devem ser posteriormente discriminados. O regime de tributação ao qual cada empresa está sujeita é um dos fatores que afetam diretamente nos custos e valores distintos de cada sociedade, assim as diferenças nos valores das despesas operacionais entre empresas podem ser atribuídas em grande parte às nuances dos regimes tributários aos quais estão sujeitas).

PLANILHAS DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS COM PREÇO MÁXIMO / MODELO DE PROPOSTA
LOTE 8 – ESTADOS UNIDOS- VALOR DO CÂMBIO NA DATA DA PROPOSTA =

LOTE 8 – ESTADOS UNIDOS					
Item	Descrição do Item	Quantidade	Unidade de Medida	Valor	
				Unitário	Total
1	ACOMODAÇÃO E ALIMENTAÇÃO COM NO MÍNIMO TRÊS REFEIÇÕES DIÁRIAS (CAFÉ DA MANHÃ, ALMOÇO E JANTAR), EM CASAS DE FAMÍLIA (moeda estrangeira)	250	Estudante	R\$ 30.500,00	R\$ 7.625.000,00
2	ALIMENTAÇÃO DO INTERCAMBISTA E DOS COORDENADORES NO AEROPORTO (IDA E VOLTA)	260	Estudante/Coordenadores	R\$ 300,00	R\$ 78.000,00
3	PASSAGENS AÉREA DO ESTUDANTES	250	Estudante	R\$ 13.469,38	R\$ 3.367.345,00
4	BOLSA INTERCÂMBIO	250	Estudante	R\$ 9.720,00	R\$ 2.430.000,00
5	PASSAPORTE	250	Estudante	R\$ 257,25	R\$ 64.312,50
6	VISTO (moeda estrangeira)	260	Estudante/Coordenadores	R\$ 2.955,55	R\$ 768.443,00
7	COORDENADORES (1 DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DA PESSOA JURÍDICA CONTRATADA A CADA QUANTITATIVO DE 50 ALUNOS)	10	Coordenadores	R\$ 25.954,52	R\$ 259.545,20
8	PASSAGENS AÉREAS PARA COORDENADORES (1 DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DA PESSOA JURÍDICA CONTRATADA A CADA QUANTITATIVO DE 50 ALUNOS)	10	Coordenadores	R\$ 13.469,38	R\$ 134.693,80
9	DESPESAS DE REUNIÕES DE ORIENTAÇÃO E PRÉ-EMBARQUE	1	-	R\$ 5.000,00	R\$ 5.000,00
10	EXAME MÉDICO/VACINAS	250	Estudante	R\$ 500,00	R\$ 125.000,00
11	TESTE DE SAÚDE (ESPECÍFICOS PARA EMBARQUE E DESEMBARQUE EXIGIDOS PELOS PAÍSES DE ORIGEM E DESTINO)	250	Estudante	R\$ 100,00	R\$ 25.000,00
12	SEGURO SAÚDE (moeda estrangeira)	250	Estudante	R\$ 7.135,13	R\$ 1.783.782,50
13	TAXA ESCOLAR (moeda estrangeira)	250	Estudante	R\$ 46.046,00	R\$ 11.511.500,00
14	MATERIAL DIDÁTICO (moeda estrangeira)	250	Estudante	R\$ 200,00	R\$ 50.000,00
15	FARDAMENTO (moeda estrangeira)	250	Estudante	R\$ 495,00	R\$ 123.750,00
16	CHIP DE CELULAR INTERNACIONAL (moeda estrangeira)	260	Estudante/Coordenadores	R\$ 1.500,00	R\$ 390.000,00
17	TRADUÇÃO JURAMENTADA DO CARTÃO DE VACINAÇÃO DA COVID-19	250	Estudante	R\$ 50,00	R\$ 12.500,00
18	TRADUÇÃO JURAMENTADA (histórico)	250	Estudante	R\$ 500,00	R\$ 125.000,00
19	TRANSLADOS PARA 50 ESTUDANTES (moeda estrangeira)	5	-	R\$ 7.800,00	R\$ 39.000,00
20	DESPESAS OPERACIONAIS / ADMINISTRAÇÃO (inclui impostos incidentes e, instrumentos financeiros para proteção da variação da moeda estrangeira).	1	-	R\$ 300.000,00	R\$ 300.000,00
				R\$ 465.952,21	R\$ 29.217.872,00

OBS: O item Despesas Operacionais/Administração deverá ser detalhado em sua composição de custos pela licitante vencedora na proposta (As despesas operacionais são os gastos incorridos pelas empresas no curso normal de suas atividades comerciais de forma que abrangem uma variedade de itens que devem ser posteriormente discriminados. O regime de tributação ao qual cada empresa está sujeita é um dos fatores que afetam diretamente nos custos e valores distintos de cada sociedade, assim as diferenças nos valores das despesas operacionais entre empresas podem ser atribuídas em grande parte às nuances dos regimes tributários aos quais estão sujeitas).

ANEXO B – MAPA DE RISCO

MAPA DE RISCOS									
Nº	ETAPA		RISCO			NÍVEL DE RISCO	MEDIDAS DE TRATAMENTO		RESPONSÁVEL
	SUBPROCESSO	ATIVIDADE	CAUSAS	EVENTO	CONSEQUÊNCIAS		MEDIDAS PREVENTIVAS	MEDIDAS CORRETIVAS	
1	1. Fase Preparatória	1.1 Precificação	1. Volatilidade cambial imprevista/não considerada 2. Ineficiência na construção da cesta de preços com boa variabilidade de fontes e amplo registro de preços 3. Erros de conversão da moeda 4. Reserva técnica não avaliada/estimada	Precificação inadequada para cobrir passagens, hospedagem, seguros e taxas administrativas	1. Paralisação do Processo Licitatório por falta de recursos 2. Necessidade de suplementação orçamentária 3. Possibilidade de licitação deserta ou fracassada	RMA - RISCO MUITO ALTO	1.1 Previsão de cláusula de reajuste cambial automática no edital 1.2 Previsão de reserva técnica de 20% do valor estimado 1.3 Cotações junto a pelo menos três fornecedores 1.4 Acompanhamento diário das taxas de câmbio	2.1 Aditamento contratual para aporte emergencial 2.2 Renegociação de valores com fornecedores 2.3 Realocação de recursos internos	Setor de cotação / Gestor do contrato
2	1. Fase Preparatória	1.1 Definição de Rotas e Cronograma	1. Imprevisibilidade de problemas técnicos internos das cias aéreas 2. Ausência de plano de contingência para bagagem extraviada 3. Desconhecimento ou avaliação inadequada de restrições sanitárias	Cancelamento ou atraso em voos/passagens terrestres	1. Embarques frustrados ou adiados 2. Custos extras de remarcação 3. Risco de perder vagas em hospedagens 4. Impacto no início das atividades no exterior	RMA - RISCO MUITO ALTO	1.1 Acordos quadro com cias. aéreas e transportadoras terrestres 1.2 Plano de contingência para transporte de bagagem 1.3 Cronograma de "janelas" de voos 1.4 Checklists de exigências sanitárias 1.5 Organização prévia e planejada de transporte dos	2.1 Remarcação emergencial de passagens 2.2 Contratação de transporte alternativo 2.3 Realocação de alunos em outros voos	Empresada contratada

			4. Falha na estimativa de datas de voo 5. Logística inadequada de transporte dos alunos até o aeroporto				alunos até o aeroporto		
3	1. Fase Preparatória	1.1 Levantamento da Demanda	1. Projeção inadequada do número de alunos interessados e/ou elegíveis para o PGM 2. Análise e construção insuficiente de histórico de ofertas do programa 3. Engajamento insuficiente dos profissionais setorizados nas escolas para divulgação, implementação e seleção dos alunos	Estipulação superdimensionada ou subdimensionada do quantitativo de vagas ofertadas	1. Desperdícios de recursos financeiros e administrativos para vagas ociosas 2. Insuficiência de vagas para quantidade de alunos interessados e/ou elegíveis 3. Revisão emergencial do cronograma para redistribuição das vagas	RA - RISCO ALTO	1.1 Pesquisa ampla com questionários e reuniões setoriais nas unidades escolares para fins de levantamento de alunos interessados/elegíveis 1.2 Uso adequado dos quantitativos usados através da análise consolidado do histórico do PGM 1.3 Simulação de cenários de distribuição de vagas em proporção às demandas apresentadas pelas escolas	2.1 Aditivo para ajuste dos quantitativos 2.2 Redistribuição dos alunos entre lotes de viagens 2.3 Nova rodada de seleção em unidades escolares com baixa adesão	Gestor do contrato
4	1. Fase de Execução do Programa	1.1. Documentação (emissão de passaportes e vistos)	1. Falta de documentos ou atraso da emissão por demora dos órgãos emissores 2. Falhas de agendamentos 3. Período curto para emissão de todos os documentos antes do embarque	Estudante não embarcar no prazo e período estipulado	1. Perda de oportunidade com atraso para início das aulas no exterior 2. Prejuízo financeiro 3. Frustração dos alunos	RA - RISCO ALTO	1.1. Iniciar o processo com antecedência comunicando a Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco as datas de agendamento e recebimento de vistos e passaportes 1.2 Checklist de documentos 1.3 Apoio de despachante especializado e relacionamento com embaixadas	1. Solicitação emergencial de 2º via 2. Replanejamento da data de embarque	Empresa contratada

5	1. Fase de Execução do Programa	1.1. Viagem Internacional (Transporte aéreo/terrestre)	1. Atraso ou cancelamento de voos e conexões por problemas técnicos, climáticos ou logísticos 2. Esperas no aeroporto maiores do que o previsto	Estudante atrasar o início de suas aulas	1. Perda de aulas 2. Custos adicionais 3. Desgaste físico/emocional	RMA - RISCO MUITO ALTO	1. Contratação de passagens com flexibilidade e com menos conexões e seguras 2. Acordos com cias aéreas; 3. Viagem com no mínimo 3 dias de antecedência do início das aulas	1. Remarcação emergencial de voos 2. Suporte Logístico e comunicações imediatas 3. Garantir a continuidade e da viagem dos estudantes até o destino previsto, com aquisição de novos bilhetes em caso de cancelamento dos trechos independentes e em caso de cancelamento de voos	Empresa contratada / Coordenadores de viagem
6	1. Fase de Execução do Programa	1.1 Alojamento (Hospedagem em casa de família)	1. Falta de estrutura da família anfitriã 2. Incompatibilidade cultural	Estudante reclama ou recusa a permanência	1. Prejuízo ao bem-estar e ao desempenho acadêmico	RA - RISCO ALTO	1. Seleção criteriosa de famílias 2. Visitas técnicas 3. Contrato com regras claras para modificações e especificações	1. Troca imediata da família hospedeira 2. Suporte psicológico e pedagógico	Empresa contratada / Secretaria de Educação
7	1. Fase de Execução do Programa	1.1 Saúde	1. Doenças ou emergência médicas com os estudantes 2. Exposição a novos ambientes, pandemias, acidentes	Estudante ter doenças graves durante o intercâmbio	Comprometimento da saúde com necessidade de retorno antecipado	RMA - RISCO MUITO ALTO	1. Seguro saúde com cobertura ampla e disponibilização da cópia da apólice para a contratante e o estudante 2. Vacinação obrigatória 3. Monitoramento médico/psicológico pré, durante e pós-embarque	1. Acionamento imediato do seguro 2. Atendimento hospitalar no exterior 3. Retorno antecipado ao Brasil se necessário	Empresa contratada

							4. Embarque de estudante que tomam remédio ou possuem alguma doença apenas embarcar com laudo e autorização médica		
8	1. Fase de Execução do Programa	1.1 Alimentação	1. Descumprimento contratual da família hospedeira 2. Falta ou inadequação da alimentação	Estudantes sem as três refeições regulares	1. Risco a saúde 2. Queda de desempenho 3. Insatisfação	RMA - RISCO MUITO ALTO	1. Fiscalização contínua 2. Cláusula contratual de refeições garantidas	1. Realocação em nova família 2. Fornecimento emergencial de refeições	Empresa contratada
9	1. Fase de Execução do Programa	1.1 Acadêmico	1. Matrícula em escola estrangeira 2. Não equivalência curricular 3. Falta de disciplinas 4. Modalidade de intercâmbio diferente da proposta 5. Período de duração e carga horária do intercâmbio diferente do proposto	Estudante não valida os estudos no Brasil	1. Prejuízo curricular e necessidade de complementação posterior	RA - RISCO ALTO	1. Apresentação de comprovação de quitação dos pagamentos, especialmente os custos do Programa Internacional 2. Escolha prévia de escolhas 3. Acompanhamento da matrícula e disciplinas	1. Troca de escola ou inclusão de disciplinas adicionais	Empresa contratada
10	1. Fase de Execução do Programa	1.1 Comunicação	1. Falta de comunicação com os estudantes	Ocorrência de incidentes por falta de comunicação	1. Familiares e Secretaria sem informações dos estudantes gerando insegurança, ansiedade e boatos	RA - RISCO ALTO	1. Fornecer chip com internet 2. Criar canais oficiais (WhatsApp, Instagram, Facebook, telefone de plantão)	1. Acionar meios alternativos 2. Comunicação direta com autoridades	Empresa contratada / Secretaria de Educação
11	1. Fase de Execução do Programa	1.1 Segurança	1. Durante descolamento e na estadia ocorrência de	Ocorrência de incidentes envolvendo estudantes	1. Risco físico, emocional e reputacional ao programa	RA - RISCO ALTO	1. Orientação pré-embarques 2. Acompanhamento	1. Acionamento das autoridades	Empresa contratada / Coordenador

			acidentes, violência ou riscos sociais				o constante 3. Monitoramento local	2. Retorno imediato em caso de gravidade	ores de viagem
1 2	1. Fase de Execução do Programa	1.1 Financeiro (Pagamento das bolsas)	1. Atraso ou não pagamento das bolsas de instalação e manutenção 2. Problemas administrativos ou de câmbio	Estudantes sem recursos financeiro	1. Dificuldade de subsistência, desmotivação pressão sobre famílias	RA - RISCO ALTO	1. Planejamento antecipado de pagamento 2. Cartão internacional recarregável	1. Pagamento emergencial avulso 2. Ressarcimento posterior	Empresa contratada
1 3	1. Fase de Execução do Programa	1.1 Retorno ao Brasil (Desembarque / conexões)	1. Perda de conexão / atraso na volta 2. Alterações de rota / falhas de logística	Estudantes não chegam no prazo previsto	1. Insegurança das famílias 2. Custos adicionais	RA - RISCO ALTO	1. Organização de voos diretos quando possível 2. Monitoramento em tempo real	1. Remarcação de voos 2. Alimentação e hospedagem durante a espera	Empresa contratada / Coordenadores de viagem
1 4	1. Pós-intercâmbio	1.1 Certificado (emissão do histórico escolar)	1. Atraso na entrega do histórico ou certificado 1. Demora da escola estrangeira ou trâmites legais	Estudantes não conseguem validar estudos no prazo	1. Prejuízos acadêmicos	RA - RISCO ALTO	1. Acompanhamento das escolas 2. Cronograma com prazos claros e em conformidade com cláusulas contratuais	1. Solicitação emergencial; contato direto com escola e consulado	Empresa contratada
1 5	1. Pós-intercâmbio	1.1 Tradução Juramentada	1. Erros ou demora na entrega da tradução juramentada	Documentação inválida ou atrasada	1. Impede equivalência escolar 2. Exige retrabalho e novos custos	RA - RISCO ALTO	1. Contratar tradutores credenciados com antecedência 2. Validar traduções parcialmente	1. Solicitação emergencial de retradução; emissão de segunda via corrigida	Empresa contratada

ANEXO C

MATRIZ DE RISCOS				
EVENTO DE RISCO	NÍVEL DE RISCO	MEDIDA PROPOSTA	ALOCACÃO	DETALHAMENTO DA ALOCAÇÃO (QUANDO COMPARTILHADA)
PROGRAMAS INTERNACIONAIS NÃO ACEITAR OS ALUNOS/INTERCAMBISTAS	RISCO MUITO ALTO	Entregar em até 05 (cinco) dias úteis da assinatura do contrato, documentação do Programa Internacional que será vinculado à contratação, declarando intenção de aceite e disponibilidade de vagas reservadas aos alunos do Programa	Risco da Empresa em comprovar o pagamento dos custos internacionais para possibilitar o pagamento antecipado antes da execução do intercâmbio, no caso de não ter atestado com entidade pública.	
RESCISÃO, SUPRESSÃO DO LOTE OU NÃO CONTRATAÇÃO. - INVIABILIDADE DE REALIZAÇÃO DE INTERCÂMBIO NO PAÍS DE DESTINO ORIGINAL, SUPERVENIENTE À LICITAÇÃO, OCASIONADA POR CULPA DA CONTRATADA	RISCO MUITO ALTO	Entregar em até 05 (cinco) dias úteis da assinatura do contrato, documentação do Programa Internacional que será vinculado à contratação, declarando intenção de aceite e disponibilidade de vagas reservadas aos alunos do Programa	Contratada	
PAGAMENTO PARCIAL OU INCOMPLETO AO PROGRAMA INTERNACIONAL - NÃO ATENDIMENTO AS ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS - COMPROMETIMENTO AOS OBJETIVOS DO PGM	RISCO MUITO ALTO	Apresentar comprovação de quitação dos pagamentos, especialmente dos custos do Programa Internacional, relacionados na planilha de custos do destino/lotte, em até 30 dias após a data do pagamento antecipado pela Contratante	Contratada	
EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES PEDAGÓGICAS – DURAÇÃO DO INTERCÂMBIO – PERÍODO MENOR DO QUE O PREVISTO	RISCO ALTO	Garantir a duração do período de intercâmbio que será presencial e acontecerá no país de destino, com duração de até 18 semanas, com carga horária mínima semanal de 30 horas presencias.	A contratada devolverá os valores proporcionais ou, a contratante efetuará glosa proporcional dos valores se existir pagamentos pendentes, quando o Programa selecionado pela contratada não observar tal prazo, além da abertura de PAAP para aplicação de penalidade.	

ALTERAÇÃO DO PAÍS DE DESTINO - INVIABILIDADE DE REALIZAÇÃO DE INTERCÂMBIO NO PAÍS DE DESTINO ORIGINAL, SUPERVINIENTE A LICITAÇÃO. NÃO OCASIONADA POR CULPA DA CONTRATADA	RISCO MUITO ALTO	No caso de inviabilidade técnica, apresentar local alternativo para a realização do intercâmbio, obedecendo o mesmo padrão do país previamente selecionado e de equivalência de preço, a exemplo de caso de fechamento das fronteiras por motivo de pandemia, endemia, acontecimentos sanitários, catástrofes ou quaisquer outros motivos que impeçam a execução do intercâmbio.	Compartilhado <u>contratante e contratada</u> . No caso de não ter ocorrido pagamento das despesas pela contrata, ocorrerá a devolução de valores totais pagos antecipadamente, não sendo possível a compensação de valores do lote alterado, a SEE emitirá DAE, que deverá ser pago no prazo de 15 dias, a contar da emissão. Os custos já dispendidos e comprovados mediante a quitação dos pagamentos à contratada, o risco será da Administração, desde que a alteração não tenha dado por culpa exclusiva da contratada.	<p>Responsabilidade da Contratada: Restituir integralmente à Administração os valores eventualmente pagos antecipadamente quando não tiver ocorrido o pagamento das despesas correspondentes, não sendo admitida a compensação com valores de outros lotes ou serviços. A restituição deverá ocorrer mediante pagamento de DAE emitido pela SEE, no prazo de até 15 (quinze) dias a contar da sua emissão.</p> <p>Responsabilidade da Contratante: Assumir os custos já efetivamente dispendidos e comprovados mediante a quitação dos pagamentos à contratada, desde que tais despesas estejam devidamente demonstradas e que a ocorrência do risco não decorra de culpa exclusiva da contratada.</p>
<p>PERDA DA BAGAGEM DOS ALUNOS E DOS DOCUMENTOS (PASSAPORTE E APÓLICE) OCASIONADA POR ERRO DA CONTRATADA - EXTRAVIO DE BAGAGEM E DOCUMENTOS</p> <p>PERDA DA ESCALA, CONEXÃO OU TRANSLADO, SEJA AEREO, MARITIMO OU TERRESTRE E TAMBÉM NOS CASOS DE OVERBOOKING</p>	RISCO ALTO	<p>ASSISTÊNCIA A PERDA – SEGURO – Contratar seguro em nome de cada intercambista durante todo o intercâmbio, responsabilizando-se pela prestação de todo e qualquer auxílio para a preservação da saúde física e emocional dos alunos enviados ao exterior, nos termos das especificações detalhadas e estabelecidas no termo de referência.</p> <p>Garantir a continuidade da viagem dos alunos e coordenadores até o destino previsto, inclusive com a aquisição de novos bilhetes em caso de cancelamento dos trechos independentes, bem como,</p>	<p>Contratada prestar auxílio imediato para acionar o seguro, e no caso de 24 horas, não ocorrer a cobertura pelas assistências, disponibilizar valor para cobrir as despesas de compra de material de higiene e roupas para o aluno.</p> <p>Custo de emissão de nova passagem pela contratada</p>	

		em caso de cancelamento de voos.		
NÃO COBERTURA PELA APÓLICE CONTRATADA - DOENÇA DO INTERCAMBISTA	RISCO ALTO	<p>Seguro saúde, em nome de casa intercambista durante todo o intercâmbio, para prestação de todo e qualquer auxílio para a preservação da saúde física e emocional dos alunos enviados ao exterior que inclua cobertura da COVID-19 e variantes, como outras pandemias e endemias que possam surgir, e também pela cobertura para os seguintes benefícios e valores: (...)</p> <p>Contratar seguro em nome de cada intercambista durante todo o intercâmbio, para prestação de todo e qualquer auxílio para a preservação da saúde física e emocional dos alunos enviados ao exterior, nos termos das especificações detalhas e estabelecidas no termo de referência</p>	Custo imediato pela contratada	
PANDEMIA, ENDEMIAS E EVENTOS EXTRAORDINÁRIOS	RISCO ALTO	No caso de superveniência de nova pandemia ou endemias e afins durante a execução do programa de intercâmbio poderá ensejar o retorno imediato dos alunos, por determinação a ser emitida pela contratante, cabendo à contratada garantir o retorno com segurança, solicitando a antecipação da passagem aérea, e no caso de inviabilidade comprovada, os custos extras serão ressarcidos.	Custo imediato pela contratada	
VARIAÇÃO ORDINÁRIA DA MOEDA ESTRANGEIRA	RISCO MUITO ALTO	Definição do que é risco ordinário no termo de referência, ao afirmar que "Não será caracterizada como reequilíbrio do contrato, a variação cambial da moeda estrangeira que esteja na média da variação da moeda praticada em cada	Risco da <u>Contratada</u> a variação cambial ordinária da moeda estrangeira para cima do valor proposto (custo de aquisição da moeda estrangeira ficou mais alto, porém dentro da média dos 5 últimos anos). Risco da <u>Contratante</u> a variação cambial ordinária	Responsabilidade da Contratada: Assumir os impactos financeiros decorrentes da variação cambial ordinária da moeda estrangeira quando esta resultar em aumento do custo de aquisição da moeda em relação

		insumo do lote, dos últimos 05 (cinco) anos contados da data da apresentação da proposta”.	da moeda estrangeira para baixo (custo de aquisição da moeda estrangeira ficou mais baixo, porém dentro da média dos últimos 5 anos).	<p>ao valor considerado na proposta, desde que a oscilação esteja dentro da média histórica observada nos últimos 5 (cinco) anos.</p> <p>Responsabilidade da Contratante: Assumir os efeitos da variação cambial ordinária quando esta resultar em redução do custo de aquisição da moeda estrangeira em relação ao valor considerado na proposta, desde que a oscilação permaneça dentro da média histórica observada nos últimos 5 (cinco) anos.</p> <p>Critério de compartilhamento: Considera-se variação cambial ordinária aquela situada dentro da média histórica dos últimos 5 (cinco) anos. Oscilações fora desse parâmetro poderão ser avaliadas pela Administração para fins de eventual reequilíbrio econômico-financeiro, conforme as disposições contratuais aplicáveis.</p>
VARIAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DA MOEDA ESTRANGEIRA	RISCO MUITO ALTO	A CONTRATADA deve garantir a continuidade da prestação dos serviços, sem a revisão extraordinária de preços, independente de ocorrência de variação cambial crescente da moeda estrangeira, sendo-lhe recomendada a contratação de instrumentos financeiros para suportar as variações extraordinárias da moeda estrangeira conforme especificado no termo de referência). Tais custos encontram-se presentes na planilha de formação de preços.	Risco da Contratada qualquer variação cambial da moeda estrangeira de cada lote, uma vez que há a remuneração na planilha de custos orçamentária dos valores para contratação de instrumento financeiro para proteção da variação da moeda. Nesse caso, a contratada não poderá deixar de prestar os serviços, bem como de cumprir qualquer obrigação prevista no contrato e no edital e anexos do certame. Na hipótese de o custo de aquisição da moeda estrangeira variar	

			extraordinariamente para baixo, a CONTRATADA Procederá a devolução da diferença do valor até 30 dias após a liquidação das despesas no exterior, ou permitirá a compensação dos valores dos pagamentos subsequentes da Contratante	
--	--	--	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--

ANEXO D

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)

Identificação do requisitante

Número SEI: 1400004652.000135/2025-03

Órgão/Entidade: Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco – SEE/PE

Sector Requisitante do Órgão/Entidade: Secretaria Executiva de Desenvolvimento da Educação / Superintendência do Programa Ganhe o Mundo

Responsável / Equipe de planejamento da demanda: Débora dos Santos Nascimento

Contato do responsável: Fone (81) 3183-9032

E-mail institucional: programaganheomundope@adm.educacao.pe.gov.br

Preâmbulo

Este documento tem por objetivo identificar a solução mais adequada, entre as possíveis, para a execução do Programa Ganhe o Mundo destinado aos estudantes da Rede Pública Estadual de Ensino de Pernambuco.

O Estudo Técnico Preliminar – ETP tornou-se documento preparatório obrigatório nos casos definidos no artigo 7º do Decreto nº 53.384, de 22 de agosto de 2022, que dispõe sobre a fase preparatória das licitações e contratações diretas no âmbito do Poder Executivo Estadual.

A presente contratação se enquadra na hipótese levantada no inciso IX do artigo 7º supramencionado, pois esse artigo impõe a obrigatoriedade da elaboração de ETP para as contratações internacionais. A Lei 14.133/2021 no art. 6º, inciso XXXV, define como internacional a “licitação processada em território nacional na qual é admitida a participação de licitantes estrangeiros, com a possibilidade de cotação de preços em moeda estrangeira, ou licitação na qual o objeto contratual pode ou deve ser executado no todo ou em parte em território estrangeiro”. Sendo assim, a presente contratação tem como objeto o serviço de mobilidade acadêmica (intercâmbio estudantil) nos países da Argentina, Espanha, Reino Unido, Canadá e Estados Unidos para a execução da edição de 2026 do programa Ganhe o Mundo e, por essa razão, se enquadra na hipótese conceituada na Legislação Federal.

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada. O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade, identificando no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

É importante ressaltar que o ETP visa analisar as possíveis soluções da mesma natureza, semelhança ou afinidade, a fim de atender mais de uma necessidade pública e servir de base para mais de um processo licitatório, conforme § 3º, do art. 7º, do Decreto Estadual nº 53.384/2022:

Art.7 (...)

§ 3º Os estudos técnicos preliminares para serviços de mesma natureza, semelhança ou afinidade podem ser elaborados em um único documento, desde que fique demonstrada a correlação entre os objetos abrangidos.

Com base nas necessidades apontadas, foram levantadas as possíveis soluções disponíveis no mercado que possam atender a demanda da forma mais eficaz, tanto do ponto de vista técnico quanto econômico.

A contratação em tela tem como fundamento legal a Lei nº 14.512/2011, que instituiu o Programa Ganhe o Mundo, que dispõe sobre a oferta de programas de intercâmbio internacional aos estudantes da Rede Pública Estadual de Ensino do Estado de Pernambuco supervisionados e custeados integralmente pelo Poder Público.

Por fim, considerando a publicidade do ETP e sua classificação nos termos do art. 11 da Lei nº 14.804, de 29 de outubro de 2012, o presente Estudo Técnico Preliminar não se enquadra na classificação como sigiloso, podendo o mesmo ser divulgado como anexo do termo de referência, em respeito ao art. 9º do decreto 53.384/2022.

1. Descrição da necessidade da contratação

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 3º, estabelece como objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil a construção de uma sociedade livre, justa e solidária; o progresso do país, com a eliminação da pobreza e da exclusão social, além da diminuição das desigualdades sociais e regionais; e a promoção do bem-estar de todos, sem qualquer tipo de discriminação por origem, raça, gênero, cor, idade ou outras formas de preconceito.

Nesse cenário, cabe ao Estado Democrático de Direito o dever de reduzir desigualdades e efetivar a justiça social, por meio de políticas públicas implementadas nas esferas municipal, estadual e federal.

Dentre os direitos sociais garantidos pela Constituição, destaca-se o direito à educação, previsto no artigo 6º da Carta Magna e detalhado em normas infraconstitucionais, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) e o Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014).

A educação, reconhecida como direito de todos e dever do Estado e da família, deve ser promovida com a participação da sociedade, tendo como objetivo o desenvolvimento integral do indivíduo, sua preparação para o trabalho e o exercício pleno da cidadania. O acesso à educação obrigatória e gratuita configura um direito público subjetivo, e a sua negligência ou oferta insuficiente pelo Poder Público implica responsabilidade da autoridade competente.

Desta forma, alinhando-se com os princípios e com a finalidade de efetivação de políticas públicas voltadas ao desempenho estudantil, o Estado de Pernambuco, através da Lei nº 14.512/2011, de 07 de dezembro de 2011, instituiu o Programa Ganhe o Mundo que visa a ofertar aos alunos do ensino médio da rede pública estadual de ensino do Estado de Pernambuco, de forma gratuita, programas de intercâmbio internacional, supervisionados e custeados pelo Poder Público.

Assim, a necessidade da contratação decorre diretamente da implementação do programa, que prevê, de forma gratuita, a oferta de intercâmbio internacional, contribuindo amplamente para a vida estudantil do aluno e gerando impactos que vão além do ambiente acadêmico. Ao estudar em outro país, o estudante tem contato com novos métodos de ensino e acesso a recursos acadêmicos que enriquecem sua formação. Além disso, a vivência em um contexto internacional estimula a autonomia, a disciplina e a capacidade de adaptação, habilidades que repercutem positivamente em seu desempenho em sala de aula. No aspecto pessoal, o intercâmbio favorece o desenvolvimento da autoconfiança, da independência e da maturidade, uma vez que o aluno precisa lidar com desafios cotidianos, como a adaptação a uma nova cultura. A imersão cultural, por sua vez, amplia a visão de mundo e fortalece valores como a tolerância, o respeito às diferenças e a valorização da diversidade. Soma-se a isso a aprendizagem ou o aperfeiçoamento de um idioma, conquistado de forma natural e prática no convívio diário.

Ademais, a experiência internacional constitui um diferencial no currículo acadêmico e profissional, além de abrir portas para novas oportunidades, seja por meio de redes de contato estabelecidas no exterior, seja pela inspiração para futuros projetos. Dessa forma, o intercâmbio representa uma vivência transformadora que enriquece a formação do estudante em múltiplas dimensões, preparando-o de maneira mais sólida para os desafios da vida pessoal e profissional, ao mesmo tempo em que atende ao disposto no art. 6º da Constituição Federal.

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 90, de 2015).

Parágrafo único. Todo brasileiro em situação de vulnerabilidade social terá direito a uma renda básica familiar, garantida pelo poder público em programa permanente de transferência de renda, cujas normas e requisitos de acesso serão determinados em lei, observada a legislação fiscal e orçamentária.

Além dos objetivos educacionais, culturais e sociais, o programa de intercâmbio apresenta desafios operacionais significativos, que exigem planejamento e estruturação adequada. A estratégia adotada envolve a concessão de suporte financeiro, logístico e documental aos estudantes, garantindo que possam custear despesas essenciais como passagens, moradia, alimentação e transporte, sempre em conformidade com diretrizes técnicas previamente estabelecidas.

Os serviços de mobilidade acadêmica abrangem todo o ciclo do intercâmbio, contemplando as etapas prévias, durante e pós-intercâmbio. Na fase preparatória, incluem-se ações como emissão de passaporte, visto, seguro saúde, exames médicos, vacinas e aquisição de passagens aéreas. Durante o período do intercâmbio, os serviços logísticos estendem-se ao acompanhamento da acomodação dos estudantes, fornecimento de alimentação e integração à instituição de ensino anfitriã. Por fim, no retorno ao país de origem, são contemplados processos como a emissão do certificado escolar do aluno e sua respectiva tradução juramentada, assegurando a validade acadêmica da experiência internacional.

Esse conjunto de etapas exige a implementação de um sistema logístico robusto, capaz de assegurar a coleta e verificação de informações dos participantes, o cumprimento de exigências legais e sanitárias, a rastreabilidade de todos os auxílios concedidos e o monitoramento contínuo dos estudantes. Assim, a logística torna-se elemento essencial para garantir a eficiência do programa e a plena realização dos objetivos educacionais e sociais propostos.

Dessa forma, propõe-se adotar a estratégia de contratação que melhor atenda à finalidade específica do programa, permitindo à Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco cumprir seu dever institucional de garantir o acesso universal, simultâneo e digno a oferta de mobilidade estudantil aos estudantes da rede estadual. Essa estratégia visa promover a internacionalização da educação, a equidade de oportunidades, o fortalecimento das competências acadêmicas e socioemocionais, bem como a formação de cidadãos capazes de atuar em contextos globais e contribuir para o desenvolvimento social e econômico do Estado.

2. Alinhamento da contratação com o planejamento do órgão/entidade

Em conformidade com o art. 8º, II, do Decreto Estadual nº 53.384/2022, a presente contratação está devidamente alinhada com o planejamento da Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco:

Art. 8º O estudo técnico preliminar - ETP conterá os seguintes elementos:

(...)

II - demonstração do alinhamento entre a contratação e o planejamento do órgão ou entidade, bem como identificação da previsão no PCA, ou, se for o caso, justificando a ausência de previsão neste plano;

O serviço ora mencionado está previsto no PCA.018.SEE/2026 por meio da DFD.1826.SEE/2025

Ademais, o Programa Ganhe o Mundo, enquanto política pública instituída desde a Lei 14.512/2011, enquadra-se no planejamento orçamentário do Estado de Pernambuco na medida em que sua execução está prevista no Planejamento Orçamentário Anual (POA) do ano de 2025, inserida no âmbito do Programa Juntos pela Educação. O código da ação no POA é o 2281, na meta 7.

Ademais, a reestruturação do Programa Ganhe o Mundo se trata de proposta do plano de governo 2023- 2026 da gestão, no item 3, letra b, do Eixo Estratégico Educação, Conhecimento e Inovação.

3. Descrição dos requisitos da contratação

Para assegurar a eficiência, a transparência e a qualidade na execução do Programa Ganhe o Mundo, destinado a atender à necessidade pública de viabilizar a mobilidade acadêmica dos estudantes da Rede Pública de Ensino de Pernambuco, a escolha da solução disponível no mercado será orientada por critérios técnicos, operacionais e de sustentabilidade. Esses requisitos visam garantir a eficácia, a segurança e a economicidade na prestação do serviço, fortalecendo a credibilidade e o alcance social do programa.

A solução selecionada deverá, primeiramente, apresentar uma abrangência completa do pacote de intercâmbio, o que significa a inclusão obrigatória de serviços essenciais como passagens aéreas de ida e volta do Brasil para o destino internacional, taxas de embarque, acomodação preferencialmente em casa de família local para promover uma imersão cultural profunda), alimentação com as três refeições diárias, e o aprendizado do idioma no país de destino com carga horária mínima estabelecida juntamente com o material didático necessário. Além disso, é imprescindível que o pacote contemple seguro-saúde e de vida com cobertura internacional, traslado entre o aeroporto e a acomodação no destino, e a garantia de suporte local 24 horas para os estudantes. A duração do período de intercâmbio deve ser compatível com os objetivos pedagógicos do programa, conforme o edital do Ganhe o Mundo.

Em segundo lugar, a qualidade e a reputação dos fornecedores serão critérios fundamentais. O fornecedor proponente precisará comprovar parcerias sólidas com escolas de idiomas e instituições de ensino reconhecidas internacionalmente, que possuam metodologia de ensino eficaz e um corpo docente qualificado. Será avaliada a experiência e a sua capacidade técnica em gerenciar programas de intercâmbio, principalmente para grandes grupos de estudantes, com preferência para aquelas com histórico de atuação com menores de idade. Casos de sucesso e a ausência de registros negativos em outros órgãos serão fatores relevantes na análise.

Além disso, a segurança e o suporte aos estudantes constituem um pilar indispensável da solução. O fornecedor deve apresentar um plano detalhado de segurança que inclua procedimentos de emergência, canais de comunicação claros com as famílias e a Secretaria de Educação, e acompanhamento de monitores ou tutores no destino, quando aplicável. É fundamental que seja demonstrado como ocorrerá o acompanhamento pedagógico dos estudantes no exterior, visando garantir o bom aproveitamento do curso de idioma e uma integração cultural efetiva. Os critérios rigorosos para a seleção de casas de família ou residências estudantis, sempre com o foco no bem-estar e na segurança dos alunos, também deverão ser detalhados.

Por fim, a capacidade operacional e logística é crucial. A solução deve demonstrar a habilidade de gerenciar múltiplos grupos de estudantes simultaneamente, organizando viagens, vistos, documentação e toda a logística no destino. A disponibilização de plataformas ou sistemas online para o acompanhamento do intercâmbio, com informações sobre status de visto, voos e contatos de emergência, será considerada um diferencial que agrega valor ao serviço. Além de que, a escolha da solução integrará também critérios de sustentabilidade, visando não apenas a eficiência do programa, mas também a promoção de impactos

positivos e a mitigação de negativos, em linha com os princípios da responsabilidade socioambiental da gestão pública.

A proposta do intercâmbio objetiva o desenvolvimento de uma estratégia para que os estudantes possam ter acesso e convívio com outras realidades culturais e linguísticas. No caso do Programa Ganhe o Mundo na modalidade tradicional, busca-se fornecer ao aluno um acréscimo em seu aprendizado nas línguas inglesa, de forma a otimizar seu contato e familiaridade com esses idiomas estrangeiros.

Com o intercâmbio, os estudantes terão a oportunidade de aprimorar seus conhecimentos no exterior, além de praticar intensivamente a língua estrangeira, o que os auxiliará a enfrentar futuros desafios do cotidiano de um mercado de trabalho globalizado e com mudanças constantes e cada vez mais rápidas.

De acordo com a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), a lei nº 9.394/96, em seu artigo 22, a Educação Básica tem por finalidade: “desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”.

O mercado de trabalho apresenta demanda para a inserção de indivíduos que demonstrem habilidades em língua estrangeira. Os profissionais que dominam comunicativamente mais de um idioma passam a ter uma qualificação extra que pode resultar em ganhos salariais e novas oportunidades empregatícias.

Atualmente, o conhecimento de um idioma que não o português representa, para os profissionais, uma forma eficaz de conferir destaque ao currículo de um indivíduo, auxiliando sua capacidade de comunicação, abrindo-lhe portas num mercado de trabalho cada vez mais globalizado e competitivo.

A implementação de ações de qualificação em outro idioma visa a atender não só às especificidades dos empreendimentos produtivos em expansão no Estado de Pernambuco (promovendo a geração de trabalho, emprego e renda), como também busca contribuir para o crescimento sustentável do Estado, melhorando as condições de competitividade presentes no mercado de trabalho.

A estabilidade econômica do Estado de Pernambuco produz um aumento de postos de trabalho para os cidadãos pernambucanos, gerando oportunidades de emprego e renda para todos, principalmente para os mais qualificados e para aqueles que sabem se comunicar em uma língua adicional.

Este cenário alvissareiro demanda o estabelecimento de políticas públicas direcionadas ao aprendizado de língua estrangeira, atendendo assim às expectativas da sociedade e do mercado de trabalho.

Considerando que em diversas áreas do atual mercado de trabalho, conhecer outro idioma pode ser tão importante quanto ser alfabetizado ou operar um computador, o programa proposto permitirá ao jovem estudante ampliar os seus horizontes e as possibilidades de empregabilidade, diferenciando seu currículo, inclusive pelo novo posicionamento do Estado de Pernambuco no cenário nacional e mundial.

Além do mais, ao enviar seus estudantes para outros países, o Governo de Pernambuco estará fortalecendo a política de bom relacionamento com esses governos estrangeiros, criando oportunidades de novos acordos e parcerias que possam beneficiar futuramente o Estado.

Busca-se desenvolver nos estudantes competências e habilidades que possibilitem o acesso a informações, a outras culturas e a grupos sociais diversificados; permitam aperfeiçoar os idiomas inglês ou espanhol, possibilitando a comunicação nesses idiomas, propiciando um diferencial no currículo do estudante, o que lhe possibilitará melhores perspectivas na seleção de oportunidades do mercado de trabalho; proporcionem amadurecimento, independência, formações críticas e autoconfiança.

A mobilidade estudantil internacional (intercâmbio) será realizada em escolas que ofereçam curso equivalente ao nível médio no Brasil (High School para os países de língua Inglesa ou Escuela Secundaria para os países falam espanhol) e que estejam preparadas para receber estudantes internacionais menores de idade e que possuam o domínio do idioma equivalente ao nível B1, de acordo com o quadro comum europeu de referência, oferecendo a eles total apoio, infraestrutura e acolhimento.

O intercâmbio, na modalidade tradicional, deverá garantir um período de duração mínima de até 18 semanas letivas nas quais as aulas devem ter carga horária semanal mínima de 30 horas, conforme os requisitos exigidos pelo MEC para a validação do currículo, na forma de aulas presenciais com a opção de pelo menos cinco disciplinas eletivas que deverão ser escolhidas entre inglês/espanhol, história/geografia/sociologia/filosofia/física/química/biologia/matемática, artes e educação física, além de outras atividades culturais e/ou acadêmicas.

Dito isso, a prioridade do Programa será a matrícula em High School / Escuela Secundaria, em instituição de ensino estrangeira que assegure a equivalência curricular e a carga horária mínima exigida pelo MEC. Em caráter excepcional, nos casos em que não for possível a matrícula em High School / Escuela Secundaria, deverá ser assegurar a matrícula do estudante em College ou curso de idiomas, garantindo, no mínimo, aulas presenciais da disciplina de inglês ou espanhol e, preferencialmente, a inclusão em pelo menos duas (02) disciplinas complementares voltadas ao enriquecimento acadêmico, cultural ou profissional, tais como literatura, comunicação, tecnologia, artes ou ciências sociais, de acordo com a grade curricular da instituição parceira.

Por fim, cada aluno receberá uma ajuda de custo, na forma de 06 (seis) bolsas intercâmbio, no valor de R\$ 1.620,00 (um mil, seiscentos e vinte reais) cada, sendo 01 (uma) de bolsa de “ajuda de instalação” (para compra de roupas e demais despesas iniciais) e 05 (cinco) bolsas mensais de “manutenção” (transportes e demais despesas pessoais), em conformidade com o Decreto nº 53.355, de 15 de agosto de 2022, o qual fixou o último valor atualizado da bolsa intercâmbio prevista na Lei nº 14.512, de 7 de dezembro de 2011.

Em síntese, o Programa Ganhe o Mundo consolida-se como uma iniciativa estratégica de impacto social, ao promover a mobilidade acadêmica dos estudantes da rede pública de Pernambuco dentro de padrões elevados de qualidade, transparência, eficiência e segurança. Fundamentado em rigorosos critérios técnicos e operacionais ampliando horizontes culturais e linguísticos dos estudantes.

4. Levantamento de mercado

Com o objetivo de conferir maior consistência e segurança, procedeu-se à realização de levantamento de mercado da solução aqui ora a ser contratada.

O Programa Ganhe o Mundo, em sua modalidade tradicional, trata-se de ação pedagógica cujas peculiaridades estão descritas na Lei nº 14.512/2011, de modo que as características desse programa são próprias do Estado de Pernambuco. Ainda assim, a Superintendência do Programa Ganhe o Mundo – SUPGM diligenciou no sentido de identificar programas similares em âmbito nacional, tendo sido encontrados dois entes federativos que instituíram ações com finalidades semelhantes: o Estado do Paraná e o Município do Recife. Essas experiências, embora distintas em sua formatação, foram consideradas como referência comparativa, reforçando a busca por parâmetros consistentes e condizentes com a realidade do objeto desta contratação.

No caso do Paraná, a Lei Estadual 20.009/19 instituiu o Programa de Intercâmbio Internacional Ganhando o Mundo, o qual apresenta algumas características peculiares que o diferenciam do PGM do Estado de Pernambuco, quais sejam, A) o programa Ganhando o Mundo do Paraná, segundo o artigo 1, §1, lei 10.564/19, estabelece modalidades de intercâmbio como equivalência do Ensino Médio, imersão na língua do país de destino e profissionalizante. A lei 14.512/2011 do Estado de Pernambuco não estabelece essas distinções no âmbito da modalidade tradicional do Programa Ganhe o Mundo; B) o artigo 3º da lei estadual paranaense nº 10.564/19 estabelece categorias de intercâmbio que podem não ser custeadas, em sua totalidade, pelo Estado do Paraná. Não se encontra disposição semelhante na lei do programa de Pernambuco; C) o artigo 4º da lei estadual paranaense nº 10.564/19 prevê a possibilidade de o Estado do Paraná firmar convênio ou instrumento congênere com entidades públicas e/ou privadas do Brasil e/ou do exterior para operacionalização e logística do processo de envio e permanência de estudantes no país de destino. Tal disposição também não encontra equivalência na lei 14.512/2011 do Estado de Pernambuco.

No caso do Município de Recife, a lei municipal 19.164/23 instituiu o Programa Recife no Mundo, e, compulsando o teor dessa legislação e dos editais pertinentes, nota-se que o intercâmbio dos discentes em Recife apresenta formato e duração reduzidos quando em comparação ao PGM do Estado de Pernambuco. No

caso de Recife, oferta-se aos alunos intercâmbio na modalidade summerschool, com duração de 04 (quatro) semanas, em cursos de línguas ofertados em campi universitários.

Além do mais, para contextualizar a presente contratação, é relevante analisar os custos per capita de programas de intercâmbio realizados em outros estados, mesmo que o escopo, no que se refere a modalidade de estudo (high school ou curso de idioma) e a duração desses intercâmbios possam diferir do nosso. Essa análise nos permite ter uma visão comparativa dos valores investidos por aluno e por país de destino em outras licitações. Abaixo, apresentamos tabelas com os valores de licitações de programas de intercâmbio, discriminados por estado de origem, país de destino e o custo per capita por estudante.

ESTADO DO PARANÁ - EDITAL 369/2024				
PAÍS	VALOR UNIT. MÁX. INICIAL	VALOR UNIT. FINALIZADO	QUANTITATIVO DE ALUNOS	VALOR POR ALUNO
AUSTRÁLIA	R\$ 25.509.799,99	R\$ 19.999.648,00	200	R\$ 99.998,24
CANADÁ	R\$ 55.811.013,26	R\$ 37.400.000,00	500	R\$ 74.800,00
IRLANDA	R\$ 22.058.825,53	R\$ 15.050.000,00	150	R\$ 100.333,33
NOVA ZELÂNDIA	R\$ 24.911.449,82	R\$ 17.800.000,00	200	R\$ 89.000,00
REINO UNIDO	R\$ 21.300.141,52	R\$ 14.998.868,96	150	R\$ 99.992,4597

Obs: Modalidade High School com duração de 1 semestre letivo para estudantes do ensino médio - Programa Ganhando o Mundo.

ESTADO DO PARANÁ - EDITAL 917/2024				
PAÍS	VALOR UNIT. MÁX. INICIAL	VALOR UNIT. FINALIZADO	QUANTITATIVO DE ALUNOS	VALOR POR ALUNO
EUA	R\$ 13.518.200,36	Licitação em andamento	100	R\$ 135.182,0036

Obs: Modalidade High School com duração de 1 semestre letivo para estudantes do ensino médio - Programa Ganhando o Mundo.

ESTADO DO MARANHÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2023				
PAÍS	VALOR UNIT. MÁX. INICIAL	VALOR UNIT. FINALIZADO	QUANTITATIVO DE ALUNOS	VALOR POR ALUNO
ARGENTINA	R\$ 1.766.784,60		30	R\$ 58.892,82
FRANÇA	R\$ 1.358.775,40		20	R\$ 67.938,77
REINO UNIDO	R\$ 4.085.132,90		50	R\$ 81.702,658

Obs: Modalidade Curso de Idioma com duração de 12 semanas para alunos egressos do ensino médio da rede pública - Programa Estadual "Cidadão do Mundo".

ESTADO DO MARANHÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2022				
----------------------------------------------------	--	--	--	--

PAÍS	VALOR UNIT. MÁX. INICIAL	VALOR UNIT. FINALIZADO	QUANTITATIVO DE ALUNOS	VALOR POR ALUNO
ARGENTINA	R\$ 821.562,05	R\$ 632.566,50	15	R\$ 42.171,20
FRANÇA	R\$ 692.205,46	R\$ 585.933,80	10	R\$ 58.593,38
ÁFRICA DO SUL	R\$ 1.597.733,44	R\$ 1.252.857,45	25	R\$ 50.114,298

Obs: Modalidade Curso de Idioma com duração de 12 semanas para alunos egressos do ensino médio da rede pública - Programa Estadual "Cidadão do Mundo".

ESTADO DE SÃO PAULO - EDITAL 90013/2024				
PAÍS	VALOR UNIT. MÁX. INICIAL	VALOR UNIT. FINALIZADO	QUANTITATIVO DE ALUNOS	VALOR POR ALUNO
AUSTRÁLIA	R\$ 24.085.295,44	R\$ 15.660.000,00	100	R\$ 156.000,00
CANADÁ	R\$ 30.806.434,12	R\$ 21.892.000,00	150	R\$ 145.946,66
IRLANDA	R\$ 11.733.576,01	Licitação em andamento	50	R\$ 234.671,5202
NOVA ZELÂNDIA	R\$ 21.390.960,62	R\$ 14.050.000,00	100	R\$ 140.500,00
REINO UNIDO	R\$ 22.950.625,82	R\$ 17.000.000,00	100	R\$ 170.000,00

Obs: Modalidade High School com duração de um trimestre letivo (3 meses) para alunos do ensino médio da rede pública - Programa Prontos pro Mundo.

ESTADO DO MATO GROSSO - EDITAL Nº 0006/2024				
PAÍS	VALOR UNIT. MÁX. INICIAL	VALOR UNIT. FINALIZADO	QUANTITATIVO DE ALUNOS	VALOR POR ALUNO
INGLATERRA	R\$ 7.354.538,79	R\$ 5.888.800,00	100	R\$ 58.888.000,00

Obs: Intercâmbio com duração de 3 semanas para alunos do ensino médio de escolas públicas Programa Jovens Embaixadores.

Por conseguinte, quanto à pesquisa preliminar de preços, chegou-se à conclusão de considerar como parâmetros os próprios valores e montantes presentes nos contratos anteriores do Estado de Pernambuco, pois refletem de forma mais adequada às exigências do Programa constantes na lei 14.512/2011, do Estado de Pernambuco, seja por conta do formato pedagógico específico, seja pelas características próprias de custeio e contratação dos serviços de intercâmbio.

Sendo assim, apresentam-se abaixo as planilhas de composição de custos constantes no contrato de prestação de serviços nº 271/2025 SEE/PE, referente ao Edital de Pregão Eletrônico nº 0679.SAD.SEE, PROCESSO Nº 3118.2024.AC-31.PE.0679.SAD, o qual tratou da contratação de pessoa jurídica responsável pelo intercâmbio (modalidade estudantil) referente à atual edição realizada do Programa Ganhe o Mundo modalidade tradicional, no ano de 2025, no qual o custo do valor unitário por estudante com destino ao país do Canadá foi de R\$ 75.107,00. Senão, vejam-se as planilhas:

LOTE 1							
Item	Código E-Fisco	CATSER	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	387181-9	19933	SERVIÇO DE CAPACITAÇÃO DE PESSOAL - DO TIPO SERVIÇO DE PROGRAMA DE INTERCÂMBIO, NO CANADÁ, PARA ESTUDANTES DA REDE PÚBLICA ESTADUAL, COM CARGA HORÁRIA MÍNIMA DE 30 HORAS.	Unidade	175	R\$ 75.107,00	R\$ 13.143.725,00

LOTE 2							
Item	Código E-Fisco	CATSER	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	387181-9	19933	SERVIÇO DE CAPACITAÇÃO DE PESSOAL - DO TIPO SERVIÇO DE PROGRAMA DE INTERCÂMBIO, NO CANADÁ, PARA ESTUDANTES DA REDE PÚBLICA ESTADUAL, COM CARGA HORÁRIA MÍNIMA DE 30 HORAS.	Unidade	175	R\$ 75.107,00	R\$ 13.143.725,00

LOTE 3							
Item	Código E-Fisco	CATSER	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	387181-9	19933	SERVIÇO DE CAPACITAÇÃO DE PESSOAL - DO TIPO SERVIÇO DE PROGRAMA DE INTERCÂMBIO, NO CANADÁ, PARA ESTUDANTES DA REDE PÚBLICA ESTADUAL, COM CARGA HORÁRIA MÍNIMA DE 30 HORAS.	Unidade	175	R\$ 75.107,00	R\$ 13.143.725,00

LOTE 4							
Item	Código E-Fisco	CATSER	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	387181-9	19933	SERVIÇO DE CAPACITAÇÃO DE PESSOAL - DO TIPO SERVIÇO DE PROGRAMA DE INTERCÂMBIO, NO CANADÁ, PARA ESTUDANTES DA REDE PÚBLICA ESTADUAL, COM CARGA HORÁRIA MÍNIMA DE 30 HORAS.	Unidade	175	R\$ 75.107,00	R\$ 13.143.725,00

Ademais, apresentam-se também as planilhas de composição de custos constantes no contrato de prestação de serviços nº 218/2024-SEE-PE, decorrente do **pregão eletrônico nº 0294/2024, processo licitatório nº 0637.2024.AC-36.PE.0294.SAD.SEE**, referente à contratação da pessoa jurídica responsável pelo intercâmbio (mobilidade estudantil) edição também realizada em 2025, com destino para o Chile.

LOTE – 5 – (CHILE)					
ITEM	EFISCO	DESCRIÇÃO	U.F	QUANT	VALOR TOTAL
1	387187-8	SERVIÇO DE CAPACITAÇÃO DE PESSOAL - DO TIPO SERVIÇO DE PROGRAMA DE INTERCÂMBIO, NA CHILE, PARA ESTUDANTES DA REDE PÚBLICA ESTADUAL, COM CARGA HORÁRIA MÍNIMA DE 30 HORAS	Unidade	100	R\$ 4.898.000,00

LOTE – 6 – (CHILE)					
ITEM	EFISCO	DESCRIÇÃO	U.F	QUANT	VALOR TOTAL
1	387187-8	SERVIÇO DE CAPACITAÇÃO DE PESSOAL - DO TIPO SERVIÇO DE PROGRAMA DE INTERCÂMBIO, NO CHILE, PARA ESTUDANTES DA REDE PÚBLICA ESTADUAL, COM CARGA HORÁRIA MÍNIMA DE 30 HORAS	Unidade	100	R\$ 5.039.000,00

O levantamento de mercado, portanto, mostra-se etapa essencial para a adequada formação da estimativa de preços, conferindo maior segurança técnica à Administração Pública e permitindo comparar, de forma objetiva, diferentes fontes de referência – contratos anteriores da própria Secretaria, índices oficiais de atualização e informações obtidas de outros entes federativos que desenvolvem ações similares.

Os pacotes de serviços acima delineados representam à medida que melhor atende ao interesse público, na medida em que concentram em uma mesma contratada a responsabilidade pela execução integral das operações necessárias ao intercâmbio educacional, o que caracteriza os vetores da **economicidade** e da **vantajosidade** que fundamentam a alternativa ora apresentada à Administração.

No caso específico do **intercâmbio da modalidade tradicional do Programa Ganhe o Mundo**, objeto desta contratação, serão ofertados 08 (oito) lotes de serviços, contemplando os destinos **Argentina, Espanha, Reino Unido, Canadá e Estados Unidos**. Em todos os lotes, estão incluídas as ações estruturantes já elencadas, tais como matrícula e acompanhamento acadêmico, hospedagem em famílias anfitriãs, transporte local, passagens aéreas, seguro internacional, alimentação e atividades culturais.

A análise da solução, baseada na conjugação do histórico de contratações já realizadas pela Secretaria de Educação, na atualização monetária de referências pretéritas, no levantamento de mercado verificando experiências correlatas em outros entes federativos, evidencia que a presente proposta se apresenta como a mais vantajosa para o Estado. Com isso, assegura-se a compatibilidade dos custos estimados com a realidade do mercado, ao mesmo tempo em que se preserva a qualidade e a continuidade do Programa Ganhe o Mundo, em consonância com o interesse público e as finalidades pedagógicas previstas na Lei nº 14.512/2011.

5. Descrição da solução

Para atendimento à necessidade pública anteriormente descrita, no âmbito da execução do Programa Ganhe o Mundo, tendo em vista todo o contexto apresentado, identificou-se como solução mais adequada a efetivar a política pública em tela, a contratação de pessoa jurídica especializada para prestar os serviços de intercâmbio internacional (mobilidade estudantil) uma vez que a mesma será responsável pela operacionalização de todas as etapas do programa.

Ressalta-se que a Administração Pública não dispõe da estrutura necessária, com seus agentes e órgãos, para ofertar aos estudantes os mesmos cursos e vivências e com a finalidade de atender os objetivos do programa, entendendo-se pela necessidade da contratação de empresa(s) responsável(is) por operar e realizar todos os trâmites necessários para que os alunos selecionados realizem o intercâmbio, devendo cumprir as obrigações previstas nas cláusulas do(s) futuro(s) contrato(s) administrativo(s) celebrado(s), o(s) qual(is) possuirá(ão) vigência de 1 (um) ano, contado da data da assinatura do contrato.

6. Estimativa das quantidades a serem contratadas

No âmbito do Programa Ganhe o Mundo na modalidade tradicional, para a contratação em tela, estima-se um quantitativo de 2.000 (dois mil) estudantes selecionados por processo seletivo realizado pela Secretaria Estadual de Educação.

Os quantitativos de intercambistas para esta edição foram definidos com base no histórico das edições anteriores do programa e no número de estudantes inscritos nos cursos de línguas do Programa, tanto na modalidade presencial anteriormente ofertada quanto na modalidade online atualmente disponibilizada pelo Estado, conforme demonstram os mapas descritos abaixo. Considerou-se, ainda, a disponibilidade de dotação orçamentária destinada ao Programa Ganhe o Mundo e o quantitativo de estudantes matriculados dentro desses grupos.

PGM - INFORMAÇÕES				
PAÍSES	EDIÇÃO (ANO)	QUANTIDADE DE ALUNOS POR EDIÇÃO	MUNICÍPIOS ATENDIDOS POR EDIÇÃO	PAÍSES POR EDIÇÃO
Alemanha	1º - 2012	1.095	125	
Argentina	2º - 2013	1.168	175	
Austrália	3º - 2014	1.177	176	
Canadá	4º - 2015	1.019	180	
Chile	5º - 2016	1.034	179	
Colômbia	6º - 2017	1.035	181	
Espanha	7º - 2018	1.072	175	
Estados Unidos	8º - 2019	898		
Inglaterra	9º - 2020	777		
Nova Zelândia	10º - 2025	191	83	Chile
	11º - 2025	700		Canadá
Quant. total de estudantes PGM		10.166		

OBS: Mapa descritivo com informações e dados sobre histórico das edições da mobilidade internacional do Programa Ganhe o Mundo.

PGM - INFORMAÇÕES					
CURSOS DE LÍNGUAS – PGM - PRESENCIAL					
Período	Escolas	Turmas	Inscritos	Enturmadados	Municípios
2011.2/12.1	337	1.007	25.000	25.000	125
2013.2/14.1	309	1.010	33.115	25.000	175
2014.2/15.1	483	916	30.220	25.000	176
2015.2/16.1	554	963	32.897	25.000	180
2016.2/17.1	512	981	34.103	25.000	179
2017.2/18.1	507	1.153	32.148	15.000	181
2018.2/19.1	526	669	30.040	15.000	175
2019.2/20.1	-	-	-	-	-
2020.2/21.1	-	-	-	-	-
2021.2/22.1	-	-	-	-	-

OBS: Mapa descritivo com informações e dados sobre histórico das edições dos cursos de línguas do Programa Ganhe o Mundo.

PGM - INFORMAÇÕES				
CURSOS DE LÍNGUAS – PGM - ONLINE GOOGLE CLASSROOM				
Período	Escolas	Turmas	Inscritos	Municípios
2024.1	Escola de Referência em Ensino Médio Antônio Farias (escola na qual realizou as gravações das aulas)	9 (inglês) 4 (espanhol)	7.055 - Inglês 1.781- Espanhol	-

OBS: Mapa descritivo com informações e dados sobre histórico das edições dos cursos de línguas do Programa Ganhe o Mundo.

PGM - INFORMAÇÕES					
CURSOS DE LÍNGUAS – PGM - AULÕES					
Período	Escolas	Turmas	Inscritos	GRES	Polos por Município
2024.1	226	Canadá - 6.617 Estados Unidos - 6.149 Chile - 1.647 Colômbia - 738 INDECISOS - 4.929	20.080 Inglês - 15.591 Espanhol - 3.930 INDECISOS - 559	Afogados	6
				Arcoverde	12
				Araripina	29
				Caruaru	18
				Floresta	18
				Garanhuns	11
				Limoeiro	11
				Metro Sul	11
				Metro Norte	7
				Nazaré	33
				Palmares	20
				Petrolina	12
				Recife Norte	5
				Recife Sul	10
				Salgueiro	13
				Vitória	10

OBS: Mapa descritivo com informações e dados sobre histórico das edições dos cursos de línguas do Programa Ganhe o Mundo.

A quantidade voltada para cada país destino é também fixada em virtude da capacidade do país em receber intercambistas nas escolas nos países de destino, na modalidade exigida no edital. O quantitativo de intercambistas distribuído por cada país deve respeitar o número máximo de estudantes por escola e o quantitativo de famílias capacitadas para receber estudantes internacionais. As escolas públicas no exterior deverão seguir uma proporção específica para o número de intercambistas do Programa Ganhe o Mundo (PGM). Para escolas com até 400 estudantes, o limite máximo é de 8 (oito) intercambistas PGM. Já as instituições que possuem entre 401 e 800 estudantes podem receber até 12 (doze) intercambistas. Por fim, escolas com mais de 801 estudantes terão um limite de até 16 (dezesesseis) intercambistas PGM.

A distribuição desses estudantes deve ser proporcionalmente organizada entre os países de destino, garantindo que tanto as regras de limite por escola quanto o quantitativo total de intercambistas do programa sejam contemplados. Nesse contexto, a presente contratação busca fornecer um pacote completo de serviços de intercâmbio para os 2.000 (dois mil) estudantes selecionados.

Esses serviços incluem o acompanhamento integral dos estudantes em todas as etapas: desde o preparo pré-intercâmbio (emissão de passaportes, vistos, seguro saúde, exames médicos, vacinas, passagens aéreas), passando pelo intercâmbio em si (acomodação do estudante, alimentação, escola), até o pós-intercâmbio, com a emissão do certificado escolar do aluno acompanhada da respectiva tradução juramentada.

Serão 08 (oito) lotes de ações de intercâmbio ofertadas, em que a divisão dos lotes se dará de acordo com o quantitativo e o país definido: o primeiro lote oferecerá o pacote de 300 (trezentas) vagas para a Argentina, o segundo lote com 300 (trezentas) vagas para a Espanha, o terceiro lote com 200 (duzentas) vagas para o Reino Unido, quarto lote com 200 (duzentas) vagas para o Reino Unido, o quinto lote de 250 (duzentas e cinquenta) vagas para o Canadá, o sexto lote de 250 (duzentas e cinquenta) vagas para o Canadá, o sétimo lote de 250 (duzentas e cinquenta) vagas para os Estados Unidos e o oitavo lote de 250 (duzentas e cinquenta) vagas para os Estados Unidos.

7. Estimativa do valor da contratação

A solução adotada para a presente contratação consiste na oferta de pacotes de intercâmbio voltados aos estudantes selecionados no âmbito do Programa Ganhe o Mundo, em sua modalidade tradicional. Para fins de estimativa do valor da contratação, considera-se a concessão de 2.000 (dois mil) pacotes, cujo montante abrangerá todos os itens necessários à plena realização da experiência internacional, tais como transporte,

hospedagem, emissão de visto e passaporte, alimentação, seguro, acompanhamento pedagógico e demais serviços indispensáveis à efetividade do Programa.

Sendo assim, a estimativa do valor desta contratação foi elaborada a partir de parâmetros já utilizados pela Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco em contratações anteriores, que apresentam maior similitude com o escopo completo pretendido. Como referência, foram considerados os contratos firmados e devidamente executados em 2025, relativos ao envio de estudantes para o Chile e para o Canadá, cujas condições contratuais, quantitativos e serviços compreendidos guardam estreita relação com o objeto ora em análise.

Contratos utilizados como referência

Foram tomados como base:

- a) O Contrato nº 18/2024-SEE-PE, referente ao intercâmbio para o Chile, no valor de R\$ 9.937.000,00 (200 estudantes), cujo custo unitário por estudante foi de R\$ 49.685,00
- b) O Contrato nº 271/2025-SEE-PE, referente ao intercâmbio para o Canadá, no valor de R\$ 52.574.900,00 (700 estudantes), cujo custo unitário por estudante foi de R\$ 75.107,00.

Esses valores refletem a realidade mais recente de contratações semelhantes já executadas pelo órgão e servem de parâmetro direto para a presente estimativa, considerando que contemplam integralmente os serviços inerentes ao Programa Ganhe o Mundo, desde a organização logística até a alocação acadêmica dos estudantes no país de destino.

Variação de custos por país de destino

Ressalte-se, ainda, que os custos de execução podem variar de acordo com o país de destino escolhido para os intercâmbios, uma vez que diferentes fatores impactam diretamente o valor final, tais como:

- **Moeda local:** a variação cambial frente ao real (R\$) pode aumentar ou reduzir significativamente o custo por estudante.
- **Custo de vida do país:** países com maior nível de desenvolvimento econômico ou com inflação interna mais elevada tendem a apresentar custos superiores em itens como hospedagem, alimentação e transporte.
- **Serviços educacionais:** as taxas cobradas pelas instituições de ensino e pelos prestadores de serviços locais diferem entre países, refletindo particularidades do sistema educacional e das políticas públicas de cada nação.

Considerando a necessidade de assegurar a eficiência da licitação, o valor referencial estabelecido no processo será utilizado apenas como estimativa inicial para fins de planejamento. Para a presente contratação, estima-se o valor total de R\$ 52.574.900,00, adotando-se como parâmetro a última contratação realizada pela Secretaria que mais se assemelha ao objeto ora pretendido, qual seja o Contrato nº 271/2025-SEE-PE, no qual foi apurado o custo unitário de R\$ 75.107,00 por estudante, ainda que aquela contratação contemplasse países distintos em outros lotes

Assim, projetando-se o quantitativo estimado de 2.000 estudantes, aplica-se a metodologia de proporcionalidade direta, mantendo-se o mesmo custo unitário verificado no contrato paradigma, uma vez que permanecem inalteradas as especificações do objeto, o escopo dos serviços e a estrutura de execução. Desse modo, o valor estimado da contratação corresponde a R\$ 150.214.000,00 (cento e cinquenta milhões, duzentos e quatorze mil reais), resultado da multiplicação do custo unitário de R\$ 75.107,00 pelo quantitativo de 2.000 estudantes.

Ressalta-se que tal estimativa possui caráter referencial e poderá ser ajustada conforme os valores efetivamente ofertados no certame, observados os princípios da economicidade, da competitividade e da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

8. Justificativas para o parcelamento ou não da solução

Neste caso concreto, em virtude da natureza do serviço a ser contratado, a opção pelo agrupamento dos itens em lotes mostra-se a mais vantajosa para a Administração Pública. A escolha pela divisão em 08 (oito) lotes, contemplando 05 (cinco) países de destino (Argentina, Espanha, Reino Unido, Canadá e Estados Unidos), para os quais os estudantes pernambucanos irão viajar nesta edição do Programa Ganhe o Mundo Tradicional, decorreu de análise que considerou, entre outros aspectos, a capacidade dos países de destino em receber e acolher os estudantes em suas redes de ensino público e em famílias anfitriãs criteriosamente selecionadas, demonstrando possuir estrutura adequada para receber o quantitativo de intercambistas previsto pelo programa. Muito embora a regra para os processos licitatórios prescreva que a aquisição seja por item, faz-se necessário que as contratações não tenham prejuízo quanto à viabilidade técnica e econômica.

A definição dessa modelagem buscou equilibrar dois objetivos fundamentais da contratação pública: assegurar a viabilidade técnica e operacional da execução do objeto e, ao mesmo tempo, ampliar a competitividade entre os interessados. Nesse sentido, a divisão por lotes possibilita maior participação de empresas no certame, permitindo que diferentes fornecedores disputem partes do objeto, sem exigir necessariamente estrutura operacional para atendimento simultâneo em todos os destinos contemplados.

Embora a regra geral nos processos licitatórios recomende a aquisição por item, faz-se necessário observar que o parcelamento não deve comprometer a viabilidade técnica e econômica da contratação. No caso da mobilidade acadêmica internacional (intercâmbio), há a necessidade de englobar diversos serviços a serem prestados por uma mesma pessoa jurídica responsável em cada lote, tais como a articulação com instituições educacionais estrangeiras, organização logística, acomodação em famílias anfitriãs, suporte local aos estudantes e acompanhamento durante todo o período do intercâmbio.

As diversas ações que compõem a mobilidade acadêmica configuram serviços de natureza correlata, interdependente e operacionalmente integrada. Dessa forma, a eventual divisão por itens poderia resultar em múltiplas contratações distintas, o que acarretaria dificuldades de coordenação entre diferentes fornecedores, aumento da complexidade administrativa e potenciais falhas no atendimento da demanda, impactando diretamente a necessária celeridade e a qualidade da prestação dos serviços.

Nos termos do art. 40, § 3º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, o parcelamento não será adotado quando o objeto a ser contratado configurar sistema único e integrado e houver possibilidade de risco ao conjunto do objeto pretendido. É o caso da presente contratação, na qual a fragmentação excessiva do objeto poderia comprometer a integração das atividades e a coordenação centralizada necessária à efetiva execução do programa.

Adicionalmente, considerando o vulto da contratação e buscando ampliar ainda mais a competitividade do certame, o objeto foi estruturado em lotes idênticos (lotes espelhados). Tal estratégia permite que mais empresas participem da disputa em condições equilibradas, contribuindo para evitar concentração de mercado e favorecer melhores condições de contratação para a Administração Pública.

Ressalta-se, ainda, que a estruturação do objeto em lotes buscou equilibrar a necessidade de garantir a adequada execução do conjunto dos serviços com a ampliação da competitividade do certame. Nesse sentido, o agrupamento dos itens em lotes foi adotado para evitar riscos à execução integrada do objeto, considerando a interdependência entre as atividades envolvidas. Paralelamente, o parcelamento por países e regiões permite aproveitar as peculiaridades do mercado internacional de intercâmbio, no qual muitas empresas possuem atuação mais consolidada em determinados destinos, ampliando as possibilidades de participação de diferentes fornecedores.

Portanto, o modelo definido para esta contratação é o mais adequado tanto técnica, quanto economicamente, sem restringir ou prejudicar a competitividade de um futuro procedimento licitatório. Além

do mais, também deve ser considerado como o mais adequado a promover uma maior vantajosidade ao Estado, quando comparado às outras possibilidades de atuação estatal.

9. Contratações correlatas e/ou interdependentes

No que se refere a contratações correlatas ao objeto ora pretendido, destaca-se a existência de outra contratação cuja execução está diretamente condicionada ao êxito da presente iniciativa. Trata-se da contratação de empresa para realizar o processo seletivo dos estudantes. A presente contratação, voltada à oferta de programa de intercâmbio, somente alcançará sua finalidade caso haja previamente a seleção dos estudantes beneficiários. Essa etapa preliminar será viabilizada por meio de contratação específica para a realização do processo seletivo. Assim, evidencia-se a correlação direta entre as iniciativas, uma vez que o resultado da seleção de estudantes constitui condição indispensável para a execução exitosa do intercâmbio ora pretendido.

Além disso, destaca-se a essencialidade de outra contratação complementar, destinada à disponibilização do KIT DE VIAGEM aos estudantes selecionados, providência igualmente a cargo da Secretaria. A contratação diz respeito a empresa especializada no fornecimento de itens personalizados, tais como camisas, jaquetas, mochilas, porta passaportes, malas, bonés e gorros personalizados, visando atender as necessidades da Secretaria de Educação, no âmbito do Programa Ganhe o Mundo. Esses materiais serão fornecidos aos beneficiários do Programa como forma de equipamentos e artigos personalizados essenciais para identificação dos alunos no âmbito do programa, constituindo-se em instrumentos imprescindíveis para a identificação institucional dos discentes no exterior, além de representarem itens de suporte logístico e funcional durante a realização do intercâmbio.

Assim, evidencia-se a correlação direta entre essas iniciativas, uma vez que a adequada seleção dos participantes e a provisão do kit de viagem constituem condições indispensáveis para a plena execução e efetividade do programa de intercâmbio ora pretendido.

10. Resultados pretendidos

A presente contratação tem como objetivo viabilizar o cumprimento da Lei nº 14.512/2011 que institui o Programa Ganhe o Mundo, assegurando a oferta aos alunos do ensino médio da rede pública estadual de ensino do Estado de Pernambuco, programas de intercâmbio internacional. Trata-se de medida fundamental para:

- a)** Fortalecer a internacionalização da educação pública do Estado, elevando o nível de proficiência linguística dos estudantes, preparando-os para participar de maneira ativa e qualificada em ambientes acadêmico-profissionais globais;
- b)** Promover o desenvolvimento de competências interculturais, como adaptação, autonomia e responsabilidade, contribuindo para a formação desses estudantes;
- c)** Contribuir para o aprimoramento das práticas pedagógicas nas escolas do Estado. Ao retornarem, os estudantes atuam como multiplicadores de conhecimento;
- d)** Favorecer o seu acesso ao ensino superior, ao mercado de trabalho e a espaços de participação social ao permitir que os estudantes adquiram fluência em outras línguas e vivências internacionais.

Ademais, contribui para o atendimento aos objetivos constitucionais previstos na Constituição Federal de 1988, cuja efetivação é dever do Estado. A modalidade estudantil permitirá que os alunos da rede pública de ensino tenham a oportunidade de estudar um idioma em instituições do exterior e se capacitem em cursos de língua estrangeira através do intercâmbio internacional.

A prioridade do Programa será a matrícula em High School / Escuela Secundaria, em instituição de ensino estrangeira que assegure a equivalência curricular e a carga horária mínima exigida pelo MEC. Em caráter excepcional, nos casos em que não for possível a matrícula em High School / Escuela Secundaria, deverá ser assegurar a matrícula do estudante em college ou curso de idiomas, garantindo, no mínimo, aulas presenciais da disciplina de inglês ou espanhol e, preferencialmente, a inclusão em pelo menos duas (02) disciplinas

complementares voltadas ao enriquecimento acadêmico, cultural ou profissional, tais como literatura, comunicação, tecnologia, artes ou ciências sociais, de acordo com a grade curricular da instituição parceira.

Nesse contexto, o discente aprimorará suas habilidades no aprendizado do inglês ou do espanhol, contribuindo significativamente para a sua formação acadêmica, profissional e cidadã. O intercâmbio, enquanto experiência formativa internacional, amplia horizontes culturais, fortalece a autonomia, a capacidade crítica e a inserção dos estudantes em ambientes globais de conhecimento. Além disso, consolida-se como uma política pública estratégica de educação, ao promover a igualdade de oportunidades, reduzir desigualdades sociais e investir no capital humano da Rede Pública de Ensino. Dessa forma, o Programa Ganhe o mundo reafirma o papel do Estado na construção de uma educação inclusiva, inovadora e comprometida com o futuro dos jovens pernambucanos.

11. Providências a serem adotadas

Compete à Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco promover a condução e coordenação do processo de seleção dos estudantes que virão a participar do intercâmbio internacional por meio do Programa Ganhe o Mundo, em sua modalidade tradicional. Para a execução operacional dessa etapa, serão adotados mecanismos específicos de seleção, observando critérios técnicos, pedagógicos e de equidade.

É de competência da Secretaria a indicação oficial da lista dos estudantes seletivos para o intercâmbio internacional, assegurando transparência, equidade e alinhamento às diretrizes institucionais.

Ademais, para assegurar a adequada implementação e execução da contratação, deverão ser adotadas as seguintes providências, por parte da Secretaria:

- **Nomeação do gestor e fiscal do contrato**, responsáveis pelo acompanhamento, monitoramento e controle da execução contratual, garantindo o cumprimento dos prazos e condições estabelecidas.
- **Capacitação dos servidores designados**, com vistas ao pleno domínio das especificidades do programa, das ferramentas tecnológicas envolvidas e dos procedimentos administrativos necessários.
- **Disponibilização e atualização do banco de dados dos alunos beneficiários do programa**, contendo informações essenciais como nome completo, responsável legal, CPF, e-mail, número de telefone, endereço, assegurando a confiabilidade e integridade dos dados para a operacionalização do programa.

12. Possíveis impactos ambientais

Nos termos do art. 11, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021, que consagra o desenvolvimento nacional sustentável como princípio norteador das contratações públicas, deverão ser observadas, sempre que tecnicamente viáveis, medidas que promovam a minimização dos impactos ambientais decorrentes da execução contratual. Desta forma, a execução contratual deverá priorizar soluções digitais que contribuam para a mitigação de impactos ambientais, em consonância com o princípio do desenvolvimento nacional sustentável previsto na legislação de regência.

Em relação aos requisitos de sustentabilidade e impactos ambientais, considerando o objeto aqui tratado, qual seja, o pacote de intercâmbio estudantil na modalidade tradicional, a Superintendência do Ganhe o Mundo entende que o objeto da contratação não se sujeita a critérios de sustentabilidade, conforme diretrizes constantes no *Guia Nacional de Contratações Sustentáveis*, elaborado pela Advocacia Geral da União.

Todavia, a(s) pessoa jurídica(s) que vier(em) a ser contratada, para a execução dos serviços de mobilidade estudantil, deverá(ão) cumprir todas as obrigações de sustentabilidade pertinentes a sua área de atuação institucional, fixadas em lei ou regulamentos normativos expedidos pelas autoridades competentes.

13. Posicionamento conclusivo

A escolha da solução, considerando os aspectos essenciais do programa e a relação do custo-benefício frente à necessidade da contratação, foi fundamentada nos seguintes pontos:

a) Especialização técnica – a contratação de empresa especializada em intercâmbio assegura a execução qualificada de todas as etapas operacionais, desde a logística da viagem até o acompanhamento pedagógico e social dos estudantes, garantindo padrões de qualidade compatíveis com os objetivos do Programa.

b) Eficiência e segurança – empresas do setor possuem expertise consolidada na gestão de processos internacionais, minimizando riscos e oferecendo maior segurança jurídica, administrativa e operacional para a execução do Programa.

c) Custo-benefício – a centralização dos serviços em empresa especializada possibilita maior economicidade, evitando a pulverização de contratações e otimizando recursos públicos, ao mesmo tempo em que assegura serviços integrados com melhor relação entre custo e resultado.

d) Atendimento às políticas públicas – a solução contratada viabiliza a efetiva implementação do Programa Ganhe o Mundo, alinhando-se às diretrizes governamentais de promoção da educação, internacionalização do ensino e ampliação de oportunidades para estudantes da Rede Pública de Pernambuco.

e) Impacto social e educacional – a experiência de intercâmbio proporcionada pela empresa especializada fortalece a formação integral dos estudantes, amplia a visão de mundo, desenvolve competências linguísticas e interculturais e contribui diretamente para os objetivos estratégicos do Estado em educação e inclusão social.

Desta forma, diante da análise das alternativas disponíveis no mercado e considerando as especificidades operacionais, logísticas e normativas do Programa Ganhe o Mundo, conclui-se que a contratação de pessoa (s) jurídicas (s) especializada (s) na execução das ações de mobilidade acadêmica (intercâmbio) configura-se como a solução efetiva, viável e segura para a execução da política pública em questão.

Serão ofertados ao mercado, a fim de que sejam futuramente selecionadas, as propostas das pessoas jurídicas aptas a gerar os resultados de contratação mais vantajosos para a Administração Pública, pacotes de serviços de intercâmbio estudantil em 08 (oito) lotes, correspondente aos seguintes países de destino: Argentina, Espanha, Reino Unido, Canadá e Estados Unidos. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Estado de Pernambuco, para o exercício de 2025.

Averigua-se que a presente contratação se revela viável e necessária nos termos apresentados neste estudo técnico preliminar uma vez que vai possibilitar aos alunos da Rede Pública Estadual de Pernambuco que usufruam do direito estabelecido através da Lei 14.512/2011, que instituiu o Programa Ganhe o Mundo.

Recife, data de assinatura no SEI

Servidores responsáveis pela elaboração

Nome	E-mail	Telefone	Matrícula	Setor/Gerência
Débora dos Santos Nascimento	debora.snascimento@adm.educacao.pe.gov.br	(81)3182-9021	456.587-8	SUPGM – Superintendente do Programa Ganhe o Mundo
AndrezzaVerusk a Costa Belo	Andrezza.vcbelo@adm.educacao.pe.gov.br	(81) 3182-9021	183.09380/01	SUPGM – Gestora Administrativa do Programa Ganhe o Mundo

ANEXO E

QUADRO RESUMO
LICITAÇÃO POR LOTE (GRUPO)

LOTE (GRUPO)1- AMPLA CONCORRÊNCIA (G1) - (ARGENTINA)							
ITEM	CÓDIGO EFISCO	CATSER	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT. (A)	VALOR UNITÁRIO (B)	VALOR TOTAL (C) = (A) X (B)
1	387185-1	19933	SERVICO DE CAPACITACAO DE PESSOAL - DO TIPO SERVICO DE PROGRAMA DE INTERCAMBIO, NA ARGENTINA PARA ESTUDANTES DA REDE PUBLICA ESTADUAL, COM CARGA HORARIA MINIMA SEMANAL DE 30 HORAS	Unidade	300	R\$ 70.774,30	R\$ 21.232.290,00

LOTE (GRUPO) 2 – AMPLA CONCORRÊNCIA (G2) – (ESPANHA)							
ITEM	CÓDIGO EFISCO	CATSER	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT. (A)	VALOR UNITÁRIO (B)	VALOR TOTAL (C) =(A) X (B)
2	387188-6	19933	SERVICO DE CAPACITACAO DE PESSOAL - DO TIPO SERVICO DE PROGRAMA DE INTERCAMBIO, NA ESPANHA, PARA ESTUDANTES DA REDE PUBLICA ESTADUAL, COM CARGA HORARIA MINIMA SEMANAL DE 30 HORAS	Unidade	300	R\$ 97.150,25	R\$ 29.145.075,00

LOTE (GRUPO) 3 –AMPLA CONCORRÊNCIA (G3) (REINO UNIDO)							
ITEM	CÓDIGO EFISCO	CATSER	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT. (A)	VALOR UNITÁRIO (B)	VALOR TOTAL (C) = (A) X (B)
			SERVICODE CAPACITACAO DE				

3	610936 - 5	19933	PESSOAL - DO TIPO SERVIÇO DE PROGRAMA DE INTERCAMBIO, NO REINO UNIDO, PARA ESTUDANTES DA REDE PUBLICA ESTADUAL, COM CARGA HORARIA MINIMA SEMANAL DE 30 HORAS	Unidade	200	R\$ 115.028,75	R\$ 23.005.750,00
---	------------	-------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------	-----	----------------	-------------------

LOTE (GRUPO) 4 – AMPLA CONCORRÊNCIA (G4) (REINO UNIDO)

ITEM	CÓDIGO EFISCO	CATSER	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT. (A)	VALOR UNITÁRIO (B)	VALOR TOTAL (C) = (A) X (B)
4	610936-5	19933	SERVICO DE CAPACITACAO DE PESSOAL - DO TIPO SERVICO DE PROGRAMA DE INTERCAMBIO, NO REINO UNIDO, PARA ESTUDANTES DE REDE PUBLICA ESTADUAL, COM CARGA HORARIA MINIMA SEMANAL DE 30 HORAS	Unidade	200	R\$ 115.028,75	R\$ 23.005.750,00

LOTE (GRUPO) 5 - AMPLA CONCORRÊNCIA (G5) (CANADÁ)

ITEM	CÓDIGO EFISCO	CATSER	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT. (A)	VALOR UNITÁRIO (B)	VALOR TOTAL (C) = (A) X (B)
5	387181-9	19933	SERVICO DE CAPACITACAO DE PESSOAL - DO TIPO SERVICO DE PROGRAMA DE INTERCAMBIO, NO CANADA, PARA ESTUDANTES DA REDE PUBLICA ESTADUAL, COM CARGA HORARIA MINIMA DE 30 HORAS	Unidade	250	R\$ 109.118,13	R\$ 27.279.532,50

LOTE (GRUPO) 6– AMPLA CONCORRÊNCIA (G6) (CANADÁ)

		CATSER	DESCRIÇÃO	UNID.			
--	--	--------	-----------	-------	--	--	--

ITEM	CÓDIGO EFISCO				QUANT. (A)	VALOR UNITÁRIO (B)	VALOR TOTAL (C) = (A) X (B)
6	387181-9	19933	SERVICO DE CAPACITACAO DE PESSOAL - DO TIPO SERVICO DE PROGRAMA DE INTERCAMBIO, NO CANADA, PARA ESTUDANTES DA REDE PUBLICA ESTADUAL, COM CARGA HORARIA MINIMA DE 30 HORAS	Unidade	250	R\$ 109.118,13	R\$ 27.279.532,50

LOTE (GRUPO) 7– AMPLA CONCORRÊNCIA (G7) (ESTADOS UNIDOS)

ITEM	CÓDIGO EFISCO	CATSER	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT. (A)	VALOR UNITÁRIO (B)	VALOR TOTAL (C) = (A) X (B)
7	3871835	19933	SERVICO DE CAPACITACAO DE PESSOAL - DO TIPO SERVICO DE PROGRAMA DE INTERCAMBIO, NOS ESTADOS UNIDOS DA AMERICA, PARA ESTUDANTES DA REDE PUBLICA ESTADUAL, COM CARGA HORARIA MINIMA SEMANAL DE 30 HORAS	Unidade	250	R\$ 116.871,49	R\$ 29.217.872,50

LOTE (GRUPO)8– AMPLA CONCORRÊNCIA (G8) (ESTADOS UNIDOS)

ITEM	CÓDIGO EFISCO	CATSER	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT. (A)	VALOR UNITÁRIO (B)	VALOR TOTAL (C) = (A) X (B)
8	3871835	19933	SERVICO DE CAPACITACAO DE PESSOAL - DO TIPO SERVICO DE PROGRAMA DE INTERCAMBIO, NOS ESTADOS UNIDOS DA AMERICA, PARA ESTUDANTES DA REDE PUBLICA ESTADUAL, COM CARGA HORARIA MINIMA SEMANAL DE 30 HORAS	Unidade	250	R\$ 116.871,49	R\$ 29.217.872,50

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0224.2026.AC-43.PE.0131.SAD.SEE

COMPRASGOV Nº 90131.2026

ANEXO II
DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada _____, por intermédio do seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ SSP/_____ e CPF nº _____, sob as penas da lei e para os fins dispostos neste Edital:

DECLARA que cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

DECLARA que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

DECLARA que não possui em seu quadro societário ou de pessoal agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, nos termos do art. 9º, §1º da Lei 14.133/2021;

DECLARA que não incorre em qualquer uma das vedações impostas no art. 14 da Lei 14.133/2021 aplicáveis ao objeto da presente licitação;

DECLARA que atende às disposições da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

Recife, XX de XXXX de XXXX

REPRESENTANTE DA EMPRESA

CNPJXXX

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0224.2026.AC-43.PE.0131.SAD.SEE

COMPRASGOV Nº 90131.2026

ANEXO III
MINUTA DO CONTRATO
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMUNS

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DE PERNAMBUCO, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E A EMPRESA XXXXXX, EM DECORRÊNCIA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90131.2026, PROCESSO Nº 0224.2026.AC-43.PE.0131.SAD.SEE.

O ESTADO DE PERNAMBUCO, através da SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, inscrita no CNPJ/MF sob o nº XXX, com sede na _____, nesta cidade, doravante designada CONTRATANTE, neste ato representada pelo(a) _____ (nome e cargo), portador da matrícula funcional nº XXXXX, no uso da competência conferida pelo _____, e a empresa _____, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº _____, sediada em _____, representada neste ato por _____ (nome e função que exerce na contratada), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, doravante designada CONTRATADA, têm entre si justo e acordado, e celebram o presente CONTRATO, mediante as seguintes cláusulas e condições, que mutuamente outorgam e estabelecem, sujeitando-se às disposições previstas na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, nos Decretos Estaduais nº 53.384, de 22.08.2022 e 54.142, de 14.12.2022, e demais normas aplicáveis.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente CONTRATO a prestação de serviços de empresa(s) especializada(s) para oferta de 2.000 (dois mil) pacotes de intercâmbio internacional (mobilidade estudantil), a serem fornecidos para os estudantes de escolas da Rede Pública de Educação de Pernambuco, em escolas da Argentina, Espanha, Reino Unido, Canadá e Estados Unidos e visando atender às necessidades da Secretaria de Educação de Pernambuco, por intermédio da Secretaria Executiva de Desenvolvimento da Educação, através do Programa Ganhe o Mundo Tradicional, nas condições

estabelecidas no Termo de Referência, na proposta da CONTRATADA e nos demais documentos constantes do processo administrativo em epígrafe.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOCUMENTAÇÃO

São partes integrantes deste CONTRATO para todos os fins de direito, o processo relativo ao PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90131.2026, PROCESSO Nº 0224.2026.AC-43.PE.0131.SAD.SEE: e todos os seus anexos, assim como a proposta apresentada pela CONTRATADA.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O prazo de vigência do CONTRATO é de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período estipulado, ressalvada, no caso de culpa da CONTRATADA, a opção pela extinção do CONTRATO.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A prorrogação decorrente de atraso por culpa da CONTRATADA se dará sem prejuízo das providências previstas no art. 111, parágrafo único, da Lei 14.133, de 2021.

PARÁGRAFO QUARTO: A prorrogação automática de que trata esta cláusula não dispensa o apostilamento do novo cronograma de execução do CONTRATO, com as devidas informações orçamentárias, se necessário, onde também devem constar as razões do atraso na prestação do serviço.

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O valor total da contratação é R\$ XXXXXXXX (valor por extenso), conforme detalhamento abaixo descrito):

LOTE XXXX

ITEM	CÓDIGO DO EFISCO	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
XX	XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXX	XXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX
XX	XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXX	XXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX
XX	XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXX	XXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX
VALOR TOTAL DO LOTE						XXXXXXXXXX

PARÁGRAFO SEGUNDO: O valor do CONTRATO compreende os custos diretos e indiretos decorrentes de sua execução, incluindo tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, seguros, despesas de administração, lucro, eventuais custos com transporte, frete e outras despesas correlatas necessárias ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As despesas decorrentes deste CONTRATO encontram-se previstas no Plano Plurianual (PPA) e estão programadas em dotação orçamentária própria do orçamento do Estado de Pernambuco para o presente exercício de 2026, na classificação abaixo:

Fonte de Recurso: 0501544000

UG: 140100

Unidade Orçamentária (UO): 108

Programa de Trabalho: 12.362.0474.2281.A780

Ação: 2281

Elemento da despesa: 00

Categoria Econômica: 3.90

PARÁGRAFO SEGUNDO: No(s) exercício(s) seguinte(s), as despesas correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas de mesma natureza, cujo empenho será objeto de termo de apostilamento no início de cada exercício financeiro.

CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTE E DA REVISÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os preços contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano, contado da data de elaboração do orçamento estimado, ocorrida em 24/02/2026.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O preço do CONTRATO será reajustado em periodicidade anual contada a partir da data de elaboração do orçamento estimado, utilizando-se, para tanto, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, fornecido pelo IBGE, que incidirá exclusivamente em relação às obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, nos termos da Lei Estadual nº 17.555/2021 e do Decreto nº 52.153, de 17 de janeiro de 2022.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Na hipótese de eventuais atrasos imputados à CONTRATADA, não incidirá reajuste sobre o saldo de serviços previstos no cronograma físico-financeiro e não executados por culpa exclusiva da contratada.

PARÁGRAFO QUARTO: A CONTRATADA deverá pleitear o reajuste de preços mediante requerimento formal durante a vigência do CONTRATO e, nos contratos de vigência plurianual, no prazo de até 12 (doze) meses após completado o período aquisitivo da anualidade, nos termos do art. 5º, I, da Lei nº 17.555, de 2021, sob pena de, não o fazendo tempestivamente, ocorrer a preclusão do seu direito ao reajustamento.

PARÁGRAFO QUINTO: Os pedidos de reajustamento deverão ser analisados e respondidos pela Administração no prazo máximo de até 60 (sessenta) dias, contados a partir da instrução completa do requerimento pela CONTRATADA.

PARÁGRAFO SEXTO: Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido analisado o pedido de reajuste tempestivamente formulado, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro ao reajustamento, sob pena de preclusão.

PARÁGRAFO SÉTIMO: O reajustamento será formalizado mediante apostilamento, exceto se a sua concessão coincidir com a prorrogação contratual, quando poderá ser formalizado por termo aditivo.

PARÁGRAFO OITAVO: O direito ao reajustamento poderá ser objeto de renúncia expressa, parcial ou integral, bem como de negociação entre as partes, com vistas a garantir a vantajosidade da manutenção do ajuste para o interesse público, nos termos do art. 6º da Lei Estadual nº 17.555, de 2021.

PARÁGRAFO NONO: Nos reajustes subsequentes ao primeiro, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo ao último reajuste concedido ou objeto de renúncia.

PARÁGRAFO DÉCIMO: Será assegurado o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do CONTRATO em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do CONTRATO tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no CONTRATO.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do CONTRATO e antes de eventual prorrogação, sob pena de preclusão.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO: Os pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO deverão ser analisados e respondidos pela Administração no prazo máximo de até 90 (noventa) dias, contados a partir da instrução completa do requerimento pela CONTRATADA.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO: A extinção do CONTRATO não configura óbice para o reconhecimento do direito ao reajuste ou ao restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro CONTRATO, desde que requeridos tempestivamente, hipóteses em que serão concedidos a título de indenização por meio de Termo de Quitação.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO: Não será caracterizada como reequilíbrio do contrato, a variação cambial da moeda estrangeira que esteja na média da variação da moeda praticada em cada insumo do lote, dos últimos 05 (cinco) anos contados da data da apresentação da proposta.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO: Em virtude da previsão de custos para contratação de hedge ou instrumento financeiro equivalente, a variação extraordinária do câmbio da moeda estrangeira não ensejará o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, conforme previsto na matriz de risco (anexo C do termo de referência).

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

PARÁGRAFO PRIMEIRO: É dever da CONTRATANTE exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, em especial:

I. Prestar à CONTRATADA as informações e esclarecimentos que esta vier a solicitar para o desenvolvimento dos trabalhos;

II. Expedir ordem de serviço para o início da execução do CONTRATO, com a antecedência prevista no Termo de Referência ou, em sua ausência, observando prazo razoável para adoção das medidas iniciais a cargo da CONTRATADA;

III. Comunicar, por escrito, à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do serviço, inclusive vícios e incorreções, para que sejam corrigidos, no todo ou em parte, às suas expensas;

IV. Acompanhar e fiscalizar a execução do CONTRATO, através de fiscal especialmente designado para este fim;

V. Indicar, formalmente, o gestor do CONTRATO para acompanhamento da execução contratual, utilizando-se dos procedimentos de acompanhamento da execução dos serviços, conforme previsto no Termo de Referência e neste instrumento;

VI. Encaminhar à CONTRATADA os relatórios de acompanhamento da execução dos serviços, devidamente elaborados e assinados pelo fiscal do CONTRATO, com os registros de eventuais falhas verificadas e das medidas corretivas necessárias;

VII. Analisar e atestar as Faturas e Notas Fiscais emitidas e efetuar os respectivos pagamentos nas condições e nos prazos estabelecidos.

VIII. Liberar o pagamento da parcela incontroversa da execução do objeto contratado, quando houver controvérsia sobre a dimensão, qualidade e quantidade do objeto executado.

IX. Aplicar as sanções previstas na lei e neste CONTRATO;

X. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;

XI. Proferir, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data do protocolo do requerimento, admitida a prorrogação motivada desse prazo por igual período, decisão explícita sobre todas as solicitações

e reclamações relacionadas à execução do presente CONTRATO, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

XII. Responder a eventuais pedidos de reajustamento no prazo máximo de 60 (sessenta) dias e aos pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados a partir da instrução completa do requerimento.

XIII. Cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenha acesso em razão do certame ou do contrato administrativo, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

XIV. Assegurar o livre acesso dos empregados da CONTRATADA, devidamente identificados, aos locais de prestação dos serviços, quando necessário.

XV. Comunicar à CONTRATADA, através de notificação fundamentada, a necessidade de substituição de qualquer profissional que seja considerado inadequado para o exercício da função, bem como qualquer irregularidade por escrito à CONTRATADA qualquer irregularidade da prestação dos serviços, solicitando, quando possível, a substituição, o reparo ou complementação do bem entregue, fixando prazo para o cumprimento da determinação.

XVI. Informar a Contratada a respeito da lista dos alunos selecionados para cada destino em razão da aprovação do processo seletivo para o Intercâmbio do Programa Ganhe o Mundo.

XVII. A CONTRATANTE não responderá por qualquer dano ou prejuízo causado ao alojamento e ao estabelecimento de ensino no exterior por ação ou omissão culposa ou dolosa dos alunos intercambistas.

XVIII. Mediar os contatos da família no Brasil junto à CONTRATADA;

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Deve a CONTRATADA cumprir todas as obrigações estipuladas neste CONTRATO e respectivos anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, em especial:

I.Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios, na quantidade, qualidade e tecnologia demandadas, de acordo com as especificações indicadas no Termo de Referência;

II.Cumprir o cronograma de execução do CONTRATO;

III.Reparar, corrigir, complementar ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, conforme o caso, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contado da respectiva notificação, ou no prazo fixado pelo fiscal do CONTRATO, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

IV.Submeter, por escrito, para análise e aprovação prévia da CONTRATANTE, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do TR, do memorial descritivo ou instrumento congênere;

V.Designar preposto que tenha poder para resolução de possíveis ocorrências durante a execução contratual, o qual deverá disponibilizar endereço de e-mail válido e número de telefone móvel que permita contato imediato com o fiscal do CONTRATO de forma permanente;

VI.Substituir o preposto designado se houver recusa motivada da CONTRATANTE quanto à anterior indicação;

VII.Atender às determinações regulares do fiscal do CONTRATO ou autoridade superior, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo prontamente às solicitações e reclamações formuladas;

VIII.Relatar ao fiscal do CONTRATO, por escrito, toda e qualquer ocorrência anormal afeta à prestação dos serviços;

IX.Comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, qualquer alteração no Contrato Social ou no endereço comercial;

X.Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do CONTRATO;

XI.Comprovar, conforme o caso, no início da execução contratual e sempre que solicitado pelo fiscal, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, durante toda a vigência do CONTRATO, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

XII. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento do objeto deste CONTRATO, com habilitação e conhecimento adequados;

XIII. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

XIV. Não contratar, durante a vigência do CONTRATO, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente da CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do CONTRATO, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

XV. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pela CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

XVI. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do objeto, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do CONTRATO, sendo que eventual pessoal alocado ao CONTRATO não terá qualquer vínculo empregatício com a CONTRATANTE;

XVII. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do CONTRATO e cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenha acesso em razão do certame ou do contrato administrativo, independentemente de declaração ou de aceitação expressa;

XVIII. Manter, durante o prazo de vigência do CONTRATO, todas as condições de habilitação exigidas na licitação, inclusive sua inscrição no CADFOR-PE;

XIX. Realizar, conforme previsto no Termo de Referência, a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos da CONTRATANTE;

XX. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do CONTRATO, ressalvadas as hipóteses de subcontratação autorizada no Termo de Referência e neste CONTRATO;

XXI. Apresentar, suplementar ou estender a garantia de execução contratual, se exigível, no prazo assinalado no CONTRATO.

Gerais e Administrativas

XXII. Entregar em até 05 (cinco) dias úteis da assinatura do contrato, documentação do Programa Internacional que será vinculado à contratação, declarando intenção de aceite e disponibilidade de vagas reservadas aos estudantes do Programa;

XXIII. Manter, durante toda execução do contrato, as mesmas condições de habilitação e qualificação exigida para a licitação, observada o inciso XVI do art. 92 da Lei nº 14.133/2021;

XXIV. Apresentar, declaração da instituição de ensino no exterior comprovando o quantitativo de alunos que estão matriculados no período de embarque em até 15 (quinze) dias antes da viagem;

XXV. Apresentar, comprovação de quitação de pagamentos, especialmente dos custos do Programa Internacional, relacionados na planilha de custos do destino/lote, em até 15 (quinze) dias após a data do pagamento antecipado pela CONTRATANTE;

XXVI. Atender aos requisitos e condições previstas na cláusula de pagamento;

XXVII. Responsabilizar-se pelos serviços de despachante, vistos e taxas consulares, assim como quaisquer outros trâmites exigidos pelas autoridades para entrada e estudos no país de destino, necessários para o intercâmbio, inclusive em casos de mudança de rota que exijam novos vistos ou autorizações especiais;

XXVIII. Garantir a continuidade da viagem dos estudantes e coordenadores até o destino previsto, inclusive com a aquisição de novos bilhetes em caso de cancelamento dos trechos independentes, bem como, em caso de cancelamento de voos;

XXIX. Providenciar a documentação necessária para garantir a legalidade dos estudantes da mobilidade internacional e dos coordenadores, durante toda a execução do intercâmbio, inclusive, nos casos em que ocorra mudança de rota ou necessidade de extensão dos vistos;

XXX. Arcar com quaisquer despesas extras que garantam o retorno dos estudantes e dos coordenadores, mediante a autorização da CONTRATANTE. O ressarcimento dos valores gastos acontecerá após a análise dos comprovantes dos valores despendidos;

XXXI. Responsabilizar-se pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, bem como quaisquer custos ou despesas resultantes da execução do presente contrato;

XXXII. Responsabilizar-se pelo pagamento e transferência dos valores da ajuda de custo mensal ("bolsa intercâmbio") de que trata a Lei Estadual nº 14.512, de 07 de dezembro de 2011, em cartão de débito internacional, na moeda do país de destino do estudante, equivalente ao valor indicado na referida Lei e/ou em outras normas atualizadas, selecionando a Casa de Câmbio com a melhor taxa, ou seja, com menor valor da moeda de venda turismo, bem como das obrigações a seguir:

XXXIII. Efetuar o crédito a cada um dos estudantes que forem selecionados para o intercâmbio internacional do Programa Ganhe o Mundo, o valor integral de 06 (seis) "bolsas intercâmbio", sendo uma de bolsa de "ajuda instalação" (para compra de roupas e demais despesas iniciais) e 05 (cinco) bolsas mensais de "manutenção" (transportes e demais despesas pessoais);

XXXIV. Disponibilizar no cartão de débito internacional do estudante, os valores, da bolsa de ajuda instalação e, de uma parcela da bolsa manutenção, no ato do desembarque no país de destino;

XXXV. Creditar as demais bolsas de manutenção em 30, 60, 90 e 120 dias, após a chegada dos estudantes ao seu destino final, independentemente da efetivação do pagamento antecipado pela Contratante;

XXXVI. Enviar à Contratante comprovante do depósito no cartão de débito internacional dos estudantes;

XXXVII. Divulgar a data do repasse da bolsa mensal aos alunos (as) através de publicação no WhatsApp, Instagram e Facebook;

XXXVIII. Os valores creditados no Cartão observarão o disposto no subitem 6.4.12, sem realizar qualquer desconto de taxas e despesas operacionais.

XXXIX. Propiciar atendimento aos estudantes inscritos no Programa, seus pais e/ou responsáveis e equipe da CONTRATANTE, disponibilizando o acesso gratuito e ininterrupto a canais de atendimento ágeis e efetivos destinados à prestação de informações, esclarecimento de dúvidas, reclamações, nas seguintes formas:

XL. Grupo exclusivo no WhatsApp e Instagram, com acesso destacado aos canais de atendimento;

XLI. Número de telefone, amplamente divulgado no grupo de WhatsApp e Instagram, em todos os materiais entregues aos estudantes e mantido atualizado pela CONTRATADA, informando que o número estará disponível pelo menos durante o horário comercial;

XLII. Disponibilidade de equipe para atendimento presencial nas reuniões de orientação, pré-embarque, aeroportos e quais quer outros eventos organizados pela mesma e/ou SEE, durante o horário integral da programação dos eventos. O profissional que prestar o atendimento deverá ser capacitado com as habilidades técnicas e procedimentais necessárias para realizá-lo de forma adequada, em linguagem clara, obedecendo aos princípios da dignidade, boa-fé, transparência, eficiência, eficácia, celeridade e cordialidade;

XLIII. Responsabilizar-se pelos trâmites e custos devidos (inclusive pelo desembaraço burocrático) tanto para ida ao destino do intercâmbio quanto para o retorno do estudante ao Brasil, assim como por passagem (ida e volta) e hospedagem de um acompanhante enquanto necessário, no caso de falecimento ou de grave moléstia, inclusive quadros depressivos (diagnosticados por laudo médico e/ou psicológico) e outros do estudante no exterior;

XLIV. Estabelecer contato permanente com a CONTRATANTE durante a execução do serviço, a fim de manter a equipe de coordenadores do Programa Ganhe o Mundo informada, bem como para encaminhamentos acerca de possíveis imprevistos;

XLV. Garantir a continuidade da prestação dos serviços, independente de ocorrência de variação cambial da moeda estrangeira para cima, sendo-lhe recomendada a contratação de instrumentos financeiros para suportar o reequilíbrio de preços dos custos relacionados com moeda estrangeira em sua proposta;

XLVI. A execução contratual será acompanhada e fiscalizada pelo órgão/entidade CONTRATANTE, devendo a CONTRATADA fornecer todas as informações solicitadas no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da solicitação.

XLVII. A CONTRATADA deverá entregar um plano de trabalho, de comunicação e de implantação da execução dos serviços, observando o seguinte:

XLVIII. Conter cronograma de todo o processo e ações envolvidas nas etapas de preparação e durante o intercâmbio (reuniões e orientações, documentação, emissão de passaportes e obtenção de vistos, matrículas nas escolas, embarques, data de início e término do período no exterior, repasse das bolsas mensais, retorno aos locais de origem, certificados e traduções juramentadas, entre outras).

XLIX. Ser elaborado com estrita obediência às condições e prazos estabelecidos neste Termo de Referência.

L. Ser validado, em reunião, pela equipe da Superintendência do Programa Ganhe o Mundo.

LI. Ser entregue por escrito e assinado no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados da data de assinatura do contrato.

Pré-embarque

LII. Elaborar, em parceria com a contratante, um cronograma das ações previstas no período de preparação e realização do intercâmbio (reuniões de orientações, documentação, passaportes, vistos, matrículas nas escolas, embarques, datas de início e término do período letivo, repasse das bolsas mensais, retorno ao Recife, históricos escolares e traduções juramentadas, entre outras);

LIII. Orientar os estudantes e as famílias quanto aos trâmites e documentos necessários para a emissão e recebimento dos passaportes e vistos;

LIV. Realizar agendamentos em grupos e monitorar as ações envolvidas nas etapas (passaporte e visto);

LV. Comunicar à Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco as datas de agendamento e recebimento de vistos e passaportes;

LVI. Criar e manter atualizado um cadastro completo dos estudantes da mobilidade internacional (nome, telefone, e-mail, perfil no Instagram, WhatsApp, facebook, filiação, endereço de contato em Pernambuco e no exterior, nome da escola da rede estadual, gerência regional de ensino, nomes e endereço da família anfitriã, nome da escola no exterior, nome e contato do programa internacional), documentos recebidos e qualquer outra informação necessária para identificação, disponibilizando acesso à CONTRATANTE;

LVII. Participar das agendas programadas pela CONTRATANTE relativas ao Programa de Intercâmbio, quando solicitados;

LVIII. A participação da CONTRATADA dar-se-á através da participação de, no mínimo, 02 (dois) representantes para cada grupo de 10 (dez) estudantes intercambistas com competência para fazer apresentação sobre o programa de intercâmbio, país de destino, processo de inscrição, prestar atendimento presencial, orientar e esclarecer dúvidas gerais dos estudantes, pais e/ou responsáveis e equipe da Secretaria de Educação, referentes ao intercâmbio;

LIX. No prazo de 30 dias após a participação nas agendas programadas pelo Programa, a Contratada deverá apresentar um relatório indicando as ações desenvolvidas, encaminhamentos e imagens fotográficas de cada evento;

LX. Promover e divulgar, amplamente, orientações (tanto presencialmente quanto no grupo específico de WhatsApp, Instagram e Facebook) aos estudantes participantes e seus respectivos pais e/ou responsáveis quanto às documentações necessárias para o intercâmbio, procedimentos pré-embarque, viagem e chegada, ressaltando os prazos e penalidades para o não cumprimento da entrega da documentação (entre outros), assim como quaisquer outras medidas necessárias

para a efetivação do programa, informando e solicitando anuência por escrito à CONTRATANTE sob quaisquer mudanças nas solicitações feitas aos estudantes antes de encaminhá-las aos mesmos;

LXI. Disponibilizar nos grupos do WhatsApp e Instagram aos estudantes participantes e seus respectivos pais e/ou responsáveis orientações, em linguagem acessível aos estudantes e familiares, todas as informações relevantes para um bom resultado do intercâmbio, inclusive aquelas relacionadas a potenciais situações que ofereçam riscos para a saúde física e emocional, assim como transtornos sociais e legais;

LXII. Estar em posse com toda documentação necessária pronta para o embarque dos estudantes, incluindo passaportes e vistos, com a antecedência mínima de 15 (quinze) dias antes da data de embarque e, disponibilizá-los no caso de solicitação do Contratante;

LXIII. Efetuar a compra das passagens aéreas, nacionais e internacionais em bilhete único, com a franquia de bagagem internacional (bagagem despachada de no mínimo 23kg e bagagem de mão de até 10kg) e terrestres para os intercambistas e seus coordenadores, inclusive com o pagamento do despacho das malas em todos os embarques, no prazo máximo de 20 (vinte) dias de antecedência da data de embarque, desde a saída dos estudantes da mobilidade internacional e seus coordenadores de Recife até a cidade de destino no exterior, assim como o retorno à cidade do Recife;

LXIV. Garantir que as passagens aéreas devem ser compradas levando em consideração o menor tempo de rota/percurso entre a cidade do Recife e o destino final do intercâmbio;

LXV. O tempo de espera entre uma conexão e outra nos aeroportos não deverá ultrapassar o máximo de 06 (seis) horas;

LXVI. Agendar as passagens de maneira que as datas de ida e volta do intercâmbio não coincida, preferencialmente, com datas de feriados, véspera de feriados e pós-feriados e pontos facultativos nacionais, estaduais de Pernambuco e municipais de Recife nos países de partida e chegada, bem como nos períodos de carnaval, semana santa e São João;

LXVII. As datas de embarque devem garantir que os estudantes estejam na cidade onde residirão e estudarão pelo menos até três (03) dias antes da data de início do semestre letivo;

LXVIII. A data de retorno deve garantir que os estudantes cumpram até o último dia letivo do calendário escolar do semestre no exterior, devendo o embarque acontecer em até três (03) dias a partir da conclusão do semestre;

LXIX. Informar à CONTRANTE e aos estudantes da mobilidade internacional as datas de embarques da ida ao país de destino e de retorno ao Recife, que deve ocorrer no prazo máximo de 15 (quinze) dias de antecedência da partida do Recife, salvo em casos fortuitos ou de força maior, mediante a autorização da contratante;

LXX. Informar os dados da viagem e roteiro até a cidade de destino final aos estudantes, com no máximo de 15 (quinze) dias de antecedência da data de embarque, salvo em casos fortuitos ou de força maior, mediante a autorização da contratante;

LXXI. Encaminhar à CONTRATANTE, com antecedência de até 15 (quinze) dias ao embarque, cronograma com todas as datas previstas de embarque e chegada, salvo casos fortuitos ou de força maior, mediante autorização da CONTRATANTE;

LXXII. Contratar seguro em nome de cada estudante durante todo o intercâmbio, responsabilizando-se pela prestação de todo e qualquer auxílio para a preservação da saúde física e emocional dos estudantes enviados ao exterior, nos termos das especificações detalhadas e estabelecidas neste contrato;

LXXIII. Disponibilizar cópia da apólice para a CONTRATANTE e para o Estudante;

Ações de proteção à saúde, integridade física e psicológica do estudante.

LXXIV. Assegurar que todos os requisitos de saúde e sanitários exigidos pelas autoridades brasileiras e internacionais para viagem ao exterior no âmbito da pandemia da Covid-19 ou suas variantes, testes de saúde específicos para embarques e desembarques exigidos pelos países de origem, como também para qualquer outra pandemia;

LXXV. Fornecer tradução juramentada do cartão de vacinação COVID-19 (quando exigido pelo país de destino), teste da COVID-19 para saída/entrada nos países de destino/trânsito e/ou retorno ao Brasil, cumprindo recomendações de isolamento quando se fizer necessário em hotel com assistência médica de cobertura ampla para tratamento de emergências;

LXXVI. Assegurar medidas protetivas a serem adotadas em precaução e prevenção de doenças infectocontagiosas sob orientação da OMS (quando houver necessidade);

LXXVII. Manter-se informada sobre todas as alterações ou mudanças nas políticas sanitárias dos países de destino e atualizar a CONTRATANTE imediatamente;

LXXVIII. A CONTRATADA fica responsável pela comunicação sobre essas mudanças para os estudantes e seus responsáveis, mediante a autorização da CONTRATANTE;

LXXIX. Monitoramento psicológico quinzenal de alunos (as) que apresentem a necessidade de um acompanhamento mais sistemático, através das observações dos coordenadores, como também, a pedido do próprio estudante, no formato remoto, com elaboração de relatório a ser repassado para a CONTRATADA sobre os acontecimentos e orientações prestado aos estudantes;

LXXX. Treinamento e acompanhamento psicológico dos estudantes pré e pós embarque;

LXXXI. A CONTRATADA deverá elaborar e entregar aos estudantes participantes e seus respectivos pais e/ou responsáveis um Manual de Orientação em língua portuguesa e em linguagem acessível

aos intercambistas e familiares, contendo todas as informações relevantes para um bom resultado do intercâmbio, inclusive aquelas relacionadas a potenciais situações que ofereçam riscos para a saúde física e emocional, assim com transtornos sociais e legais, disponibilizando cópia no site da SEE.

LXXXII. No caso de superveniência de nova pandemia ou endemias e afins durante a execução do programa de intercâmbio, poderá ocorrer o retorno imediato dos estudantes, por determinação a ser emitida pela Contratante, cabendo à CONTRATADA garantir o retorno com segurança, solicitando a antecipação da passagem aérea, e no caso de inviabilidade comprovada, os custos extras serão ressarcidos;

Ações do embarque, desembarque, conexões e traslado

LXXXIII. Propiciar atendimento aos estudantes no ato do embarque e desembarque para o exterior, observando as condições de execução prevista neste termo;

LXXXIV. Responsabilizar-se pela permanência de representante da CONTRATADA nos aeroportos de embarque até a confirmação da decolagem de todos os estudantes;

LXXXV. Identificar as malas dos intercambistas antes dos embarques, através de identificador específico para bagagens, contendo os principais dados do estudante, tais como: nome, e-mail, telefone, endereço do Brasil e das famílias anfitriãs;

LXXXVI. Realizar o traslado na chegada dos estudantes no aeroporto/estação de destino até o local de suas hospedagens;

LXXXVII. Certificar-se de que todos os estudantes foram recebidos por suas famílias anfitriãs, informando à CONTRATANTE, aos coordenadores e aos acompanhantes da SEE, através de e-mails e postagens no Facebook, Whatsapp e Instagram;

Ações do intercâmbio

LXXXVIII. Realizar a matrícula do estudante e garantir a sua alocação em turmas equivalentes àquelas que frequentam no Brasil, para o semestre acadêmico da educação básica, em escolas no país de destino determinado pela Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco, conforme os destinos dos lotes previstos neste Termo, responsabilizando-se ainda por todo o material didático, incluindo livros e uniformes, necessários ao desenvolvimento das atividades acadêmicas dos estudantes participantes.

a) A prioridade do Programa será a matrícula em High School / Escuela Secundaria, em instituição de ensino estrangeira que assegure a equivalência curricular e a carga horária mínima exigida pelo MEC, nos termos deste Termo.

b) Em caráter excepcional, nos casos em que não for possível a matrícula em High School / Escuela Secundaria, a contratada deverá assegurar a matrícula do estudante em college ou curso de idiomas, garantindo, no mínimo, aulas presenciais da disciplina de inglês e, preferencialmente, a inclusão em pelo menos duas (02) disciplinas complementares voltadas ao enriquecimento

acadêmico, cultural ou profissional, tais como literatura, comunicação, tecnologia, artes ou ciências sociais, de acordo com a grade curricular da instituição parceira, responsabilizando-se igualmente pelo fornecimento do material didático necessário.

LXXXIX. Observar e garantir de que o limite máximo de intercambistas do Programa Ganhe o Mundo - PGM matriculados nas escolas no exterior deverá seguir a seguinte proporção:

- a)Escolas de até 400 estudantes: até 08 (oito) intercambistas PGM;
- b)Escolas de 401 até 800 estudantes: até 12 (doze) intercambistas PGM;
- c)Escolas acima de 801 estudantes: até 16 (dezesseis) intercambistas PGM.

XC. Informar imediatamente à CONTRATANTE qualquer excepcionalidade no desenvolvimento acadêmico dos intercambistas, rendimento e frequência, que possa ser relevante e comprometer o rendimento escolar dos mesmos;

XCI. Disponibilizar à CONTRANTE, quaisquer depoimentos individuais ou coletivos dos participantes, coletados pela CONTRATADA acerca da experiência vivenciada com o intercâmbio cultural, responsabilizando-se pela cessão do direito de imagem e outros direitos eventualmente vinculados aos participantes;

XCII. Deverá providenciar e arcar com o suporte na língua nativa dos países de destino (exemplo: English as Second Language ou Español como Língua Estrangeira) para os estudantes que estiverem apresentando dificuldades significativas nas habilidades linguísticas básicas, resultando em prejuízo na comunicação necessária para o bom desempenho escolar, assim como para a sua adaptação;

XCIII. Providenciar, caso necessário, a produção, aplicação e correção de teste de proficiência da língua inglesa e espanhola no qual deverão obter o conceito mínimo exigido pelas escolas estrangeiras dos países relacionados neste termo de referência;

XCIV. Providenciar a troca de hospedagem dos estudantes que eventualmente venham a apresentar insatisfação ou inadequação em relação ao local em que estiverem acomodados, visando assegurar uma boa condição de estada aos estudantes intercambistas enquanto participarem do intercâmbio, informando à Secretaria de Educação quanto à ocorrência de problemas na hospedagem, bem como das alterações que se fizerem necessárias;

XCV. Garantir que nenhum intercambista seja alocado em família hospedeira que tenha algum membro de nacionalidade cuja língua pátria seja o português nem que esteja hospedando outro intercambista cuja língua pátria seja o português, salvo em situações excepcionais e necessárias. Não será permitido alocar estudantes em cidades que tenham fronteira com o Brasil;

XCVI. Garantir que nenhum intercambista seja alocado em família hospedeira que não possua como língua pátria a língua nativa do país de intercâmbio;

XCVII. Garantir três refeições diárias (café da manhã, almoço e jantar, isto é, pensão completa), inclusive nos finais de semana, aos intercambistas enquanto estiverem participando do programa de intercâmbio;

XCVIII. Garantir que os estudantes sejam alocados em casas com condições adequadas de higiene. O quarto se for compartilhado, deve ser com cama individual e deverá ser com pessoa do mesmo sexo; com local de estudo e acesso às áreas comuns da casa;

XCIX. Garantir ao estudante intercambista acesso à internet na casa da família anfitriã.

C. Proporcionar aos coordenadores da Secretaria Estadual de Educação que acompanham os intercambistas ao país de destino, visitas às escolas e as famílias hospedeiras;

CI. A programação com a agenda de visitas deverá ser apresentada à CONTRATANTE em até 8 (dias) antes da data de embarque;

Certificado e da tradução juramentada

CII. Responsabilizar-se a garantir de que as escolas no exterior emitam um histórico escolar individual do semestre letivo cursado que deverá dar sequência aos procedimentos necessários e obrigatórios constantes em normas nacionais e estaduais, no caso da legislação estadual assegurar os procedimentos constantes na Portaria SEE nº 1320 de 26 de março de 2021 (página 06) assegurando todos os processos referentes à emissão de declaração de equivalência de estudos mediante convalidação (CERTIFICAÇÃO), devendo a CONTRATADA providenciar a sua tradução juramentada, bem como de outras informações adicionais que sejam consideradas necessárias, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o retorno dos estudantes, salvo em casos fortuitos ou de força maior, mediante a autorização da CONTRATANTE;

CIII. Providenciar e arcar com os custos da emissão da segunda via corrigida, devidamente chancelada pelo consulado, quando ocorrer qualquer erro no histórico escolar individual do estudante ou na tradução juramentada. Não sendo admissível o envio de errata de mais 30 (trinta) dias;

CIV. Responsabilizar-se pela validação dos estudos dos participantes do intercâmbio no exterior, a partir do histórico individual emitido pela instituição estrangeira, que deverá estar adequada às normas vigentes emitidas pelo MEC dispostas sobre este processo;

CV. Após retorno dos estudantes ao Brasil efetuar a entrega do histórico traduzido e documentação original emitida pela instituição estrangeira à Superintendência do Programa Ganhe o Mundo para devida inspeção e protocolo, e posterior entrega ao estudante.

Das desistências e da interrupção do programa de intercâmbio

CVI. Em caso de desistência do estudante antes do embarque ou de interrupção do Programa de Intercâmbio, a CONTRATADA deverá preencher a (s) vaga (s) do (s) desistente (s), seguindo a

ordem de classificação na seleção do Programa Ganhe o Mundo, mediante indicação pela Superintendência do PGM;

CVII. O remanejamento previsto no item 6.4.68 não ensejará novos custos para a CONTRATANTE se ocorrer em até a data da emissão do passaporte;

CVIII. Em caso de desistência de participantes comunicada com antecedência igual ou superior a 30 (trinta) dias corridos da data prevista para o embarque, a CONTRATANTE não assumirá qualquer ônus, ficando todas as despesas decorrentes da substituição do participante ou do cancelamento da reserva integralmente a cargo da CONTRATADA.

CIX. Caso ocorra desistência comunicada com antecedência inferior a 30 (trinta) dias corridos da data prevista para o embarque, ou em situações de não comparecimento na data do embarque, a CONTRATANTE efetuará o pagamento equivalente a 60% (sessenta por cento) do valor total contratado por participante, sendo de responsabilidade da CONTRATADA arcar com o saldo residual ou promover as adequações necessárias.

a) Excepcionalmente, quando a CONTRATADA comprovar, por meio de documentação idônea, que já realizou despesas ou prestou serviços que inviabilizem o ressarcimento integral, o percentual de pagamento previsto na cláusula 6.4.71 poderá ser ajustado, de modo a refletir a efetiva execução contratual.

CX. Suspender o repasse da BOLSA AO ESTUDANTE e efetuar a devolução do valor não executado à CONTRATANTE, no caso de interrupção do Programa de Intercâmbio;

CXI. Eventuais desistências ocorridas após o embarque dos estudantes para o país de destino serão tratadas como despesas constituídas;

CXII. Também em caso de interrupção do Programa de Intercâmbio, a CONTRATADA deve efetuar a devolução dos valores não executados ou parcialmente executados, salvo nos casos em que ficar comprovado que não haverá o ressarcimento por parte dos Programas Internacionais;

CXIII. Alocar o estudante em outro país de destino, de mesma língua, que tiver o visto negado pelo Consulado;

CXIV. Alocar o estudante em outro Programa Internacional, no caso de algum Programa não aceitar o estudante, se possível, preferencialmente, no mesmo país destino do lote ou, em outro país da mesma língua, sem ensejar qualquer custo para a Secretaria de Educação;

CXV. Providenciar o retorno antecipado do estudante, em decorrência de pedido dos pais e/ou responsáveis do intercambista;

CXVI. Todas as informações acerca de desistência e/ou substituição de participantes deverão ser comunicadas expressamente e de imediato à Secretaria de Educação.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

PARÁGRAFO PRIMEIRO: São obrigações da CONTRATADA, na qualidade de OPERADORA:

I.Realizar o tratamento dos dados pessoais em estrita conformidade às instruções repassadas pela CONTROLADORA/CONTRATANTE;

II.Adotar medidas técnicas e administrativas de segurança aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, segundo os padrões técnicos mínimos exigidos pela CONTROLADORA/CONTRATANTE;

III.Utilizar recursos de segurança da informação e de tecnologia da informação de qualidade, eficiência e eficácia reconhecidas e em versões comprovadamente seguras e atualizadas, de forma a reduzir o nível de risco ao qual o objeto do CONTRATO ou a CONTRATANTE está exposta;

IV.Manter os registros de tratamento de dados pessoais que realizar, assim como aqueles compartilhados, com condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo;

V.Facultar acesso a dados pessoais somente para o pessoal autorizado que tenha estrita necessidade e que tenha assumido compromisso formal de preservar a confidencialidade e segurança de tais dados, ou ao próprio Titular dos dados, devendo tal compromisso estar disponível em caráter permanente para exibição à CONTROLADORA/CONTRATANTE, mediante solicitação;

VI.Permitir a realização de auditorias da CONTROLADORA/CONTRATANTE e disponibilizar toda a informação necessária para demonstrar o cumprimento das obrigações relacionadas à sistemática de proteção de dados;

VII.Informar e obter a anuência prévia da CONTROLADORA/CONTRATANTE sobre a utilização de serviços de terceiros para sustentar ou viabilizar o funcionamento da Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC para o desenvolvimento das atividades objeto do CONTRATO;

VIII.Apresentar à CONTROLADORA/CONTRATANTE, sempre que solicitado, toda e qualquer informação e documentação que comprovem a implementação dos requisitos de segurança especificados na contratação, de forma a assegurar a auditabilidade do objeto contratado, bem como os demais dispositivos legais aplicáveis;

IX.Auxiliar, em toda providência que estiver ao seu alcance, no atendimento pela CONTROLADORA/CONTRATANTE e de obrigações perante Titulares de dados pessoais, autoridades competentes ou quaisquer outros legítimos interessados;

X.Comunicar formalmente e de imediato à CONTROLADORA/CONTRATANTE a ocorrência de qualquer risco, ameaça ou incidente de segurança que possa acarretar comprometimento ou dano potencial ou efetivo a Titular de dados pessoais, evitando atrasos por conta de verificações ou inspeções;

XI.Promover a revogação de todos os privilégios de acesso aos sistemas, informações e recursos da CONTROLADORA/CONTRATANTE, em caso de desligamento de funcionário das atividades inerentes à execução do presente CONTRATO;

XII.Obter, quando necessário, o consentimento dos titulares dos dados sob tratamento, nos termos do art. 8º da Lei nº 13.709/2018;

XIII.Abster-se da utilização dos dados pessoais tratados para finalidade diversa da execução dos serviços objeto deste CONTRATO;

XIV.Adotar planos de resposta a incidentes de segurança eventualmente ocorridos durante o tratamento dos dados coletados para a execução das finalidades deste CONTRATO, bem como dispor de mecanismos que possibilitem a sua remediação, de modo a evitar ou minimizar eventuais danos aos titulares dos dados;

XV.Responsabilizar-se por prejuízos causados à CONTROLADORA/CONTRATANTE em razão de coleta e tratamento inadequados dos dados pessoais compartilhados para as finalidades pretendidas no presente CONTRATO;

XVI.Responsabilizar-se pelos danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos que venham a ser causados em razão do descumprimento de suas obrigações legais no processo de tratamento dos dados compartilhados pela CONTROLADORA/CONTRATANTE;

XVII.Definir e executar procedimento de descarte seguro dos dados pessoais, que estejam em sua posse, ao encerrar a execução do CONTRATO ou após a satisfação da finalidade pretendida;

XVIII.Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD;

XIX.Exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância;

XX. Manter bancos de dados formados a partir deste CONTRATO administrativo em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD, e em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados, com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

PARÁGRAFO SEGUNDO: São obrigações da CONTRATANTE, na qualidade de CONTROLADORA:

I. Fornecer, observadas as diretrizes de sua Política Local de Proteção de Dados Pessoais e Política de Privacidade, as instruções e condições necessárias ao tratamento dos dados pela OPERADORA/CONTRATADA;

II. Adotar medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito;

III. Adotar mecanismos transparentes, de fácil compreensão e acesso, que permitam a ciência inequívoca dos titulares dos dados a respeito de sua Política de Privacidade, que deve conter, minimamente, as medidas acima indicadas;

IV. Compartilhar com a OPERADORA/CONTRATADA as informações pessoais fornecidas pelos usuários dos serviços públicos por ela prestados, estritamente necessárias à execução do objeto contrato e nos exatos termos definidos em sua Política de Privacidade, após a aceitação dos termos de uso pelo usuário ou seu representante legal, quando for o caso;

V. Definir quais serão os dados pessoais tratados, bem como as finalidades e as formas de tratamento para cada dado coletado;

VI. Comunicar à autoridade nacional de proteção de dados e ao titular dos dados a ocorrência de incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares, após o recebimento da comunicação formal feita pela OPERADORA/CONTRATADA;

VII. Providenciar a eliminação segura dos dados obtidos para a prestação do serviço e compartilhados com a OPERADORA/CONTRATADA, após o término do tratamento, exceto quando necessários ao atendimento das finalidades previstas no art. 16 da Lei Federal nº 13.709/2018, quando estará autorizada a sua conservação;

VIII. Responsabilizar-se pelos danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos que venham a ser causados em razão do descumprimento de suas obrigações legais e das medidas de segurança

estabelecidas em sua Política de Privacidade, no processo de compartilhamento dos dados, a menos que reste comprovado que o dano é decorrente de culpa exclusiva do titular dos dados ou de terceiro.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO E DA GESTÃO DO CONTRATO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A execução do presente CONTRATO deverá ser fiscalizada pela CONTRATANTE, sem que essa competência exclua ou reduza a integral responsabilidade da CONTRATADA, mesmo perante terceiros, por quaisquer irregularidades constatadas na execução do objeto contratado.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A CONTRATANTE designa XXXXXX (nome, matrícula e cargo) como servidor responsável pela fiscalização do CONTRATO.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O fiscal deverá ter pleno conhecimento do CONTRATO e das demais condições constantes do Edital e seus anexos, tendo, entre outras, as seguintes atribuições:

- a)Fiscalizar a regularidade e adequação dos serviços prestados, de acordo com as especificações previstas no Termo de Referência, e elaborar relatórios de acompanhamento, com os registros de eventuais falhas verificadas e das medidas corretivas necessárias;
- b) Disponibilizar toda a infraestrutura necessária para execução dos serviços na forma e nos prazos definidos no CONTRATO e demais anexos do Edital;
- c)Reunir-se com o preposto da CONTRATADA, visando a estabelecer as estratégias da execução do objeto, bem como traçar metas de controle, fiscalização e acompanhamento do CONTRATO;
- d)Exigir da CONTRATADA o fiel cumprimento de todas as condições contratuais assumidas, na forma prevista neste CONTRATO;
- e)Comunicar ao gestor do CONTRATO a necessidade de alterações do quantitativo do objeto ou modificação da forma de sua execução, em razão de fato superveniente;
- f)Recusar serviço prestado de forma irregular, não aceitando execução diversa daquela que se encontra especificada no Termo de Referência e demais anexos, salvo quando for prestado com qualidade superior e devidamente aceito pela autoridade competente;

g) Solicitar à CONTRATADA justificativa para eventuais serviços não realizados ou realizados inadequadamente, podendo assinalar prazo para correções de eventuais falhas verificadas, conforme avaliação da execução dos serviços;

h) Atestar as Notas Fiscais/Faturas mensais apresentadas pela CONTRATADA, encaminhando-as ao gestor do CONTRATO para pagamento;

i) Verificar a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, acompanhar o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

j) Comunicar por escrito ao gestor do CONTRATO as faltas cometidas pela CONTRATADA que sejam passíveis de aplicação de penalidade.

PARÁGRAFO QUARTO: A CONTRATANTE designa XXXXXX (nome, matrícula e cargo) como servidor responsável pela gestão do CONTRATO, que, entre outras, terá seguintes atribuições:

a) Acompanhar e observar o cumprimento das cláusulas contratuais;

b) Analisar relatórios e documentos enviados pelos fiscais do CONTRATO;

c) Consolidar as avaliações recebidas e encaminhar as consolidações e os relatórios à CONTRATADA;

d) Solicitar abertura de processo administrativo visando à aplicação da penalidade cabível, garantindo a defesa prévia à CONTRATADA;

e) Propor aplicação de sanções administrativas pelo descumprimento das cláusulas contratuais apontadas pelos fiscais dos contratos;

f) Providenciar o pagamento das notas fiscais/faturas emitidas pela CONTRATADA, e atestadas pelo fiscal do CONTRATO, mediante a observância das exigências contratuais e legais;

g) Apurar o percentual de desconto ou glosas da fatura correspondente, em virtude de serviços total ou parcialmente não executados no período de faturamento considerado, por motivos imputáveis à CONTRATADA;

h) Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados.

PARÁGRAFO QUINTO: A ciência da designação deverá ser assinada pelos servidores indicados para atuar como fiscal e gestor do CONTRATO, conforme termo em anexo.

PARÁGRAFO SEXTO: A substituição do fiscal e do gestor designados, por razões de conveniência ou interesse público, será realizada mediante simples apostilamento ao presente CONTRATO, devendo o substituto assinar novo termo de ciência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO PROGRAMA DE INTEGRIDADE

PARÁGRAFO PRIMEIRO: No ato da assinatura do presente CONTRATO, será exigida a comprovação da implementação do Programa de Integridade, através da apresentação do Relatório de Perfil e Relatório de Conformidade, nos termos do Decreto Estadual nº 50.365, de 04 de março de 2021, cujos modelos encontram-se disponíveis no sítio da Secretaria da Controladoria Geral do Estado de Pernambuco (<https://www.scge.pe.gov.br/wp-content/uploads/2021/03/Anexo-I-Programa-de-Integridade-na-contratacoes.pdf> e <https://www.scge.pe.gov.br/wp-content/uploads/2021/03/Anexo-II-Programa-de-Integridade-na-contratacoes.pdf>), para avaliação das esferas competentes.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Caso a CONTRATADA não possua Programa de Integridade implantado no momento da assinatura do contrato, será concedido o prazo máximo de até 180 (cento e oitenta) dias, nos termos do art. 17, da Lei Estadual nº 16.722/2019, para as providências cabíveis ao atendimento da Lei.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O Certificado de Regularidade do Programa de Integridade, emitido pelos órgãos avaliadores, terá validade por 2 (dois) anos, nos termos do art. 9º, da Lei nº 16.722/2012, devendo a CONTRATADA renová-lo sempre que expirada a sua validade.

PARÁGRAFO QUARTO: Durante a validade do Certificado de Regularidade, fica a CONTRATADA obrigada a apresentar os Relatórios de Perfil e de Conformidade atualizados, quando solicitados pela Secretaria da Controladoria Geral do Estado, com intuito de proceder à reavaliação do Programa de Integridade sempre que presentes indícios de atos de fraude e corrupção envolvendo a CONTRATADA.

PARÁGRAFO QUINTO: A não comprovação da implementação do Programa de Integridade, nos moldes e prazos estabelecidos nesta CLÁUSULA, acarretará a aplicação das sanções administrativas específicas previstas na CLÁUSULA VIGÉSIMA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS MEDIÇÕES E DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Ao final de cada período de faturamento, a CONTRATADA encaminhará relatório com a descrição dos serviços realizados e os respectivos valores da parcela a ser paga, para efeito de medição pelo fiscal do CONTRATO.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO PAGAMENTO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O valor dos pagamentos será obtido mediante a aplicação dos preços unitários contratados às correspondentes quantidades de serviços efetivamente executados, aplicando-se eventual desconto ou glosa.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O pagamento será feito diretamente pela CONTRATANTE, no prazo de até 30 (trinta) dias, por meio de ordem bancária para crédito em conta corrente da CONTRATADA, à vista de termo de recebimento definitivo dos serviços acompanhado dos documentos de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista e da apresentação e atesto da Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, na forma prevista nos parágrafos seguintes.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A CONTRATADA deverá emitir as notas fiscais em observância às regras de retenção de imposto de renda estabelecidas na Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012, e alterações posteriores, de acordo com as alíquotas constantes do Anexo I da referida norma, ou em observância à norma que venha a substituí-la, sob pena de devolução do documento para as correções cabíveis ou de retenção no valor total do documento fiscal, caso não realizadas as correções, nos termos do art. 4º do Decreto nº 55.069, de 25 de julho de 2023.

PARÁGRAFO QUARTO: Quando não for possível verificar diretamente no CADFOR-PE, a regularidade fiscal e trabalhista da CONTRATADA será comprovada mediante a apresentação das seguintes certidões:

- a) Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);
- b) Certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual ou Distrital do domicílio ou sede da CONTRATADA;
- c) Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e
- d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

PARÁGRAFO QUINTO: Caso não seja(m) apresentado(s) quaisquer dos documentos de regularidade

ou os documentos encaminhados contenham pendências, a CONTRATADA terá 10 (dez) dias para sanar a ausência identificada, prazo em que o pagamento correspondente ao mês em referência ficará suspenso.

PARÁGRAFO SEXTO: Caso não seja sanada a pendência no prazo estipulado, estará configurada a não manutenção das condições de habilitação pela CONTRATADA, devendo a CONTRATANTE instaurar processo administrativo para extinção do CONTRATO e comunicar aos órgãos de fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, sem prejuízo da retomada dos pagamentos pelos serviços efetivamente executados.

PARÁGRAFO SÉTIMO: Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras.

PARÁGRAFO OITAVO: Quando do pagamento, deverá ser efetuada a retenção do imposto sobre a renda, nos termos previstos na Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012, e alterações posteriores, ou em norma que venha a substituí-la, além de outras retenções previstas na legislação tributária aplicável.

PARÁGRAFO NONO: A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

PARÁGRAFO DÉCIMO: Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, verificados por culpa única e exclusiva da CONTRATANTE, fica convencionado que a taxa de atualização financeira será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

SIGLA	SIGNIFICADO/ DESCRIÇÃO
EM	Encargos Moratórios

N	Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento.
VP	Valor da parcela a se paga.
TX	IPCA
I	Índice de atualização financeira, assim apurado: $I = \frac{\left(\frac{TX}{100}\right)}{365}$

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: A atualização financeira prevista nesta cláusula será incluída na Nota Fiscal/Fatura do mês seguinte ao da ocorrência.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA ANTECIPAÇÃO DO PAGAMENTO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As etapas e respectivos itens conforme exposto no item 7.1.7 do termo de referência podem ser objeto de pagamento antecipado, na forma estabelecida no Termo de Referência, desde que cumpridas as condicionantes previstas neste CONTRATO.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O pagamento antecipado será efetuado no prazo de 30 dias, contados do recebimento do recibo ou fatura ou documento idôneo.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A antecipação de pagamento dispensa o ateste ou recebimento prévios do objeto, sendo estes realizados após a regular execução da parcela contratual referente ao valor antecipado.

PARÁGRAFO QUARTO: O pagamento antecipado apenas poderá ocorrer se houver a comprovação de que a CONTRATADA executou as etapas anteriores do objeto.

PARÁGRAFO QUINTO: A CONTRATADA deverá, como condição para a realização de pagamento antecipado, apresentar garantia adicional nas modalidades de que trata o art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual de 5%.

PARÁGRAFO SEXTO: Na hipótese de inexecução total ou parcial do objeto, a CONTRATADA deverá devolver, conforme o caso, o valor relativo à integralidade do valor antecipado ou do valor correspondente à parcela não executada do CONTRATO, devidamente corrigidos pelo IPCA.

PARÁGRAFO SÉTIMO: Aplicam-se ao pagamento antecipado as retenções tributárias cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo da CONTRATANTE, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do CONTRATO.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Na hipótese de haver acordo entre as partes, as supressões poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento).

PARÁGRAFO TERCEIRO: As alterações contratuais serão obrigatoriamente formalizadas mediante celebração de prévio termo aditivo ao presente instrumento, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês, conforme art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO QUARTO: Registros que não caracterizam alteração do CONTRATO podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA SUBCONTRATAÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor total do CONTRATO, nas seguintes condições:

PARÁGRAFO SEGUNDO: Poderão ser subcontratadas as seguintes parcelas do objeto: prestação dos serviços técnicos referentes aos serviços de traslado dos estudantes, de testes e aplicação de vacinas, a tradução juramentada, serviços gráficos e de contratação de empresas de áudio e imagens, se necessário, exigidas e descritas em tópicos específicos deste termo, tendo em vista que se trata de aspectos técnicos específicos do serviço, conforme subitem 6.6.1 do termo de referência.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da CONTRATADA pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

PARÁGRAFO QUARTO: A subcontratação depende de autorização prévia da CONTRATANTE, a quem incumbe analisar os documentos de capacidade técnica da subcontratada, quando for o caso, e avaliar se ela cumpre os requisitos de qualificação necessários para a execução do objeto.

PARÁGRAFO QUINTO: É vedada a subcontratação de pessoa jurídica, se esta ou os seus dirigentes mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade CONTRATANTE ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do CONTRATO, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A CONTRATADA prestará garantia de execução contratual, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor total do CONTRATO, nos termos dos artigos 96 a 98 da Lei nº 14.133, de 2021.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Caso a CONTRATADA opte pelo seguro-garantia, a apólice deverá ser apresentada antes da assinatura do CONTRATO, ficando-lhe assegurado prazo mínimo de 1 (um) mês entre a homologação da licitação e a assinatura deste instrumento.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Caso a CONTRATADA opte por uma das demais modalidades de garantia previstas no art. 96, § 1º, da Lei nº 14.133, a garantia será prestada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, após a assinatura do presente CONTRATO, prorrogáveis por igual período, mediante justificativa aceita pela CONTRATANTE.

PARÁGRAFO QUARTO: A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação das sanções administrativas previstas neste instrumento e poderá ensejar a extinção do CONTRATO.

PARÁGRAFO QUINTO: A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do CONTRATO e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas; e
- b) multas moratórias e compensatórias aplicadas pela Administração à CONTRATADA.

PARÁGRAFO SEXTO: A garantia deverá ter validade durante toda a execução do CONTRATO e após 90 (noventa) dias do término do prazo de vigência contratual.

PARÁGRAFO SÉTIMO: Nos casos de prorrogação do prazo de vigência do CONTRATO ou de alteração do seu valor, por acréscimos, reajuste ou revisão de preços, a garantia deverá ser renovada ou complementada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

PARÁGRAFO OITAVO: Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação ou de multas e indenizações, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição/complementação no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada pela CONTRATANTE, sendo possível a prorrogação por igual período mediante justificativa aceita pela CONTRATANTE.

PARÁGRAFO NONO: Na hipótese de suspensão do CONTRATO por ordem ou inadimplemento da Administração, a CONTRATADA ficará desobrigada de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

PARÁGRAFO DÉCIMO: Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia:

- a) A apólice permanecerá em vigor mesmo que a CONTRATADA não pague o prêmio nas datas convencionadas;
- b) A apólice deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do CONTRATO principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora;
- c) Será permitida a substituição da apólice na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no PARÁGRAFO NONO;
- d) Ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da CONTRATANTE, em conta específica XXXXX, com correção monetária.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO: Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de

liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO: Na modalidade de fiança bancária, a garantia deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO: A CONTRATADA autoriza a CONTRATANTE a reter e executar, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e neste CONTRATO.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO: A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do CONTRATO, mediante termo circunstanciado de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do CONTRATO, ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO: O emitente da garantia ofertada pela CONTRATADA deverá ser notificado pela CONTRATANTE quanto à instauração de processo administrativo para apuração de responsabilidade e aplicação de penalidades, mas o garantidor não é parte legítima para figurar no respectivo processo.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA- DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O CONTRATO somente se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes ou depois do prazo inicialmente estipulado para tanto.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará automaticamente prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração apostilar a readequação do cronograma físico-financeiro do CONTRATO.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Quando a não conclusão do CONTRATO no prazo inicialmente estipulado decorrer de culpa da CONTRATADA:

- I. ficará ela constituída em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- II. poderá a Administração optar pela extinção do CONTRATO e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

PARÁGRAFO QUARTO: Constituem motivos para extinção do CONTRATO, independentemente do prazo ou das obrigações nele estipuladas, as situações descritas no art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.

PARÁGRAFO QUINTO: A extinção consensual e a extinção unilateral serão precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

PARÁGRAFO SEXTO: Aplica-se à extinção do CONTRATO a disciplina dos arts. 138 e 139 da Lei nº 14.133/2021.

PARÁGRAFO SÉTIMO: O termo de extinção, sempre que possível, será instruído com os seguintes documentos:

- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) Indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a CONTRATADA que:

- a) der causa à inexecução parcial do CONTRATO, deixando de cumprir as obrigações assumidas no presente instrumento;
- b) der causa à inexecução parcial do CONTRATO que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do CONTRATO;
- d) ensejar o retardamento da execução contratual sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do CONTRATO;
- f) praticar ato fraudulento na execução do CONTRATO;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Será aplicável a sanção de advertência quando a CONTRATADA descumprir deveres instrumentais ou der causa à inexecução parcial do CONTRATO que não acarrete dano à Administração e que não justifique a imposição de penalidade mais grave, em especial pelo descumprimento das obrigações previstas nos itens V a X da CLÁUSULA OITAVA deste CONTRATO (“Das Obrigações da Contratada”).

PARÁGRAFO TERCEIRO: Será aplicada multa moratória em razão do atraso no cumprimento das obrigações previstas neste CONTRATO, em especial as elencadas nos incisos II e III da CLÁUSULA OITAVA, no percentual de até 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia, a ser calculada sobre o valor da parcela inadimplida, a partir do dia subsequente ao prazo estipulado para adimplemento da obrigação, independentemente de notificação do contratado para constituição em mora.

PARÁGRAFO QUARTO: Após o 30º (trigésimo) dia de atraso injustificado, configura-se o descumprimento total da obrigação e a multa moratória se converterá em multa compensatória, a ser calculada no percentual de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor da parcela inadimplida, podendo dar ensejo à extinção do contrato e aplicação da penalidade de impedimento, se configurado grave dano à Administração.

PARÁGRAFO QUINTO: A penalidade de multa compensatória será aplicada nos casos de descumprimento das obrigações contratuais pela CONTRATADA, sempre que deles decorrer inexecução parcial do CONTRATO que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, bem como retardamento injustificado à execução ou entrega do objeto contratado, nos termos das alíneas “b” e “d”, respectivamente, do PARÁGRAFO PRIMEIRO, de acordo com as seguintes regras:

I. 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) sobre o valor total do CONTRATO, observado o valor mínimo de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) e o máximo de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), a ser aplicada a quem sofreu a penalidade de advertência e reincidiu pelo(s) mesmo(s) motivo(s);

II. 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento), sobre o valor da garantia, no caso de descumprimento da obrigação prevista no inciso XXII da CLÁUSULA OITAVA.

III. 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento), calculada sobre o valor da parcela/etapa inadimplida, a ser aplicada quando a CONTRATADA descumprir a obrigação prevista no inciso I da CLÁUSULA OITAVA, se a situação não se enquadrar em obrigação contratual específica;

IV.1% (um por cento) a 5% (cinco por cento), calculada sobre o valor da parcela/etapa, a ser aplicada quando a CONTRATADA descumprir as obrigações previstas nos incisos IV, XI e XVII da CLÁUSULA OITAVA;

V.10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor da parcela/etapa, a ser aplicada quando a CONTRATADA descumprir as obrigações previstas nos incisos XIX e XX da CLÁUSULA OITAVA;

VI.0,5% (cinco décimos por cento) a 2% (dois por cento), calculada sobre o valor do CONTRATO, a ser aplicada quando a CONTRATADA descumprir a obrigação prevista no inciso XVIII da CLÁUSULA OITAVA e não sanar a pendência no prazo estipulado;

VII.5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento), calculada sobre o valor da parcela/etapa, quando a CONTRATADA deixar de cumprir a obrigação prevista no inciso XV da CLÁUSULA OITAVA;

VIII.5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento), calculada sobre o valor da parcela transferida, a ser aplicada quando a CONTRATADA descumprir a obrigação prevista no inciso XXI da CLÁUSULA OITAVA;

PARÁGRAFO SEXTO: As sanções de multa previstas no PARÁGRAFO QUINTO poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração Direta e Indireta do Estado de Pernambuco, pelo prazo de 06 (seis) a 18 (dezoito) meses.

PARÁGRAFO SÉTIMO: Na hipótese de inexecução total do CONTRATO, prevista na alínea “c” do PARÁGRAFO PRIMEIRO, será aplicável a sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Direta e Indireta do Estado de Pernambuco pelo prazo 18 (dezoito) a 36 (trinta e seis) meses, além de multa compensatória no percentual de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato.

PARÁGRAFO OITAVO: Quando do cometimento das infrações previstas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do PARÁGRAFO PRIMEIRO, ou quando praticadas as infrações descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, será aplicável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, pelo período de 03 (três) a 06 (seis) anos, além da multa compensatória de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato.

PARÁGRAFO NONO: A aplicação das sanções previstas neste CONTRATO não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à CONTRATANTE.

PARÁGRAFO DÉCIMO: Todas as sanções previstas neste CONTRATO poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: O valor da multa aplicada e das indenizações cabíveis será objeto de compensação com os pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE à CONTRATADA, decorrentes do mesmo CONTRATO ou de outros contratos administrativos que a CONTRATADA possua com a CONTRATANTE.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO: Se o valor da multa for superior ao dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE, a diferença será descontada da garantia contratual prestada, se houver, ou será cobrada administrativamente na forma prevista na Lei Estadual nº 13.178, de 2006.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO: Não havendo o pagamento integral da multa em sede administrativa, o processo será encaminhado à Procuradoria Geral do Estado para inscrição em Dívida Ativa e cobrança.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO: A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no Decreto Estadual.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO: Na fixação das penalidades, dentro das faixas de multa estabelecidas neste Edital, bem como dos prazos previstos para as demais sanções deverão ser observadas:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que o cometimento da infração ocasionar ao CONTRATANTE, ao funcionamento dos serviços públicos, aos seus usuários ou ao interesse coletivo;
- e) a vantagem auferida em virtude da infração;
- f) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle interno.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO: Em caso de prática da mesma infração ocorrida no prazo igual ou inferior a 12 (dozes) meses, contados da data de publicação da decisão definitiva da condenação anterior, as faixas de multa e os prazos previstos neste CONTRATO poderão ser majorados em até 50% (cinquenta por cento), observados os limites máximos previstos em lei.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO: Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na Lei Estadual nº 16.309, de 2018.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO: A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste CONTRATO ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a CONTRATADA, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

PARÁGRAFO DÉCIMO NONO: A CONTRATANTE deverá comunicar as sanções aplicadas à Secretaria de Administração, para fins de inclusão da CONTRATADA nos sistemas E-fisco e PE-Integrado, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal, observado o prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da decisão definitiva de aplicação da sanção.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DAS SANÇÕES ESPECÍFICAS DECORRENTES DO NÃO CUMPRIMENTO DA LEI ESTADUAL Nº 16.722/2019

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A não apresentação do Programa de Integridade ensejará a aplicação de multa de 0,2% (dois décimos percentuais) incidente sobre o valor global atualizado do contrato, por dia de atraso, contado a partir do 1º dia útil após decurso do prazo estabelecido no PARÁGRAFO SEGUNDO DA CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA, limitada ao valor máximo de 20% (vinte por cento).

PARÁGRAFO SEGUNDO: O não atingimento da pontuação mínima estabelecida no Decreto Estadual nº 50.365/2021 ensejará a aplicação de multa de 0,1% (um décimo percentual) por dia, incidente sobre o valor global atualizado do CONTRATO, contado a partir do 1º dia útil após a ciência, pelo representante legal da CONTRATADA, da decisão administrativa que declarar a desconformidade do Programa de Integridade, limitada ao valor máximo de 10% (dez por cento).

PARÁGRAFO TERCEIRO: A aplicação de multa nas hipóteses previstas nos PARÁGRAFOS PRIMEIRO e SEGUNDO desta Cláusula afasta a aplicação, pelos mesmos fatos, da penalidade de multa prevista no PARÁGRAFO QUINTO da CLÁUSULA DÉCIMA NONA.

PARÁGRAFO QUARTO: O não cumprimento da obrigação de implantar o Programa de Integridade, ou seu cumprimento parcial ou meramente formal, poderá implicar, cumulativamente, na impossibilidade de aditamento contratual, na extinção do contrato por parte da CONTRATANTE e na impossibilidade de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual, até a efetiva comprovação de implementação do Programa de Integridade, sem prejuízo do pagamento da multa aplicada.

PARÁGRAFO QUINTO: A aplicação das sanções previstas nesta Cláusula depende de processo administrativo de apuração de responsabilidade, assegurada a ampla defesa e o contraditório.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - CLÁUSULA ANTICORRUPÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A CONTRATADA se compromete a observar os preceitos legais instituídos pelo ordenamento jurídico brasileiro no que tange ao combate à corrupção, em especial a Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, a Lei Federal nº 9.613/98 e a Lei Estadual nº 16.309/2018.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A CONTRATADA (i) declara, por si e por seus administradores, funcionários, representantes e outras pessoas que agem em seu nome, direta ou indiretamente, estar ciente dos dispositivos contidos na Lei Federal nº 12.846/2013 e Lei Estadual nº 16.309/2018; (ii) se obriga a tomar todas as providências para fazer com que seus administradores, funcionários e representantes tomem ciência quanto ao teor da mencionada Lei Federal nº 12.846/2013 e Lei Estadual nº 16.309/2018.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A CONTRATADA, no desempenho das atividades objeto deste CONTRATO, compromete-se perante a CONTRATANTE a abster-se de praticar ato(s) que possa(m) constituir violação à legislação aplicável ao presente instrumento pactual, incluindo aqueles descritos na Lei nº 12.846/2013, em especial no seu artigo 5º.

PARÁGRAFO QUARTO: Qualquer descumprimento das regras da Lei Anticorrupção e de suas regulamentações, por parte da CONTRATADA, em qualquer um dos seus aspectos, poderá ensejar:

I - Instauração do Processo Administrativo de Responsabilização – PAR, nos termos da Lei Estadual nº 16.309/2018 e do Decreto Estadual nº 46.967/2018, com aplicação das sanções administrativas porventura cabíveis;

II – Ajuizamento de ação com vistas à responsabilização na esfera judicial, nos termos dos artigos 18 e 19 da Lei nº 12.846/2013 e do artigo 39 da Lei Estadual nº 16.309/2018.

PARÁGRAFO QUINTO: Sem prejuízo da obrigação de cumprimento das disposições de seus respectivos código de ética e conduta, a CONTRATADA se obriga a, no exercício dos direitos e obrigações previstos neste contrato e no cumprimento de qualquer uma de suas disposições: (I) não dar, oferecer ou prometer qualquer bem de valor ou vantagem de qualquer natureza a agentes públicos ou a pessoas a eles relacionadas ou ainda quaisquer outras pessoas, empresas e/ou entidades privadas, com o objetivo de obter vantagem indevida, influenciar ato ou decisão ou direcionar negócios ilicitamente e (II) adotar as melhores práticas de monitoramento e verificação do cumprimento das leis anticorrupção, com o objetivo de prevenir atos de corrupção, fraude, práticas ilícitas ou lavagem de dinheiro por seus sócios, administradores, colaboradores e/ou terceiros por elas contratados.

PARÁGRAFO SEXTO: A CONTRATADA se obriga a notificar a CONTRATANTE, imediatamente, por escrito, a respeito de qualquer suspeita ou violação das legislações anticorrupção vigentes, bem como nos casos em que obtiver ciência de qualquer prática de suborno ou corrupção.

PARÁGRAFO SÉTIMO: A comprovada violação de qualquer das obrigações previstas nesta cláusula é causa para a extinção deste CONTRATO, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos causados à parte inocente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA MATRIZ DE RISCOS

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Este contrato obedecerá à seguinte matriz de riscos:

MATRIZ DE RISCOS				
EVENTO DE RISCO	NÍVEL DE RISCO	MEDIDA PROPOSTA	ALOCÇÃO	DETALHAMENTO DA ALOCAÇÃO (QUANDO COMPARTILHADA)
PROGRAMAS INTERNACIONAIS ACEITAR ALUNOS/INTERCAMBISTAS	NÃO OS RISCO MUITO ALTO	Entregar em até 05 (cinco) dias úteis da assinatura do contrato, documentação do Programa Internacional que será vinculado à contratação, declarando intenção de aceite e disponibilidade de vagas reservadas aos alunos do Programa	Risco da Empresa em comprovar o pagamento dos custos internacionais para possibilitar o pagamento antecipado antes da execução do intercâmbio, no caso de não ter atestado com entidade pública.	

RESCISÃO, SUPRESSÃO DO LOTE OU NÃO CONTRATAÇÃO. - INVIABILIDADE DE REALIZAÇÃO DE INTERCÂMBIO NO PAÍS DE DESTINO ORIGINAL, SUPERVENIENTE À LICITAÇÃO, OCASIONADA POR CULPA DA CONTRATADA	RISCO MUITO ALTO	Entregar em até 05 (cinco) dias úteis da assinatura do contrato, documentação do Programa Internacional que será vinculado à contratação, declarando intenção de aceite e disponibilidade de vagas reservadas aos alunos do Programa	Contratada	
PAGAMENTO PARCIAL OU INCOMPLETO AO PROGRAMA INTERNACIONAL - NÃO ATENDIMENTO AS ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS - COMPROMETIMENTO AOS OBJETIVOS DO PGM	RISCO MUITO ALTO	Apresentar comprovação de quitação dos pagamentos, especialmente dos custos do Programa Internacional, relacionados na planilha de custos do destino/ lote, em até 30 dias após a data do pagamento antecipado pela Contratante	Contratada	
EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES PEDAGÓGICAS – DURAÇÃO DO INTERCÂMBIO – PERÍODO MENOR DO QUE O PREVISTO	RISCO ALTO	Garantir a duração do período de intercâmbio que será presencial e acontecerá no país de destino, com duração de até 18 semanas, com carga horária mínima semanal de 30 horas presencias.	A contratada devolverá os valores proporcionais ou, a contratante efetuará glosa proporcional dos valores se existir pagamentos pendentes, quando o Programa selecionado pela contratada não observar tal prazo, além da abertura de PAAP para aplicação de penalidade.	
ALTERAÇÃO DO PAÍS DE DESTINO - INVIABILIDADE DE REALIZAÇÃO DE INTERCÂMBIO NO PAÍS DE DESTINO ORIGINAL, SUPERVENIENTE À LICITAÇÃO. NÃO OCASIONADA POR CULPA DA CONTRATADA	RISCO MUITO ALTO	No caso de inviabilidade técnica, apresentar local alternativo para a realização do intercâmbio, obedecendo o mesmo padrão do país previamente selecionado e de equivalência de preço, a exemplo de caso de fechamento das fronteiras por motivo de pandemia, endemia, acontecimentos sanitários, catástrofes ou quaisquer outros motivos que impeçam a execução do intercâmbio.	Compartilhado contratante e contratada. No caso de não ter ocorrido pagamento das despesas pela contrata, ocorrerá a devolução de valores totais pagos antecipadamente, não sendo possível a compensação de valores do lote alterado, a SEE emitirá DAE, que deverá ser pago no prazo de 15 dias, a contar da emissão. Os custos já dispendidos e comprovados mediante a quitação dos pagamentos à contratada, o risco será da Administração, desde que a alteração não tenha dado por culta exclusiva da contratada.	Responsabilidade da Contratada: Restituir integralmente à Administração os valores eventualmente pagos antecipadamente quando não tiver ocorrido o pagamento das despesas correspondentes, não sendo admitida a compensação com valores de outros lotes ou serviços. A restituição deverá ocorrer mediante pagamento de DAE emitido pela SEE, no prazo de até 15 (quinze) dias a contar da sua emissão. Responsabilidade da Contratante: Assumir os custos já efetivamente dispendidos e comprovados mediante a quitação dos pagamentos à contratada,

				desde que tais despesas estejam devidamente demonstradas e que a ocorrência do risco não decorra de culpa exclusiva da contratada.
<p>PERDA DA BAGAGEM DOS ALUNOS E DOS DOCUMENTOS (PASSAPORTE E APÓLICE) OCASIONADA POR ERRO DA CONTRATADA - EXTRAVIO DE BAGAGEM E DOCUMENTOS</p> <p>PERDA DA ESCALA, CONEXÃO OU TRANSLADO, SEJA AEREO, MARITIMO OU TERRESTRE E TAMBÉM NOS CASOS DE OVERBOOKING</p>	RISCO ALTO	<p>ASSISTÊNCIA A PERDA – SEGURO – Contratar seguro em nome de cada intercambista durante todo o intercâmbio, responsabilizando-se pela prestação de todo e qualquer auxílio para a preservação da saúde física e emocional dos alunos enviados ao exterior, nos termos das especificações detalhadas e estabelecidas no termo de referência.</p> <p>Garantir a continuidade da viagem dos alunos e coordenadores até o destino previsto, inclusive com a aquisição de novos bilhetes em caso de cancelamento dos trechos independentes, bem como, em caso de cancelamento de voos.</p>	<p>Contratada prestar auxílio imediato para acionar o seguro, e no caso de 24 horas, não ocorrer a cobertura pelas assistências, disponibilizar valor para cobrir as despesas de compra de material de higiene e roupas para o aluno.</p> <p>Custo de emissão de nova passagem pela contratada</p>	
NÃO COBERTURA PELA APÓLICE CONTRATADA - DOENÇA DO INTERCAMBISTA	RISCO ALTO	Seguro saúde, em nome de casa intercambista durante todo o intercâmbio, para prestação de todo e qualquer auxílio para a preservação da saúde física e emocional dos alunos enviados ao exterior que inclua cobertura da COVID-19 e variantes, como outras	Custo imediato pela contratada	

		<p>pandemias e endemias que possam surgir, e também pela cobertura para os seguintes benefícios e valores: (...)</p> <p>Contratar seguro em nome de cada intercambista durante todo o intercâmbio, para prestação de todo e qualquer auxílio para a preservação da saúde física e emocional dos alunos enviados ao exterior, nos termos das especificações detalhas e estabelecidas no termo de referência</p>		
PANDEMIA, ENDEMIAS E EVENTOS EXTRAORDINÁRIOS	RISCO ALTO	<p>No caso de superveniência de nova pandemia ou endemias e afins durante a execução do programa de intercâmbio poderá ensejar o retorno imediato dos alunos, por determinação a ser emitida pela contratante, cabendo à contratada garantir o retorno com segurança, solicitando a antecipação da passagem aérea, e no caso de inviabilidade comprovada, os custos extras serão ressarcidos.</p>	Custo imediato pela contratada	
VARIAÇÃO ORDINÁRIA DA MOEDA ESTRANGEIRA	RISCO MUITO ALTO	<p>Definição do que é risco ordinário no termo de referência, ao afirmar que "Não será caracterizada como reequilíbrio do contrato, a variação cambial da moeda estrangeira que esteja na média da variação da moeda praticada em cada insumo do lote, dos últimos 05 (cinco) anos contados da data da apresentação da proposta".</p>	<p>Risco da <u>Contratada</u> a variação cambial ordinária da moeda estrangeira para cima do valor proposto (custo de aquisição da moeda estrangeira ficou mais alto, porém dentro da média dos 5 últimos anos). Risco da <u>Contratante</u> a variação cambial ordinária da moeda estrangeira para baixo (custo de aquisição da moeda estrangeira ficou mais baixo, porém dentro da média dos últimos 5 anos).</p>	<p>Responsabilidade da Contratada: Assumir os impactos financeiros decorrentes da variação cambial ordinária da moeda estrangeira quando esta resultar em aumento do custo de aquisição da moeda em relação ao valor considerado na proposta, desde que a oscilação esteja dentro da média histórica observada nos últimos 5 (cinco) anos.</p> <p>Responsabilidade da Contratante: Assumir os efeitos da variação cambial ordinária quando esta resultar em redução do custo de aquisição da</p>

				<p>moeda estrangeira em relação ao valor considerado na proposta, desde que a oscilação permaneça dentro da média histórica observada nos últimos 5 (cinco) anos.</p> <p>Critério de compartilhamento: Considera-se variação cambial ordinária aquela situada dentro da média histórica dos últimos 5 (cinco) anos. Oscilações fora desse parâmetro poderão ser avaliadas pela Administração para fins de eventual reequilíbrio econômico-financeiro, conforme as disposições contratuais aplicáveis.</p>
VARIAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DA MOEDA ESTRANGEIRA	RISCO MUITO ALTO	<p>A CONTRATADA deve garantir a continuidade da prestação dos serviços, sem a revisão extraordinária de preços, independente de ocorrência de variação cambial crescente da moeda estrangeira, sendo-lhe recomendada a contratação de instrumentos financeiros para suportar as variações extraordinárias da moeda estrangeira conforme especificado no termo de referência). Tais custos encontram-se presentes na planilha de formação de preços.</p>	<p>Risco da Contratada qualquer variação cambial da moeda estrangeira de cada lote, uma vez que há a remuneração na planilha de custos orçamentária dos valores para contratação de instrumento financeiro para proteção da variação da moeda. Nesse caso, a contratada não poderá deixar de prestar os serviços, bem como de cumprir qualquer obrigação prevista no contrato e no edital e anexos do certame. Na hipótese de o custo de aquisição da moeda estrangeira variar extraordinariamente para baixo, a CONTRATADA Procederá a devolução da diferença do valor até 30 dias após a liquidação das despesas no exterior, ou permitirá a compensação dos valores dos pagamentos subsequentes da Contratante</p>	

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas estaduais aplicáveis, e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 (Código de Defesa do Consumidor) e nas normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO

Nos termos do art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021, o presente instrumento contratual será publicado no Portal Nacional de Contratações Pública (PNCP) em até 20 (vinte) dias úteis contados da data de sua assinatura, bem como no Sistema PE Integrado como condição de sua eficácia.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – DA RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS E DO FORO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As controvérsias administrativas e litígios decorrentes deste CONTRATO deverão ser preferencialmente submetidos à composição da Câmara de Negociação, Conciliação e Mediação da Administração Pública Estadual, conforme art. 11 da Lei Complementar nº 417, de 09.12.2019.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Fica eleito o Foro da Comarca do Recife para dirimir os litígios decorrentes deste CONTRATO que não puderem ser compostos pela conciliação, obedecidos os termos do art. 92, §1º, da Lei 14.133, de 2021.

E, para firmeza e como prova de assim haverem entre si ajustado e contratado, foi lavrado o presente instrumento contratual, o qual depois de lido e achado conforme, foi assinado pelas partes contratantes.

Recife, XX de XXXXXXXXXXXX de XXXX.

CNPJ XXX
CONTRATANTE
CNPJ XXX
CONTRATADA

ANEXO I

TERMO DE CIÊNCIA DO GESTOR E DO FISCAL DO CONTRATO

1. IDENTIFICAÇÃO

CONTRATO Nº XXXX/AAAA

OBJETO:<objeto do contrato>

CONTRATADA:<nome da contratada>

CNPJ:xxxxxxxxxxxxx

GESTOR DO CONTRATO OU FISCAL DO CONTRATO: <Nome do gestor do Contrato OU fiscal do Contrato>

MATRÍCULA:xxxxxxxxxxxxx

2. CIÊNCIA

EU, _____, matrícula _____, ocupante do cargo _____, pelo presente termo, DECLARO QUE:

estou ciente da minha designação para atuar como gestor/fiscal (indicar conforme o caso) do Contrato nº XXX;

comprometo-me a cumprir as atribuições declinadas na Cláusula XXX do Contrato nº XXX;

estou ciente de que minha substituição poderá ser realizada pela autoridade competente, por razões de conveniência ou interesse público, mediante apostilamento ao contrato.

Recife, XX de XXXXXXXXXX de XXXX.

ASSINATURA DO FISCAL/GESTOR

ANEXO IV
MODELO DE FOLHA DE ROSTOPROCESSO LICITATÓRIO Nº 0224.2026.AC-43.PE.0131.SAD.SEE
COMPRASGOV Nº 90131.2026

FOLHA DE ROSTO

O Estado de Pernambuco, por intermédio da XXXXXXXXXXXXX, torna público, para conhecimento dos interessados, a abertura da licitação, a ser realizada por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação – *Internet*, no local e horário a seguir:

INFORMAÇÕES GERAIS

ABERTURA DAS PROPOSTAS ATÉ: **XX** minutos antes do horário previsto para o início da sessão de disputa de preços

SISTEMA ELETRÔNICO UTILIZADO: COMPRAS.GOV.BR

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.gov.br/compras

DADOS PARA CONTATO

AGENTE DE CONTRATAÇÃO:

FONE:

E-MAIL:

E-MAIL ALTERNATIVO:

ENDEREÇO:

Os períodos para recebimento de propostas e para início da sessão de disputa de preços estarão indicados no aviso de abertura do certame.

OBSERVAÇÃO 1: Para todas as referências de tempo será obrigatoriamente adotado o horário de Brasília – DF.

OBSERVAÇÃO 2: Na hipótese de não haver expediente na data fixada, ficará a sessão adiada para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo site e hora, salvo as disposições em contrário.



Documento assinado eletronicamente por **DEIVSON MICHEL GOMES DE SENA**, Pregoeiro/Agente de Contratação 43 e matrícula **4593731**, em 04/06/2026, às 15:53.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.peintegrado.pe.gov.br/Validacao.aspx>, informando o código de validação **8ee0d61a-0106-43e9-8433-fc7871fe11e5**
